

LUIS GERALDO DA SILVA

As críticas morais de Amartya Sen à economia de mercado

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CAMPINAS – 2002**

TPGF
2798

LUIS GERALDO DA SILVA

As críticas morais de Amartya Sen à economia de mercado.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu - Mestrado em Filosofia – área de concentração: Ética - da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação da Prof^a Maria Cecília Maringoni Carvalho.

PUCCAMP
Sistema de Bibliotecas
e Informação - SBI
P. G. FILOSOFIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

LUIS GERALDO DA SILVA

Campinas, 5 de Junho de 2002

Comissão Examinadora

Professor Orientador: _____
Profª Dra Maria Cecília Maringoni de Carvalho

2º Examinador.....: _____
Prof. Dr. Cícero Romão Resende de Araújo

3º Examinador.....: _____
Prof. Dr. Luis Alberto Peluso

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

DEDICATÓRIA

A realização desta dissertação de mestrado só foi possível graças ao apoio e à colaboração de muitas pessoas e instituições. Manifesto meu agradecimento a todas elas e de forma especial:

aos professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Campinas, em particular à Prof^a Dra Maria Cecília Maringoni de Carvalho, pelo empenho e dedicação com que buscam constantemente estimular os alunos a se desenvolverem durante a jornada;

aos funcionários: da Secretária de Pós-Graduação em Filosofia, da Biblioteca, do Laboratório de Informática, da Manutenção e Limpeza, pela atenção e empenho de suas atividades para com as minhas solicitações;

a CAPES, cujo financiamento através das Bolsas PROSUP para o Mestrado – viabilizou este projeto, sem o qual teria sido impossível a sua realização;

aos colegas de Mestrado, que não hesitaram em compartilhar as dúvidas e discussões que enriqueceram esta dissertação;

à minha esposa Marta e aos filhos: Eduardo e Mariana, pela compreensão e ajuda nos momentos difíceis;

a meu pai que já se foi e não conseguiu estar presente nesta etapa, mas que me ensinou a nunca desistir dos meus objetivos;

à minha mãe, com quem posso contar em qualquer momento;

a meus irmãos e parentes, que comigo convivem na partilha das alegrias e das tristezas.

Com todo o respeito aos crentes ou descrentes, como católico atuante não posso deixar de agradecer a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos decisivos de minha vida.

SUMÁRIO

Resumo	5
Abstract	7
Introdução	9
Capítulo I	
O Pensamento Econômico e Moral de Adam Smith	14
Capítulo II	
Os princípios da Economia Moderna na visão de Amartya Sen	54
Capítulo III	
Juízos Econômicos e Filosofia Moral	96
Capítulo IV	
Ética e Economia: Desafios e Conseqüências	142
Conclusão	155
Referências Bibliográficas	169

Silva, Luis Geraldo, As críticas morais de Amartya Sen à economia de mercado. Dissertação de Mestrado; Pontifícia Universidade Católica de Campinas; PUC-Campinas.

RESUMO

Estabelecer teorias que descrevam e expliquem o comportamento humano tem sido uma preocupação de diversos teóricos no percorrer da atividade humana desde a Antiguidade.

Atualmente não encontramos uma resposta para inúmeras questões, tais como: Qual o papel das virtudes como honestidade e confiabilidade no desempenho econômico de indivíduos, empresas e nações?. Que atitude tomar quando os direitos individuais se chocam com o interesse público? Como definir e alcançar a justiça de bens? Até que ponto a noção de bem-estar explica as realizações dos interesses racionais das pessoas ?

Essas indagações são investigadas pela teoria ética de modo sistemático desde Aristóteles, e orientam os conceitos da teoria econômica desde Adam Smith. Mas elas se perderam na economia quando o bem deixou de incluir uma pluralidade de aspectos valiosos da vida humana – realizações, direitos,

oportunidades reais, etc -, e foi interpretado como uma visão reducionista de bem-estar baseada nas utilidades.

As últimas afirmações subentendem que as questões econômicas não são apenas questões de praticidade e eficiência como exigem os teóricos econômicos atuais, mas também de moralidade e justiça. De outra parte, as questões éticas não são apenas questões de valor e intenções generosas, mas também de lógica e exeqüibilidade.

Por estes motivos, explicitar abordagens de autores como Amartya Sen, que muito se empenha para uma aproximação entre ética e economia, tem a intenção de suscitar a discussão de um modelo que se destaca por buscar uma aliança sólida entre rigor e relevância no campo da economia do bem-estar. Esta dissertação é um convite ao diálogo com os conceitos éticos e econômicos de ontem e hoje, que não se esgota nessas teorias, mas pretende contribuir para o debate desse tema na sociedade .

Silva, Luis Geraldo, The moral criticism of Amartya Sen to the market economic. Dissertation of Mastership; Pontifical Católica University of Campinas; PUC-Campinas.

ABSTRACT

To state theories that describe and explain the human behavior has been a concern of many theoreticians in covering of the activity human being since the Antiquity.

Currently we do not find a reply for innumerable questions, such as: Which the paper of the virtues as honesty and trustworthiness in the economic performance of individuals, companies and nations. What attitude to take when the rights individual is shocked with the public interest? How to define and to reach the good justice? Until point the welfare notion explains the accomplishments of the rational interests of people?

These questions are investigated by the ethical theory in systematical way since Aristotle, and guide the concepts of the economic theory since Adam Smith. But they had lost themselves in the economy when the good left to include a plurality of valuable aspects of the life human being – real chances,

achievement, rights, etc -, and was interpreted as a reductive vision of welfare established in the utilities.

The last claims presume that the economic questions are not only questions of practicality and efficiency as the current economic theoreticians demand, but also of morality and justice. On the other hand, the ethical questions are not only questions of value and good intentions, but also of logic and feasibility.

For these reasons, to spell out approaches of authors as Amartya Sen, who much pledges to bring together ethics and economy, aims to the discussion of a model which is detaches for searching a solid alliance between severity and relevance in the field of the economy of well-being. This dissertation is an invitation to the dialogue with the ethical and economic concepts of yesterday and today, that it is not depleted in these theories, but intends to contribute for the debate of this subject in the society.

Introdução

Compreender o comportamento humano é um desafio que remonta à Antiguidade. Desde a constatação da existência humana, diversas teorias têm procurado desvendar, sob o seu ponto de vista, os princípios que norteiam as ações do homem com relação aos seus semelhantes, à natureza, à sociedade de sua época, entre outros. Invenções e inovações têm sua origem no deleite pelo saber e pelo domínio de situações. A necessidade de reduzir incertezas, de chegar a verdades, de mecanizar, de racionalizar, de organizar é o que motiva os seres humanos a pesquisar constantemente com vistas ao alcance de um futuro mais autônomo e seguro. Admitamos que esteja correto, não constitui exagero indagar: Será possível estabelecer um processo científico que corrobore os valores fundamentais que impulsionam as motivações deste ser complexo, o homem, e a sua relação sócio-econômica-cultural em sociedade? É exatamente em atenção a esse aspecto que foi desenvolvida esta pesquisa.

Nossa época caracteriza-se por um mundo de opulência sem precedente, não apenas daquele tipo vivenciado no séc. XVIII, mas de um tipo que seria difícil de imaginar até três séculos atrás. Tal caracterização também é observada em outros aspectos que vão além da esfera econômica. A verdade é que em muitas regiões do planeta se estabeleceu o regime democrático e participativo como modelo proeminente de organização política. As pessoas vivem em média muito mais tempo do que no passado. A tomada de consciência mais aguda dos direitos humanos e da liberdade política são parte da leitura do mundo atual. Este último requisito, os direitos, tem quase sempre conduzido as discussões quando se debatem temas como tortura, terrorismo, miséria ou violência. Além disso, as diferentes regiões do planeta estão mais estritamente ligadas do que em épocas anteriores, não só no

campo da troca, do comércio, das comunicações, da tecnologia, mas também no campo do saber: das pesquisas científicas, das novas idéias e dos ideais globais.

Todavia, vivemos igualmente em um mundo de privação e destituição notáveis. Em outros termos, enfrentamos problemas novos convivendo com antigos problemas – como a persistência da pobreza e fome coletivas, violação da liberdade política elementares, e das liberdades formais básicas, ampla negligência dos interesses e da condição de agente das pessoas, a discriminação racial, e as ameaças contínuas ao meio ambiente e a sustentabilidade de nossa vida econômica e social, entre outros.

Superar esses problemas é um requisito essencial a todas as áreas de conhecimento humano, em particular, à ética e à economia. O que procuramos demonstrar nesta Dissertação, na visão de Amartya Sen, é a necessidade de reconhecer a relevância da inter-relação entre ética e economia no combate a esses males. Em última análise, enfatizar que os princípios éticos e econômicos são elementos centrais para lidar com essas privações. Por outro lado, o distanciamento dessas abordagens gerou, o que Sen considera, uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea – uma visão restrita dos conceitos éticos no campo da teoria econômica do bem-estar. Sen ressalta que, embora a economia logística tenha influenciado a economia do bem-estar, a economia do bem-estar praticamente não influenciou a economia logística. No entanto, uma vez que existe uma acentuada complementaridade entre as concepções da economia do bem estar e o comportamento real do indivíduo, esses conceitos deveriam ser importantes para a economia logística moderna.

Os argumentos de Sen fundamentam-se na concepção de que a economia pode se tornar mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humano. Embora Sen critique alguns conceitos da economia moderna, compreensivelmente, ele não afirma que a ética tratou adequadamente esses problemas. Portanto, não é apenas uma questão de incorporar as considerações da literatura ética à economia. Com efeito, muitos

procedimentos empregados na economia podem ser proveitosamente analisados no estudo da ética.

A perspectiva de Sen defende que assumir a adoção dessa posição em conjunto com a literatura moderna sobre os direitos e conseqüências pode gerar avanços consideráveis, desde que os direitos sejam considerados não apenas como entidades legais com uso instrumental, mas também como dotados de valores intrínsecos das motivações humanas. Segundo esta interpretação uma formulação adequada dos direitos e da liberdade poderia se basear no raciocínio lógico regularmente interpretado na teoria econômica como o estudo da interdependência geral de Leon Walras.

Sen também destaca que embora o campo da investigação da ética seja muito maior do que a parte incorporada à economia, a suposição do comportamento auto-interessado tem impedido a análise de relações mais significativas. Neste particular, a racionalidade do comportamento humano é identificada com a consistência interna de escolha e, por conseguinte, com a maximização do auto-interesse. Para Sen, o que importa neste aspecto é que não existem provas conclusivas que corroborem esta tese como um princípio fundamental do comportamento humano real e que tal princípio conduz às condições econômicas consideradas ótimas. É, portanto, minha intenção também mostrar que o propósito de Sen é promover entre os filósofos morais e os economistas uma postura inter-relacional, pluralista e, ao mesmo tempo, crítica das motivações econômicas das pessoas. Para tanto, a realização da presente pesquisa tem os seguintes objetivos específicos:

- a) explorar as fontes bibliográficas que corroborem um referencial teórico-conceitual sobre o assunto.
- b) Contribuir para a reflexão acadêmica sobre a inter-relação entre ética e economia.

A pesquisa caracteriza-se, por conseguinte, como do tipo bibliográfico. Para adaptar alguns conceitos aos atuais meios de veiculação da informação acrescentou-se material bibliográfico sobre o tema disponível na Internet. É evidente que existem diversos tipos de abordagem sobre ética e economia. Cabe esclarecer, como já dissemos, que o tema foi desenvolvido

segundo a visão de Amartya Sen e de outros teóricos que defendem a mesma posição. Esta não é única e tampouco acrítica, mas pretende dar a sua contribuição para se estabelecer uma base informacional mais ampla sobre essas questões.

A realização da pesquisa transpôs as seguintes etapas:

- a) levantamento da literatura, o que resultou na identificação das obras explicitadas na “Referência Bibliográfica”. Destas, algumas serviram como embasamento teórico, sendo citadas no texto, outras agregaram conhecimentos ao autor.
- b) leitura e análise da bibliografia levantada, o que propiciou a exploração do tema, bem como o seu delineamento.

As informações obtidas e os conhecimentos adquiridos no percurso do desenvolvimento da pesquisa foram sistematizados em um texto subdividido em capítulos, conforme segue.

O trabalho inicia-se com esta *Introdução*, na qual o tema é problematizado e justificado, e a pesquisa delimitada em termos de seu objetivo, abordagem e metodologia.

O Capítulo I busca proporcionar a compreensão sobre o encadeamento que conduz ao núcleo estudado, isto é, a relação entre ética e economia. Com base no pensamento de Adam Smith sintetizam-se os seus conceitos morais, as virtudes fundamentais da natureza humana, os objetivos reais da obra “*Wealth of Nations*”, a análise de Sen sobre os conceitos de Smith. Consideramos que o entendimento da relação dos conceitos dos autores é pré-requisito para a compreensão das abordagens tratadas nesta pesquisa.

No Capítulo II, sob o título *Os princípios da Economia Moderna na visão de Amartya Sen*, tais princípios são delineados nos subcapítulos, os quais apresentam aspectos relativos à origem da abordagem ética e da abordagem engenheira, bem como atinentes à difusão e utilização dos princípios das duas abordagens, à visão equivocada dos economistas modernos dos conceitos de Smith, à distinção dos conceitos que provocou o

distanciamento das questões éticas na economia moderna, ao conceito de racionalidade utilizado pela teoria econômica atual.

O Capítulo III, *Juízos Econômicos e Filosofia Moral*, faz uma reflexão sobre os conceitos de bem-estar defendidos pelos economistas e os conceitos de bem-estar da Filosofia Moral. Em particular, exploramos a abordagem utilitarista que assim como a economia de bem-estar padrão avalia as políticas em relação às suas conseqüências para o bem-estar.

O capítulo IV, *Ética e Economia: Desafios e Conseqüências*, trata de explicitar a contribuição de Sen como resposta, não a única, ao conflito entre ética e economia.

A seção intitulada *Conclusão* apresenta a síntese conclusiva, as implicações teóricas e as limitações da pesquisa.

Por fim, uma lista de *Referências Bibliográficas* relaciona as obras citadas no texto da pesquisa.

CAPITULO I

O Pensamento Económico e Moral de Adam Smith

“The discourse of Wealth of Nations is concerned not with the high ground of moral philosophy, but with decent behaviour in the public conduct of everyday life, in which it is recognised that people have interests in their material well-being that are reasonable and credit-worthy to some degree”.¹ (*Vivienne Brown, Adam Smith’s discourse, British Library 1ª edição, p. 209*)

Segundo Vivienne Brown, o nome de Adam Smith tornou-se um provérbio (byword) para a economia de livre mercado. A descrição dos benefícios dos mercados livres competitivos, encontrados na obra “*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*” (WN), é considerada, no contexto atual, como a afirmação clássica das virtudes de um capitalismo *laissez faire*. Sob muitos aspectos, vale dizer que esse reduzido objetivo, não o mesmo que o de Smith, foi concretizado com grande êxito por muitos teóricos contemporâneos.

Tal concepção gerou uma interpretação de Smith fundamentalmente como um economista – e um economista dogmático do livre mercado – onde os agentes contribuem mais efetivamente para o bem público perseguindo os seus próprios interesses, dirigidos somente por motivações lucrativas. De

¹ BROWN, Vivienne, *Adam Smith’s discourse, “Commerce and Conscience”*, British Library, ed. 1ª, p. 209.

fato, uma breve leitura de suas obras seria suficiente para identificar as

contribuições pioneiras para a análise da natureza das trocas mutuamente vantajosas e o valor da divisão do trabalho. Entretanto, as outras partes dos escritos de Smith sobre Economia e Sociedade, jurisprudência, a necessidade da simpatia e o papel das considerações éticas, não são consideradas por essa visão simplista.

Contudo, através de uma análise metodológica de WN como nos propõe Amartya Sen, identificam-se alguns princípios da visão Estóica, com relação à hierarquia das virtudes. Dessa maneira, ao contrário de sua “*Theory of Moral Sentiments*”, em WN, Smith enfatiza as virtudes consideradas *a priori*, de segunda ordem, ou seja, a prudência e a justiça. Tais virtudes são dadas como as virtudes reguladoras da prática dos agentes, as quais, caberia ao legislador exigir a sua existência e aplicação, de modo a garantir o funcionamento da sociedade. A principal dificuldade dessa análise parece residir em uma crítica surgida na Alemanha no séc. XIX, de que existiria uma inconsistência lógica entre TMS e WN, a qual, discutiremos no presente texto.

Este capítulo pretenderá examinar, entre outros aspectos, a concepção moral de Smith, os objetivos que nortearam os argumentos de WN, o modo como Adam Smith compõe uma nova área de estudos, a Economia; apresentar uma argumentação relevante para o denominado “problema de Smith”. Outro objetivo deste capítulo é fazer uma reconstrução concisa da obra de Smith, para que se possa compará-la com a teoria econômica moderna.

1.1- Os objetivos de Wealth of Nations

Adam Smith é considerado com freqüência o “fundador da Escola Clássica”. O termo Economia Clássica foi aplicado a um corpo de doutrinas criadas na Inglaterra que dominaram o pensamento econômico de todo o mundo civilizado na primeira metade do séc. XIX, cujos princípios

fundamentais estão contidos em WN. Para melhor compreender essas doutrinas é importante destacar as características marcantes que influenciaram o arcabouço teórico de WN.

Durante o séc. XVIII, segundo os padrões aceitos, economicamente, a Inglaterra encontrava-se muito à frente de qualquer outro Estado Europeu. Sua posição política e sua forma de governo eram relativamente seguras, seu império colonial parecia crescente e permanente, e ainda contava com um amplo mercado lucrativo bem como com fontes de matérias primas adequadas. Através da política mercantilista a economia inglesa obteve uma ampla expansão comercial, como reafirmou a prática do nacionalismo interno e externo. De fato, os ingleses aplicaram com eficiência as diretrizes da política mercantil cujo foco principal era o resultado favorável da balança comercial; em outras palavras, o saldo de suas exportações era maior do que o saldo de suas importações. Tais medidas podem ser observadas na agricultura, onde se verificaram progressos marcantes, resultantes da política agrária que, embora não sendo justa, permitiu maior quantidade e melhor qualidade dos produtos - fato, este, que contribuiu para a expansão do comércio de exportação e importação, assim como exerceu uma grande pressão sobre os métodos de produção, e antecipou o progresso da técnica, caracterizada historicamente como a Revolução Industrial. Além disso, no comércio exterior observam-se grandes avanços, como a exclusividade do comércio com a Índia, a América e as colônias britânicas, e a monopolização de produtos agrícolas e industriais. Em suma, parecia não haver limites à expansão inglesa.

Entretanto, seguem-se ao progresso econômico e político, medidas que, segundo Smith, restringiriam e regulariam o comércio inglês, cujo objetivo seria enriquecer a nação, a partir de dois principais expedientes: a restrição à importação e o incentivo à exportação. Tais expedientes, observa Smith, seriam orientados para abranger o espírito de monopólio, de uma parte, e o espírito de possessividade, de outra. Mas seja como for, ambos pareciam claramente acarretar tendências adversas à riqueza da nação que os impõe. No contexto dessa discussão, Smith investigou, com grande engenhosidade, que circunstâncias, na Europa Moderna, contribuíram para perturbar a ordem

natural da natureza – entendida como os princípios do espírito humano, e as circunstâncias da situação exterior do homem - com o objetivo de aumentar gradual e progressivamente os meios de riqueza nacional. E, sobretudo, os motivos que conduziram os governantes a encorajar a atividade nas cidades, à custa da atividade do campo.

Suas observações sobre o assunto levaram-no a mostrar que esse estado de sociedade permaneceu por um longo período, como o princípio fundamental de um falso sistema de economia política, propagado por mercadores e manufatureiros – classe de indivíduos cujo interesse nem sempre seria o mesmo que o do público, e cujo conhecimento profissional lhes daria muitas vantagens, já que defendiam as opiniões que desejavam ver prosperar. Por trás dos argumentos mercantilistas, protesta Smith, havia na realidade, interesses egoístas de pessoas, corporações, grupos e classes. Por essas afirmações, ele considera o mercantilismo, uma coleção de máximas de homens de negócios interessados nos benefícios comerciais para si próprios, e um mínimo de interesse com os benefícios da nação.

De acordo com a sua análise, tal sistema criou uma nova cadeia de obstáculos ao progresso da prosperidade nacional. Dentre esses, destaca-se mais precisamente, a desorganização interna da sociedade, ao obstruir a livre circulação de trabalho e da mercadoria. Com isto, esse falso sistema, na medida em que seu objetivo declarado era o de regular o intercâmbio comercial entre diferentes nações, sem dúvida, produziu efeitos menos diretos e evidentes, mas não menos prejudiciais aos Estados que o adotaram. Ora, WN é um protesto de Adam Smith contra essas práticas determinadas pela sociedade mercantil. Assim proferiu John Fred Bell em sua obra “*A History of Economic Thought*”:

“It affirmed Smith, who the welfare of the nation could most be stimulated when it was allowed the individuals to search its private interests without impediments of that with the maintaining of monopolies and constraints.(...) the true wealth was not the money, but what the money was valid.”²

²Afirmou Smith, que o bem estar da nação podia ser mais bem incentivado quando fosse permitido aos indivíduos buscarem os seus interesses privados sem impedimentos do que com o prevalecimento de monopólios e restrições. (...) a verdadeira riqueza não era o dinheiro, mas o que o dinheiro valia”. BELL, John Fred, *A History of Economic Thought*, ed. Ronald Press Company, New York, pp 96-97.

O que já dissemos anteriormente parece dar conta para prosseguir

em uma análise mais profunda dos conceitos delineados por Smith em WN. Contudo, acredito ser conveniente explorar os conceitos de alguns teóricos que moldaram marcantemente o pensamento de Adam Smith, dentre os quais destacaremos aqui: Francis Hutcheson e David Hume.

O primeiro foi seu professor de Filosofia Moral no Glasgow College entre 1737 a 1740. Apesar de demonstrar uma profunda religiosidade, Hutcheson não simpatizava por grande parte do dogma teológico. Ao contrário do que se possa imaginar, Hutcheson construiu seus próprios conceitos sobre filosofia Moral, Política, Jurisprudência e Economia, partindo do princípio de que a verdade pode ser descoberta pela razão, não pela revelação da natureza, e os interesses humanos estavam em harmonia quando exercidos pela justiça e deixados em liberdade. De acordo com tais princípios, para atingir os melhores interesses de um indivíduo seria necessário que cada um respeitasse os direitos dos demais. É de sua autoria a famosa frase “A maior felicidade para o maior número”.

Quanto a sua teoria moral, fora pretensão de Hutcheson mostrar que os termos “correto” e “incorreto” expressam determinadas qualidades agradáveis ou desagradáveis das ações. Entretanto, tais qualidades, não cabe à razão perceber, mas ao sentimento, e àquele poder de percepção que nos torna capazes de sentir o prazer ou a dor, quando assistimos à prática da virtude ou do vício, o qual denominou de Senso Moral.

São freqüentes, sobretudo, as influências de Hutcheson nas obras de Smith. Especificamente, considera-se que a filosofia racionalista do seu professor superou a ortodoxia tradicional de Smith, levando-o a aceitar os conceitos e a visão humanitária da Filosofia Moderna, a qual colocou o indivíduo numa posição inteiramente nova em relação aos fatos.

David Hume, filósofo, lógico, historiador e, por fim economista foi amigo de Smith provavelmente entre 1740 a 1776. Hume é reconhecido como um crítico severo tanto dos conceitos éticos, como dos conceitos metafísicos. Tais características, não obstante, tinham como propósito deduzir as leis do

bem-estar individual da natureza humana, escoimadas das armadilhas teleológicas.

No plano da Economia suas idéias principais encontram-se no livro *“Political Discourses”* (1752), obra na qual apresenta a Economia como uma investigação sobre a natureza do comércio e da riqueza, e os efeitos dessas características no desenvolvimento do Estado e na felicidade dos indivíduos. Eis a sua explicação quanto à natureza da riqueza das nações: *“Our passions are the only cause of the work, and the work is the way to buy of the nature all the wealth of the world”*.³

Em segundo lugar, Hume considera a agricultura como a primeira fonte das coisas necessárias, mas, num Estado civilizado, a agricultura e manufatura são mutuamente necessárias e é dentro dessa hierarquia que se desenvolvem posteriormente os negócios e o comércio. Ao contrário dos fisiocratas, ele não defende a importância demasiada da agricultura em detrimento das outras atividades. Ele foi considerado uma das figuras mais expressivas no combate ao pensamento mercantilista. Apontou a sua crítica ao modelo mercantil na obra *“Of the Balance of Trade”*, onde desenvolveu uma das suas maiores contribuições: a teoria do comércio internacional – teoria, pela qual, afirmou que os conceitos mercantis sobre a balança comercial estavam errados, porque os saldos comerciais excessivos ocasionariam um aumento da oferta de moeda em um país, o que, por sua vez, afetaria o nível de preço interno e, portanto, o volume da exportação e importação de mercadorias entre as nações. Ademais, Hume não dava importância demasiada à acumulação de dinheiro e riqueza, como fizeram os mercantilistas. Para tanto, afirmou: *“The men and the merchandises are the true force of a community (...). The money nothing more are of that a*

³As nossas paixões são a causa única do trabalho, e o trabalho é o meio de comprar da natureza toda a riqueza do mundo”. HUME, David, *“Political Discourses”* (Edimburgo, 1752), contém a maior parte de suas idéias sobre Economia: *“Of Money”*, *“Of Interest”*, *“Of Commerce”*, *“Of Balance of Trade”*, são os ensaios mais importantes.

representation of the work and the merchandises and serves only of method to measure them and to estimate. ⁴

No intuito de provar as suas idéias, Hume baseou-se no princípio ético utilitarista, afirmando que a felicidade de um povo não é afetada pela grande ou pequena quantidade de dinheiro em uso, nem tampouco é o comércio exterior essencial à felicidade ou à prosperidade nacional. Com isto, acredito que elencamos os elementos necessários para abordar posteriormente as influências do pensamento de Hume sobre os conceitos elaborados por Smith.

Se é de fato verdade aquilo que mencionamos anteriormente, vale dizer, sem desvalorizar a influência de outros teóricos, que Smith esteve exposto a dois pontos de vista diferentes. Tudo isso contribuiu posteriormente na elaboração dos conceitos fundamentais de suas obras. No entanto, é inegável a contribuição das idéias teóricas próprias de Smith no desenvolvimento científico da Economia e de outras ciências.

1.2- A Teoria Moral de Adam Smith

Em seu primeiro trabalho, a *Theory of Moral Sentiments* (TMS), dentro da perspectiva proposta por Hutcheson, Smith apresentou sua teoria sobre a origem do senso moral, bem como a forma pela qual este conceito pode ser aplicado ao julgamento das ações. Diferente de seus antecessores – os filósofos do “moral sense”, Smith faz uma distinção entre o motivo e a consequência no âmbito da ação moral. Desse modo, TMS compreende duas investigações distintas, ainda que elas possam convergir quanto ao seu propósito geral.

⁴“Os homens e as mercadorias são a verdadeira força de uma comunidade (...). O dinheiro nada mais é do que uma representação do trabalho e das mercadorias e serve apenas de método para os medir e estimar”. HUME, David, “Of Money”, Edimburgo - 1752, p. 46-58, *passim*.

A finalidade da primeira investigação seria a de explicar como aprendemos a julgar a conduta de nosso próximo. Para tanto, inicia sua tese procurando explicitar, o que seria o senso de adequação (*propriety*), através do princípio da ***simpatia***, a qual consiste em um sentimento que surge nas pessoas apenas pelas suas próprias experiências, pois, segundo Smith, é somente desta forma que se pode ter alguma idéia do que se passa na mente de qualquer outra pessoa, em qualquer ocasião. Por isso, o único modo pelo qual se pode formar essa idéia é através da suposição de que nos encontramos nas mesmas circunstâncias que o outro, e imaginando-se como podemos ser afetados naquela situação. Assim:

*“When we see a stroke aimed, and just ready to fall upon the leg or arm of another person, we naturally shrink and draw back our own arm; and when it does fall, we feel it in some measure, and are hurt by it as well as the sufferer. The mob, when they are gazing at dancer on the slack-rope, naturally writhe and twist and balance their own bodies, as they see him do, and as they feel that they themselves must do if in this situation”.*⁵

Segundo Smith, esse evento ocorreria em todos os casos em que voltamos a nossa atenção para a condição de nosso próximo. Ora, se essa posição for aceita, a adequação (*propriety*) de uma ação, só poderá ser julgada, através da coincidência da afeição que é sentida entre o afetado e o observador, quando o observador imagina estar na situação do afetado, e quando a percepção desta coincidência é o fundamento do sentimento de aprovação moral. Embora, mesmo que prestássemos atenção à situação de outra pessoa, e imaginássemos estar no mesmo lugar, nas mesmas circunstâncias, com uma emoção idêntica à do afetado, e surgisse de forma natural em nossa mente uma emoção simpática, essa condição jamais expressaria, com precisão, a mesma intensidade com que seríamos afetados, se nós mesmos estivéssemos em tais circunstâncias. Portanto, para obter o prazer da simpatia mútua, a natureza humana conduz o espectador a tentar, o máximo possível, a aumentar a sua emoção ao nível do afetado, e, por outro

⁵ “Quando percebemos uma pancada iminente que está a ponto de atingir a perna ou o braço de outra pessoa, nós naturalmente escondemos nosso braço ou perna, e quando acontece o golpe, nós o sentimos em certa medida, e sentimos a ferida tão bem quanto o atingido. A multidão, quando está contemplando uma dança na corda bamba, naturalmente se contorce, retorce e balança seus próprios corpos, assim como eles vêm fazer, e é da mesma maneira que eles sentem que deveriam fazer ao se encontrarem na mesma situação” SMITH, Adam., *The theory of moral sentiments*, part I, sect. I, chap. I, p. 12.

lado, ela induz a pessoa afetada a diminuir ao máximo seus sentimentos, até o nível do espectador.

Assim, Smith constata a natureza da perfeita aprovação moral, isto é, o prazer é a consequência da simpatia de uma ação tanto da pessoa que a demonstra quanto da pessoa que a recebe. Com efeito, a dor é a ausência dessa simpatia em relação a uma certa ação. Para ilustrar com mais ênfase a sua doutrina, Smith procurou demonstrar os graus das diferentes paixões, e mostrar como, em cada caso, expressar intensamente uma paixão é decente ou indecente, de acordo com a disposição da natureza humana em simpatizar com ela. Para tanto, dividiu as paixões humanas em cinco classes diferentes:

- a) As paixões que se originam do corpo: paixões como a fome e a sede, seriam de ordem pessoal, portanto deixariam de despertar qualquer simpatia de outras pessoas que não estão na mesma condição;
- b) As paixões que têm origem em um hábito particular ou da imaginação: seria inadequado simpatizar por paixões oriundas da imaginação, tais como a paixão do amor, entre outras;
- c) As paixões insociáveis: seriam as paixões como o ódio e o ressentimento, onde a simpatia do observador se divide entre quem sente a paixão e o indivíduo que é objeto dela.
- d) As paixões sociáveis: seriam os sentimentos como a generosidade, a humanidade, a amizade entre outras, onde a simpatia do observador para com a pessoa que as sente coincide com sua preocupação com a pessoa que é objeto delas.
- e) As paixões egoístas: paixões que ocupariam um lugar intermediário entre as paixões sociáveis e insociáveis. Elas provêm da dor e da alegria com relação à boa ou má sorte pessoal.

A segunda investigação de TMS, constitui o complemento da sua concepção de aprovação moral, cuja finalidade seria mostrar que ao aplicar juízos morais sobre as nossas próprias ações, adquirimos um senso de dever

e um sentimento de autodomínio sobre outros princípios de ação. Assim, nossos juízos morais, encerrariam duas percepções distintas: a primeira, abordada acima é de uma percepção da conduta, correta ou incorreta; a segunda, uma percepção de mérito ou demérito⁶. Uma ação ou sentimento seria próprio ou impróprio em relação à sua causa ou ao motivo que a excitou, ao passo que, ela seria meritória ou não, em relação aos seus efeitos, ou em relação a sua tendência a produzir resultados benéficos ou danosos:

*“There is another set of qualities ascribed to the actions and conduct of mankind, distinct from their propriety or impropriety, their decency or ungratefulness, and which are the objects of a distinct of approbation and disapprobation. These are Merit and Demerit, the qualities of deserving reward, and of deserving punishment”.*⁷

A partir da observação de uma ação, os sentimentos que mais imediata e diretamente impeliriam as pessoas a considerarem esta ação como meritória e, conseqüentemente, merecedora de recompensa, seriam os sentimentos de gratidão, e de outro modo, para as ações que seriam consideradas demeritórias e, conseqüentemente, merecedoras de punição, seriam os sentimentos de ressentimento. Todavia, para uma completa aprovação moral de uma ação, Smith prescreve que seria necessário uma conjugação do senso de adequação (propriety) com o senso de mérito, assim, uma ação somente poderia ser considerada boa quando os observadores pudessem simpatizar com os motivos do agente, bem como com a gratidão que a conduta do agente conduz. O oposto dessa prática se aplica ao caso da completa desaprovação moral.

Do exposto, segue-se que o princípio de adequação e do mérito, aplicado no julgamento das ações, corresponderia à mesma maneira, pela qual, as pessoas formariam os juízos a respeito da conduta dos outros. Ou seja:

⁶James Anson FARRER acredita que o propósito de Smith com esta avaliação de mérito e demérito seria o de expressar seu protesto contra as teorias de Hutcheson e Hume, por entender que estes consideraram com intensidade as tendências dos sentimentos, seus bons e maus resultados, e negligenciaram a relação na qual assentam as suas causas. FARRER, James Anson. Adam Smith, London, 1881, p. 201.

⁷“Há outro tipo de qualidade atribuída as ações e condutas da humanidade, distintas da adequação ou inadequação, da decência ou ingratitude, e que são objetos de uma espécie distinta de aprovação e desaprovação. Estas são o Mérito e o Demérito, as qualidades da merecida recompensa, e da merecida punição” SMITH, Adam, ibidem, part II, Introduction, p.93.

*“But we can do this in no other way than by endeavouring to view them with the eyes of other people, or as other people are likely to view them. Whatever judgement we can form concerning them, accordingly, must always bear some secret reference, either to what are, or to what, upon a certain condition, would be, or to what, we imagine, ought to be the judgement of others. We endeavour to examine our own conduct as we imagine any other fair and impartial spectator would examine it. If, upon placing ourselves in his situation, we thoroughly enter into all the passions and motives which influenced it, we approve of it, by sympathy with the approbation of this supposed equitable judge. If otherwise, we enter into his disapprobation, and condemn it”.*⁸

Utilizando um recurso dialógico, Smith introduz em TMS o observador imparcial, o qual, ajudaria o espectador a julgar as ações do agente, analisando de que forma os outros avaliariam as suas intenções e conseqüências, a partir da observação. Todavia, ao mesmo tempo, ele admite que os seres humanos não teriam nascido com uma consciência moral; ela surgiria a partir dos julgamentos que fazemos uns dos outros, permitindo assim uma consciência moral de nós próprios. Desta forma as primeiras críticas surgiriam dos caracteres e condutas de outras pessoas, e através da observação das conseqüências destas ações no próprio indivíduo, como também das conseqüências da própria ação nos outros.

Dado que ou fazemos um julgamento ou estamos sendo julgados, os seres humanos teriam a tendência de amar o louvor, e de evitar a censura de suas ações. Por este motivo, diz Smith: agimos de forma que sempre possamos ser objeto de louvor das outras pessoas, e a fugirmos da censura; isto conduziria à aprovação, tanto do espectador quanto do observador imparcial. E são destes elementos que se compõem às regras gerais de conduta.

Tais regras, portanto, se formariam pela averiguação da experiência de que todas as ações de um determinado tipo, ou circunstância, em uma certa medida, seriam aprovadas ou reprovadas pelas pessoas. Assim, quando

⁸“Mas não poderemos fazer isto senão pelo esforço para vê-lo com os olhos de outra pessoa, ou como outras pessoas estão provavelmente vendo isto. Qualquer juízo que possamos formar a respeito disso, conseqüentemente, sempre deverá levar a alguma referência secreta, ou para o que é, ou para o que, sobre certas condições poderia ser, ou para o que, imaginamos, deveria ser o julgamento dos outros. Nós nos esforçamos para examinar a nossa própria conduta como imaginamos qualquer outro espectador honesto e imparcial poderia examinar isto. Se, colocando-nos em sua situação, entrarmos completamente em todas as paixões e motivos que a influenciaram, nós a aprovamos, pela simpatia, com a aprovação deste suposto juiz equitativo. De outra forma nós a desaprovamos e condenamos”. SMITH, Adam, *ibidem*, part III, chapt I, p. 161.

as regras gerais estivessem formadas, e universalmente aceitas e estabelecidas, pela concorrência dos sentimentos de toda a humanidade, isto levaria a um apelo freqüente para a aplicação delas como norma de juízo para determinar o grau de aprovação ou não de certos atos complicados ou duvidosos. Para tanto, argumentou Smith:

*“The regard to those general rules of conduct, is what is properly called a sense of duty, a principle of greatest consequence in human life, and the only principle by which the bulk of mankind are capable of directing their actions”.*⁹

Muitas foram às críticas formuladas à teoria moral de Smith por seus contemporâneos durante o século XIX. Estas críticas passam por vários autores, como Lord Kames, que argumentou que os sentimentos morais, com respeito à própria ação de uma pessoa não poderiam ser explicados pela simpatia; Reid, por sua vez considerou que esta teoria seria apenas o refinamento do sistema egoísta; Adam Ferguson, que considerou a teoria como um contra-senso; Thomas Brown, que sustenta que Smith incorreu numa argumentação circular, pois adotou a simpatia para explicar o senso moral, para posteriormente argumentar que esse senso moral explicaria a simpatia, e alguns outros autores, que chegaram a considerar o livro como prolixo¹⁰.

Destarte, as inúmeras críticas desferidas contra o seu projeto, pode-se argumentar que de fato Smith não descartou a natureza egoísta do homem dentro de sua concepção moral. Entretanto, explicitou com grande engenhosidade o mecanismo pelo qual as pessoas através da simpatia poderiam penetrar e compartilhar dos sentimentos dos seus semelhantes, e com isso considerá-los adequados ou não, meritórios ou não. Com efeito, este mecanismo conduziria a uma forma de altruísmo ético.

Uma segunda razão que se pode enfatizar é que o critério de aprovação moral proposto por Smith significou uma superação crítica da doutrina naturalista do sentimento moral, por levar o interesse valorativo para o terreno das preferências racionais. Isso se dá quando avaliamos o mérito e o

⁹ “O respeito a estas regras gerais de conduta é o que seria propriamente chamado de senso de dever, um princípio das maiores conseqüências na vida humana, e o único princípio pelo qual a massa da humanidade é capaz de dirigir as suas ações”. SMITH, Adam, *ibidem*, part III, chapter V, p. 229.

¹⁰ MARQUES, Silvio C. M., *Prolegômenos a uma ética evolucionista: Darwin e a gênese da Moral*. O autor compartilha desses argumentos.

demérito de uma ação quanto às suas conseqüências benéficas ou não com o objetivo de conservar em equilíbrio os benefícios e danos necessários para manter a ordem social. E para a questão de como decidir e aprovar quais são as ações boas ou ações más. Com isso, Smith propõe uma resposta empírica para a avaliação da conduta humana, isto é, pela observação dos semelhantes é que se encontraria a resposta adequada a estas questões. Se essa posição for aceita, pode-se afirmar que Smith não estaria preocupado com os princípios pelos quais seriam aprovadas ou não as ações humanas por um ser perfeito e transcendente, mas antes, em como os seres humanos, com suas debilidades e imperfeições, poderiam fazê-lo.

Smith aplicou estes princípios de escolha à crítica clássica feita à escola do sentimento moral. Para tanto, ele negou que existisse na avaliação moral um mecanismo automático entre o agente e o espectador por meio da simpatia. E defendeu que esta avaliação moral se realiza em um contínuo exercício racional, em relação às distintas situações e mediante um inter-relacionamento entre agente-comunidade, onde se realizaria em cada caso a tarefa de definir os critérios de aprovação ou condenação

Após essa síntese geral dos princípios relativos à origem dos sentimentos morais, Smith dedica-se a mostrar o modo pelo qual se forma o nosso senso de dever. Adiante, para atender o propósito maior do nosso trabalho pretendemos investigar partes da obra que contêm os princípios econômicos a serem discutidos a seguir.

1.3 O fundamento dos juízos que determinam a nossa conduta

Smith expôs com grande empenho em TMS, os aspectos culturais, sociais, morais, políticos e econômicos que induzem a humanidade à busca de prestígio e riqueza. A análise de suas investigações está baseada fundamentalmente nos princípios dos sentimentos morais. Todavia, ele

defendeu suas idéias no plano da razão e no projeto de construção de juízos universais que avaliariam as ações humanas na sociedade. Nesse contexto, em primeiro lugar é importante destacar a concepção antropológica de Smith, pois a partir desta concepção se assentará a base para estabelecer os princípios da conduta em sociedade. Efetivamente, para Smith os seres humanos são egoístas por natureza:

*“Every man is, no doubt, by nature, first and principally recommended to his own care; and as he is fitter to take care of himself than of any other person, it is fit and right that it should be so. Every man, therefore, is much more deeply interested in whatever immediately concerns himself, than in what concerns any other man: and to hear, perhaps, of the death of another person, with whom we have no particular connection, will give us less concern, will spoil our stomach, or break our rest much less than a very insignificant disaster which has befallen ourselves”.*¹¹

Tal consideração desencadeia as motivações humanas que conduzem à opulência e à degradação de nossos sentimentos morais. Para ilustrar sua convicção Smith explora os sentimentos da ambição e da distinção social. Para ele a razão que nos leva a exibir nossa riqueza e a esconder nossa pobreza reside na simpatia que as pessoas têm com a nossa alegria, e não com a nossa dor. Além disso, explicita que o propósito da avareza e da ambição, a busca da fortuna, poder e preeminência da grande maioria das pessoas, na verdade, seria objeto da vaidade humana. Em outros termos, as pessoas não estariam realmente interessadas no bem estar ou prazer, pois para obter essas condições não seria necessário aspirar acentuadamente os benefícios da riqueza. Com isto, se compreenderia o mecanismo que estrutura a distinção de valores entre o homem rico e o homem pobre, isto é, enquanto o primeiro exibiria a sua riqueza no intuito de dirigir a atenção do mundo para si, o outro se envergonharia de sua pobreza, pois sente que essa situação lhe causa desconforto e desaprovação. Logo, para o observador, a busca constante da atenção geral aparenta uma idéia abstrata de uma condição

¹¹“Todo homem é, sem dúvida, por natureza, primeiro e especialmente interessado em sua própria proteção, e como ele está ajustado para tomar mais cuidado com ele mesmo do que com qualquer outra pessoa, é justo e correto que isto deva ser assim. Portanto, todo homem é profundamente mais interessado em qualquer coisa que imediatamente lhe concerne do que o que concerne a qualquer outro homem: e ao ouvir, talvez, sobre a morte de outra pessoa, com a qual não tenhamos nenhuma conexão em particular, nos despertará menos atenção, arruinará o nosso estômago, ou tirará o nosso sono muito menos do que a mais insignificante desgraça que tenha acontecido a nós mesmos”. SMITH, Adam, *ibidem*, part II, section II, chapter II, p. 119.

perfeita e feliz; por este motivo aprovamos todas as inclinações e todos os desejos que supostamente promovem tal condição, mas não analisamos as conseqüências dessa busca, entre elas, as restrições sociais, a perda da liberdade, e o que é ainda mais grave, o direito ao ócio, a toda tranqüilidade e segurança.

No que diz respeito à distinção social e à ordem da sociedade, Smith indaga: *“Sobre essa disposição da humanidade a partilhar de todas as paixões dos ricos e poderosos fundamenta-se a distinção social e a ordem da sociedade”*.¹² Por este motivo, estamos sempre dispostos a simpatizar com as inclinações de nossos superiores. No entanto, os motivos de nossa admiração provêm, efetivamente, das vantagens de sua situação. Sentimo-nos mais atraídos pelo status que determina a sua posição social do que pelo benefício que possa nos conceder, através de sua boa vontade. Nem mesmo a nossa deferência para com as suas inclinações se funda principal e integralmente em uma consideração útil e essencial à ordem da sociedade. De fato, argumenta Smith:

“Even though when the order of the society seems to demand that in let us oppose them to the rich ones, hardly we are capable of this. That the kings are in service of the people, who if must obey, resist, put down or to punish as demands well-being publishes, is doctrine of the ratio and the philosophy, but not of the nature. The nature in would teach them to submit it well they for its proper one, to tremble and in bending them before its sublime positions, to consider its smile as it rewards sufficient of any job, and to be suspicious its displeasure, even so none another one badly of it resulted, as more it lasts of mortifications”.¹³

Ao seguirmos os preceitos das leis da natureza, a compaixão logo tomaria o lugar do ressentimento, e então os princípios de lealdade seriam reanimados para restabelecer a ordem natural da autoridade. Essa disposição de estimularmos todas as inclinações, e nos submetermos a sua autoridade, é oriunda da admiração do seu poder e riqueza, em outras palavras, da cortesia.

¹² SMITH, Adam, *ibidem*, part I, section III, chapter II, p. 62. Smith explora as relações das classes sociais da época, especificamente aquelas que advêm das vantagens da classe rica e poderosa.

¹³ “Mesmo quando a ordem da sociedade parece exigir que nos oponhamos aos ricos, dificilmente somos capazes disso. Que os reis são servos do povo, a quem se deve obedecer, resistir, depor ou punir conforme exija o bem-estar público, é doutrina da razão e da filosofia, mas não da natureza. A natureza nos ensinaria a submetermos-nos a eles pelo seu próprio bem, a tremer e nos curvamos perante suas sublimes posições, a considerar o seu sorriso como recompensa suficiente de qualquer serviço, e recear seu desprazer, embora nenhum outro mal dele resultasse, como a mais dura das mortificações”. SMITH, Adam, *ibidem*, part I, section III, chapter II, p. 63.

Por esta razão, Smith admite que metade dos esforços da vida humana, para a maioria dos homens, seria permanecer na situação que mais os colocaria sob a condição de simpatia e atenção geral. E essa disposição, em grande medida, seria a causa da corrupção de nossos sentimentos morais.

O homem de posição inferior, no entanto, deve distinguir-se por dons de outra espécie, pois a cortesia é por excelência uma virtude dos ricos e nobres. Para Smith, o homem simples se caracterizaria por virtudes como a probidade e a prudência, a generosidade e a franqueza. E a prática dessas virtudes em todas as ocasiões comuns, assim como o agir com propriedade, que exige os maiores talentos, proporcionaria o reconhecimento do seu valor, e o maior aplauso obtido por aqueles que conseguem conduzir-se com honra. Essa distinção aparenta ser nobre e necessária, mas não suficiente. Apesar da crítica aos valores dos ricos e nobres, Smith reconhece que nenhum homem, salvo algumas exceções, desprezaria a hierarquia, a distinção e a preeminência. Dessa maneira, assim como tornar-se objeto de congratulações proporcionaria o reconhecimento e a prosperidade, em situações de infortúnios nos tornamos motivo de desdém e aversão, não de solidariedade.

Após demonstrar a causa da corrupção de nossos sentimentos morais, Smith nos propõe caminhos para alcançar o respeito das pessoas e ao mesmo tempo respeitá-las. Considerou, porém, o fato que a nossa experiência de vida expressa, isto é: a sabedoria e a virtude não são os únicos objetos de respeito, tampouco o vício e a insensatez são os únicos objetos de desprezo. Dois caminhos distintos que conduzem ao mesmo objetivo são apresentados: o primeiro, escolhido por poucos, seria obtido pelo estudo da sabedoria e pela prática da virtude. Quem o escolhe preza a uma humilde modéstia e uma justiça eqüitativa. Por outro lado, o segundo caminho, percorrido pela grande maioria, consistiria na obtenção da fortuna e grandeza, e o caráter de quem o escolhe é o da grande ambição e da ostentosa avidez. Por certo, o respeito com relação a esses dois caminhos é diferente. Mas não obstante essa diferença, tais sentimentos conservariam uma notável semelhança entre si.

Uma pergunta, contudo, permanece: Se existem então os dois caminhos descritos por Smith, e podemos optar por um deles, por qual razão se corromperia a conduta humana? Para ele, seria a busca dos meios para conduzir a admiração a si próprio, através do comportamento definido pela moda. A sua resposta exhibe o padrão de comportamento social estabelecido pelos ricos e grandes – a moda; e revela o caráter das classes sociais:

*“The lewdness of a man of the fashion is seen with little disdain and aversion of that of a man of stingier condition. Generally, takes offense much more a simple trespass of the rules of the moderation and convenience that perhaps practises I finish it of the constant disdain and I confess of these same rules on the part of the first one”.*¹⁴

Nessas circunstâncias, os candidatos à fortuna e ao prestígio abandonariam com frequência as trilhas da virtude. Mas essa invejada situação seria, em grande medida, um verdadeiro engano, sustenta Smith, pois os inúmeros meios para obter o respeito e a admiração dos homens frequentemente conduzem ao exercício da fraude e à falsidade. Portanto, embora possam alcançar o êxito desejado, a honra de sua elevada posição aparece tanto a seus próprios olhos quanto ao das outras pessoas, corrompida e maculada pela baixeza dos meios pelos quais ascendeu a tal nível. Em seguida, pretende-se discutir os conceitos e as características das virtudes: da justiça e da beneficência, destacadas em TMS.

Na visão de Smith, a beneficência é uma virtude que se caracterizaria pela voluntariedade. Por isso, não há necessidade de impor sua prática às pessoas, e por este motivo, quem não a exercita em benefício de alguém, de modo algum, lhe deveria ser imposto um castigo ou pena, pois essencialmente não tende a produzir nenhum mal.

*“(...)the mere absence of beneficent virtues, although it can disappoint us as for the albeit it would be reasonable to wait, it doesn't provoke nor it tries to provoke, any badly of which have occasion of defending”.*¹⁵

¹⁴ “A devassidão de um homem da moda é vista com menos desprezo e aversão do que a de um homem de condição mais mesquinha. Comumente, ressentem-se muito mais uma simples transgressão das regras da temperança e conveniência que porventura pratique o último do desprezo constante e confesso dessas mesmas regras por parte do primeiro”. SMITH, Adam, *ibidem*, part I, section III, chapter III, p. 73-74.

¹⁵“(...) a mera ausência de virtudes beneficentes, embora possa nos decepcionar quanto ao bem que seria razoável esperar-se, não provoca nem tenta provocar, nenhum mal do qual tenhamos ocasião de nos defender”. SMITH, Adam, *ibidem*, part II, section II, chapter I, p. 97. O objetivo do autor é explicitar uma comparação entre a virtude da beneficência e a virtude da justiça. Destacando a voluntariedade da beneficência, não seria correto culpar uma pessoa que não recompensa seu benfeitor, pois ela não está

Para ilustrar esse conceito, Smith explicita a dívida de gratidão como um exemplo dos deveres da beneficência, pois entende que isto é um dever que mais se aproxima da perfeita e completa obrigação. Ademais, agindo dessa forma, parece que seríamos elementos apropriados de aprovação pelo observador, e por conseguinte, merecedores de recompensa.

Há, entretanto, uma outra virtude: a justiça, cuja observância se lega à liberdade de nossa própria vontade. Com efeito, tal virtude pode ser extorquida pela força, e sua violação expõe ao ressentimento e conseqüentemente à punição. Assim, ferir as pessoas por motivos naturalmente desaprovados é objeto apropriado de desaprovação do observador e passível de punição o infrator.

*“In the measure where the men accept and approve the violence used to avenge the evil caused for the injustice, more still they must accept and approve the one that is used to prevent and to repel the offence, restraining the offender to wound its fellow creatures”.*¹⁶

Uma segunda característica discutida por Smith seria a fundamental distinção entre a justiça e todas as outras virtudes sociais, pelo fato de que nos sentiríamos na obrigação mais estrita de agir de acordo com a justiça, do que segundo as virtudes deixadas, em certa medida, a nossa própria escolha: a amizade, a generosidade ou a caridade. Na prática isto significa dizer que estamos propensos a empregar a força para fazer observar as regras de uma, porém a abdicar dos preceitos da outra. E durante a aplicação das regras de justiça, Smith nos chama a atenção para a distinção entre uma ação censurável e a força que se pode empregar para puni-la ou para preveni-la. Para Smith, podemos interpretar um ato que seja carente do grau comum de beneficência como censurável, por outro lado, o mesmo seria louvável se excedesse esse grau comum. Considerando-se porém esse grau comum em si mesmo, como por exemplo a conduta normal de convivência de uma família, não é possível definir a sua qualidade apropriada, ou seja, não demonstra

causando um dano a ninguém. Tal atitude pode até nós decepcionar, por sua ingratidão, porém não poderia provocar um ressentimento de que as outras pessoas compartilhem.

merecer nem elogio nem censura. A partir desta consideração ele assinala a quem caberia a defesa dos direitos dos cidadãos, como a determinação do grau de punição das ofensas a eles cometidas: ao governo. Portanto, entre iguais, existe uma instituição governamental responsável por representá-los ao se fazer uso das regras da justiça: Diz ele: *"In all these occasions, would be judged that it constitutes the biggest degree of equal insolence and swaggerer to make use of force one against the other"*.¹⁷

Do exposto acima, decorrem as responsabilidades cabíveis ao representante governamental, isto é, ao legislador, dado que, com a aprovação universal, ele poderia legislar sobre aqueles que estão sob a sua jurisdição. Segundo Smith, no desempenho de suas funções seria papel do legislador: a) conservar a paz pública entre os cidadãos contendo toda forma de injustiça; b) promover a prosperidade da República, incentivando a prática da virtude e da adequação, promovendo a solidariedade entre os concidadãos; c) exigir a todos os que pertencem à jurisdição a obediência às leis, e essas leis devem estar adequadas às condições de liberdade, segurança e justiça.

Mas essa discussão não é tão simples para o autor. Smith tem um objetivo mais amplo em mente. Para tanto, argumentou: se, por um lado, não se exige a vigência de qualquer tipo de punição quanto à prática da beneficência, por outro lado, essa virtude incontestavelmente merece a mais alta recompensa. Ela expressa o bem maior na relação da convivência humana, além de caracterizar-se como uma virtude positiva. Por outro lado, a correta observância dos preceitos da justiça parece não merecer nenhuma recompensa, pois quando o agente invoca a justiça para determinar a sua conduta, na maioria das vezes, age em função de uma virtude negativa. Com efeito, não violar a propriedade, a pessoa ou a reputação dos outros seriam

¹⁶ "Na medida em que os homens aceitam e aprovam a violência empregada para vingar o mal causado pela injustiça, mais ainda devem aceitar e aprovar a que é empregada para prevenir e repelir a ofensa, coibindo o ofensor de ferir seus semelhantes". SMITH, Adam, *ibidem*, part II, section II, chapt. I, p. 99.

¹⁷ "Em todas essas ocasiões, julgar-se-ia que constitui o maior grau de insolência e presunção iguais fazerem uso da força um contra o outro". SMITH, Adam, *ibidem*, part II, section II, chapter I, p. 100. Smith declara que a autoridade estatal seria o principal mediador no uso da justiça. Dessa atribuição dependerá a existência do acordo entre os cidadãos.

ações necessárias e prescritas, porém insuficientes para merecer alguma recompensa.

É dentro dessa perspectiva, que Smith esboçará o seu plano de coesão social. Como já descrevemos acima, vale dizer que na busca da riqueza e prestígio, o homem expressaria o seu egoísmo extremado. Essa máxima, porém, no âmbito da justiça encontrará os limites apropriados de sua atuação. Como declarou Smith:

*“In the race for the wealth, honours and privileges, will be able to run more than it will be able, pressuring each nerve and each muscle, to surpass all its competitors. Harms if push or knock down any one of these, the tolerance of the spectators’ finish of all. The equity is a breaking, that cannot accept”.*¹⁸

Constitui, portanto, uma violação às leis da justiça, a conquista do poder econômico e social que burla as leis protetoras da vida, da propriedade e dos direitos pessoais. A harmonia da convivência em sociedade dependeria da prática do senso de justiça, responsável pelo equilíbrio entre o egoísmo e o dever. Essa forma pela qual o homem poderia subsistir em sociedade, produz a coesão social, ou seja, ajudando uns aos outros por virtudes nobres, e estando igualmente expostos a ofensas mútuas, todos os diferentes membros da sociedade estariam atados para um centro comum de conduta. Até mesmo se essa ajuda não fosse por motivos nobres, como pode ocorrer entre diferentes mercadores que - por um senso de utilidade, sem qualquer amor ou afeto recíprocos - ainda é possível manter a sociedade por uma troca mercenária de bons serviços. De outra maneira, a subsistência da sociedade estaria comprometida, já que não é possível estabelecer uma coesão mínima entre indivíduos que estão sempre prontos a se ferir e ofender mutuamente, e essa ruptura conduziria a um real caos social.

Essa é a questão que permeia TMS: embora as ações beneficentes se caracterizem como as ações humanas merecedoras de recompensa, o exercício dessa virtude seria menos essencial à existência da sociedade do que o são os atos aprovados pela justiça. Smith justifica essa declaração:

¹⁸ “Na corrida pela riqueza, honras e privilégios, (o homem) poderá correr o mais que puder, tensionando cada nervo e cada músculo, para superar todos os seus competidores. Todavia, se empurra ou derruba qualquer um destes, a tolerância dos espectadores acaba por completo. É uma violação a equidade, que não podem aceitar” SMITH, Adam, *ibidem*, part II, section II, chapter II, p. 104.

*“Justice, in contrast of the other virtues, is the main pillar that supports the building. If removed, the great, immense structure of the society human being, this structure whose instauration and bed in this world seem to have demanded, if allows to say, the proper one and rare well-taken care of the nature, it will have in little time to undo in atoms”.*¹⁹

Para concretizar neste trabalho o projeto moral, social e político de Smith, em seguida discutiremos os elementos que para o autor sugerem uma grande influência sobre o sentimento de aprovação da conduta humana. Em particular, a extrema importância conferida à utilidade dos objetos, – considerada por Hume, como a fonte que constantemente seria capaz de proporcionar o prazer ou a comodidade ao seu possuidor. Por certo, Smith seguramente reconheceu as qualidades desse aspecto para a ação das pessoas. Com efeito, se em um julgamento moral se avalia a adequação e o mérito da ação, isto não exclui a sua utilidade, pois toda ação que for útil para o bem-comum ou para a pessoa que recebeu esta ação intensifica e reforça os sentimentos de adequação e mérito. Porém, contestou essa forma de influência como motivo ou critério de ação para a aprovação da conduta humana.

Em vista desta exigência, um objeto teria mais valor do que a sua real finalidade. Ademais, os meios capazes de produzir tal prazer se revelariam mais valorizados em relação à própria comodidade ou prazer. Portanto, para Smith a utilidade deveria ser um meio pelo qual estabelecemos as distinções, a finalidade, à qual os objetos se destinam. Desse modo seria possível ao agente selecionar uma escolha apropriada e condizente com seus anseios. Entretanto, Smith observa que nos mais importantes assuntos da vida humana, com ampla convicção, optaríamos por valorizar tanto os objetos quanto os meios determinados pelo princípio de utilidade. Sob o ponto de vista da utilidade, os prazeres da riqueza e da honra atingiriam a imaginação do agente, de modo a lhe conferir o status de grande, belo e nobre. E a obtenção

¹⁹ “A justiça, ao contrário das outras virtudes, é o principal pilar que sustenta o edifício. Se removida, a grande, imensa estrutura da sociedade humana, essa estrutura cuja instauração e suporte neste mundo parece ter exigido, se permitem dizer, o peculiar e raro cuidado da natureza, deverá em pouco tempo esboroar em átomos”. SMITH, Adam, *ibidem*, part II, section II, chapter III, p. 107.

desses caracteres exigiria das pessoas todo o trabalho e cuidado que estão dispostos a lhe dedicar.

Em todo caso, a posição crítica de Smith subverte a máxima utilitarista da época “a maior felicidade para o maior número de pessoas” para um guia de ação que visaria o bem-estar da sociedade. Em TMS, ele afirmou:

*“Though the standard by which casuists frequently determine what is right or wrong in human conduct, be its tendency to the welfare or disorder of society, it does not follow that a regard to the welfare of society should be the sole virtuous motive of action, but only that, in any competition, it ought to cast the balance against all other motives”.*²⁰

Então, segundo Smith, a única diferença “(..) entre isto (a teoria utilitarista) e este com o qual me empenhei em estabelecer, é que aquele faz da utilidade, e não da simpatia, ou da correspondente afeição do espectador, a medida original e natural neste mesmo grau”.²¹

Já apresentei algumas razões apontadas por Smith para contestar o princípio de utilidade. Contudo, se admitirmos o progresso obtido por essa ilusão humana, seria possível, segundo Smith, identificar o lado bom desta forma de agir. Foi agindo assim que o homem manteve em movimento contínuo toda a sua capacidade inventiva e transformadora da natureza, dos objetos, da agricultura, das ciências, das artes, entre outras. Não obstante, com a propagação do progresso, surge também a percepção da ambição e do acúmulo de riquezas. Smith reflete essa opinião, destacando o caráter ambicioso do senhor feudal no início da era mercantilista:

*“It is not without reason that the sly and insensitive feudal gentleman sees its ample fields and, without thinking about the lacks of its brothers, consumes in imagination everything what there it is planted. The known and common saying, of that the eyes are bigger of the one than the belly, if never confirmed more than in this case”.*²²

²⁰ “A despeito de que o padrão pelo qual a casuística normalmente determina o que é certo ou errado na conduta humana ser a tendência para o bem-estar ou desordem da sociedade, disto não se segue que o respeito para com o bem-estar da sociedade deva ser o único motivo virtuoso da ação, mas somente que, em qualquer concorrência, isto deve pender a balança contra todos os outros motivos”. SMITH, Adam, *ibidem*, 1984, p. 304.

²¹ SMITH, Adam, *ibidem*, 1984, p. 306.

²² “Não é em vão que o altivo e insensível senhor feudal vê seus amplos campos e, sem pensar nas carências de seus irmãos, consome em imaginação tudo o que ali está plantado. Nunca o provérbio popular e comum, de que os olhos são maiores do que a barriga, se confirmou mais que nesse caso.” SMITH, Adam, *ibidem*, part IV, chapter II, p. 225.

Mas tal presunção repousa sobre um erro de avaliação, pois na verdade os ricos e nobres seriam conduzidos por uma *mão invisível* a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida, se caso a terra fosse dividida igualmente entre todos os indivíduos; e, por este motivo, sem o saber, eles promovem os interesses da sociedade e oferecem os meios para multiplicar a espécie. Nessas circunstâncias, Smith explicita o processo de desenvolvimento dos meios de produção como uma fonte importante no desenvolvimento da economia, da população e da sociedade.

O segundo elemento a ser abordado prescreve os parâmetros, pelos quais, a utilidade é relevante aos caracteres e ações humanas. Tal pensamento sugere a seguinte afirmação. Os caracteres dos homens, os produtos artísticos ou comerciais, as instituições do governo civil, podem servir ou para promover ou para perturbar a felicidade, tanto do indivíduo quanto da sociedade. Para tanto, o caráter do homem que se caracteriza pela nobreza é o caráter prudente, aquele que nos proporciona prosperidade e satisfação, assim como para todas as pessoas com quem nos relacionamos. Ao contrário, ou seja, o caráter imprudente prenuncia a devassidão do indivíduo e de todos aqueles que o cercam. Se estamos, portanto, comprometidos a promover a felicidade, o caráter prudente revelaria o mais perfeito dos modelos.

Com respeito ao governo civil, a relevância de sua utilidade deveria corresponder em um grau muito maior à preponderância da sabedoria e da virtude, pois, uma política civil que evidenciasse os vícios poderia ser mais destrutiva e fatal aos cidadãos de tal sociedade. O objetivo de Smith, com a descrição da relevância da utilidade quanto a sabedoria e a virtude, é examinar a origem do senso de aprovação ou desaprovação de uma ação virtuosa. Por certo, Hume, foi quem primeiro declarou tal princípio afirmando:

*“No quality of the spirit is approved as virtuous, to not to be the ones that are useful and pleasant, either for the proper person, either for the other person; e none is disapproved as vicious, except the ones of contrary trend”.*²³

²³ “Nenhuma qualidade do espírito é aprovada como virtuosa, senão as que são úteis e agradáveis, seja para a própria pessoa, seja para a outra pessoa; e nenhuma é desaprovada como viciosa”. HUME, David, *Treatise on Human Nature*, part III, section II, chapter I, (ed. Selby-Bigge) *passim*.

Segundo Smith, é um equívoco definir essa utilidade ou dano, como a primeira e principal fonte de nosso senso de aprovação ou desaprovação. Em primeiro lugar, argumentou, seria impossível que a aprovação da virtude fosse um sentimento da mesma espécie daquele, pelo qual, aprovamos um edifício ou um cômodo bem projetado. Um outro aspecto dessa inadequação da utilidade seria declarar que ela constitui o primeiro fundamento de nosso senso de aprovação, uma vez que, na sua concepção, o sentido da aprovação de uma ação implicaria primeiramente em um senso de adequação, e tal procedimento é distinto da percepção da utilidade. Com isto, seria possível então propor em que consiste a verdadeira virtude da prudência: na razão e nos entendimentos superiores que nos capacitam a discernir as conseqüências hipotéticas de nossos atos, e no autodomínio que nos permite abster-nos de um prazer momentâneo ou de suportar uma dor no presente, diante da perspectiva de se obter um maior prazer ou evitar uma grande dor no futuro.

Utilizando-se dessas duas qualidades, Smith demonstrou a forma, pela qual se deveria avaliar a relevância do princípio da utilidade em relação ao comportamento do agente. Em nenhum momento desprezou o valor de tal conceito; contudo, fez questão de enaltecer o caráter humano, o princípio e modelo de aprovação e desaprovação para o próprio indivíduo, como para os outros indivíduos. Assim, o cuidado com a saúde, a fortuna, a posição e a reputação são ações prudentes, muito respeitáveis e devem ser praticadas. Entretanto, deve-se também observar que uma conduta orientada para propósitos mais nobres que os anteriores, tais como a valorização da vida, a benevolência, o respeito às regras da justiça, o autodomínio, merece propriamente o nome de **Prudência**, e isto deveria ser o maior objetivo de todo legislador.

Essa última afirmação provém da igualdade para a qual as ações beneficentes são recomendadas tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Na análise dessa discussão, Smith apontará os desígnios do Estado à promoção da beneficência para os cidadãos. Portanto, se é de fato verdade, que o Estado é a maior sociedade onde se estabelecem as relações humanas, então pode-se dizer que essa instituição exerce grande influência

sobre a nossa felicidade ou nosso infortúnio, como a nossa boa ou má conduta. Com efeito, ao examinarmos os reflexos de nosso vínculo com a sociedade, verificamos lucidamente como eles nos influenciam quando vivenciamos situações distintas. Efetivamente, sentimos uma espécie de honra em situações de prosperidade e glória, quando nos comparamos a nações de mesmo perfil. Ao contrário, ou seja, qualquer aspecto que se mostre inferior a essas aspirações nos mortificaria.

Tal disposição acima observada nasceria do nosso amor ao país. E a satisfação em exprimir a grandeza do país e a admiração por ele, em relação às outras nações, faz suscitar em todas as pessoas o respeito e a reverência pela constituição, assim como o desejo de expandir, o quanto pudermos, as condições de vida de nossos concidadãos. De fato, afirmou Smith:

*“Who is not citizen is not inclined to respect the laws and to obey the civil magistrate; and certainly is not good citizen who does not desire to promote, by all means to its disposal, the welfare of all society and its fellow citizens”.*²⁴

Do exposto parece se seguir que a melhor maneira de manter essa situação em equilíbrio, não é outra, senão o apoio questionável ao governo em atual exercício. E no exercício de tal tarefa cabe ao homem público governar com humanidade e benevolência, respeitando a liberdade e os direitos estabelecidos dos cidadãos e da sociedade, utilizando-se da justiça como a norma geral para a defesa do indivíduo e da nação e incentivando os indivíduos a buscarem melhores condições de vida.

Ademais, TMS nos propõe um modelo, que não pretende ser único, tampouco acrítico. Ciente desses aspectos, Smith levantou inúmeras questões inerentes à convivência social humana, e buscou respondê-las coerentemente, como as descrevemos no texto. Mas foi racional, prudente e justo, o suficiente, não as caracterizando como verdades absolutas. Outros aspectos relevantes dos princípios de TMS serão discutidos, em ordem, na seqüência dos Capítulos.

²⁴ “Quem não é cidadão não está inclinado a respeitar as leis e a obedecer ao magistrado civil; e certamente não é bom cidadão quem não deseja promover, por todos os meios à sua disposição, o bem

1.4- As propostas de Smith em *Wealth of Nations*

Em, 1776 Adam Smith publicou a obra pela qual alcançou o maior reconhecimento de seus trabalhos científicos: "*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*" (WN). Pode-se dizer que o principal objetivo de WN foi formular hipóteses sobre as condições que permitem uma nação ser rica e próspera. Ainda há quem considere que Smith também tinha por objetivo a elaboração de uma filosofia social completa. Para ilustrar seus conceitos, Smith utilizou-se das experiências humanas, acentuando continuamente os fatos e sua significação em vez de extrair conclusões de princípios abstratos; e reconheceu a importância que as pessoas dão ao desejo de riqueza mas não a elevou, ao nível de fundamento principal de um sistema político.

De fato, no centro de seu sistema político está o indivíduo, sendo este o elemento norteador das ações na complexa sociedade humana. Contudo, como já se afirmou anteriormente, em se tratando de riqueza e prosperidade, Smith reafirma em WN a natureza egoísta do homem. Há uma crítica a essa tese, considerada por muitos especialistas, como estando em contradição com o perfil do homem descrito em TMS, que considera o ser humano como naturalmente simpático. Este dualismo ficou conhecido como o "o problema de Smith", ainda que muitos autores considerem que se trate "pseudo-problema".

Nesse contexto, será exposta a seguir a argumentação de D.D. Raphael e A. L. Macfie, que consideram as duas obras complementares. Para eles, esta interpretação dualista teria se originado da ignorância e má interpretação das duas obras, pois uma leitura atenta da primeira edição de TMS (1759) e depois da última edição (1790) demonstraria a qualquer leitor que foi a mesma pessoa que escreveu TMS e WN, ou mesmo poderia sugerir

estar de toda sociedade e de seus concidadãos." SMITH, Adam, *ibidem*, part VI, section II, chapter II, p. 290.

que tivesse ocorrido uma mudança radical no pensamento de Smith. O que parece importar então, é que tanto a Ética quanto o comportamento humano seriam basicamente os mesmos para qualquer edição de TMS. Com efeito, o que pode ter ocorrido entre elas é um desenvolvimento, mas não alterações fundamentais. Argumenta-se também que TMS e WN estão conectadas, pois isto pode ser exemplificado na 6ª edição de TMS, na qual Smith afirmou:

*“I should in another discourse endeavour to give an account to the general principles of law and government, and of the different revolutions which they had undergone in the different ages and periods of society; not only in what concerns justice, but in what concerns police, revenue, and arms, and whatever else is the object of law. In the Enquiry concerning the Nature and Causes of the Wealth of Nations, I have partly executed this promise; at least so far as concern police, revenue, and arms”.*²⁵

Se essa posição for aceita, podemos considerar, como Raphael e Macfie, que a interpretação dualista das duas principais obras de Smith é equivocada. Afirmar que o açougueiro e o padeiro trabalhariam para o seu benefício próprio, não se chocaria com o altruísmo que adviria da simpatia, da benevolência e do dever que existiriam e se desenvolveriam nas pessoas para com os seus semelhantes. Ademais, como já foi argumentado acima, o egoísmo seria um dos mecanismos que permitem à sociedade o desenvolvimento econômico, sem porém deixar de se preocupar com seus cidadãos.

É também importante destacar no presente texto a abrangência e os objetivos dos conceitos de WN. Trata-se de princípios de aplicação geral que podem ser utilizados por qualquer nação, pois pretende explicitar um modelo científico, dissociado de fatores individuais, sejam eles países, partidos, legisladores, monarcas, entre outros.

Com respeito ao resumo geral da obra, podemos dizer que WN consiste de uma introdução de três páginas na qual o autor apresenta seu plano de trabalho, cinco livros e um pequeno apêndice. A introdução define o propósito do seu trabalho. Diz ele:

²⁵ “Eu devo em outro tratado me empenhar em fornecer uma avaliação para os princípios gerais da lei e do governo, e das diferentes revoluções que sofreram nas diferentes épocas e períodos da sociedade; não somente no que concerne à justiça, mas no que concerne à política, rendimentos, e forças armadas, e qualquer que seja o objeto da lei. Na investigação acerca da natureza e causa da Riqueza das Nações, eu

“The annual work of all nation is the deep one that originally it supplies it of all the necessary and convenient things to the life for it annually consumed, and that they always consist of the immediate product of this work or of that is bought with this product in other nations.

Thus being, in agreement this product or what with it it is bought represents bigger or lesser ratio relatively to I number it of whom they have of consumiz it, the nation or more will most badly be supplied with all the necessary and convenient things that if it needs.

*Harms this ratio must be, in all the nations regulated by two different circumstances: first, for the skill, dexterity and judgment with that its force of work generally is applied; and second, for the ratio between I number it of that they are used in useful work and of that thus they are not used. whichever the ground, the climate or the territorial extension of any nation in particular, the wealth or scarcity of its annual suppliment must, in this particular situation, to depend on those two circumstances”.*²⁶

Com esse objetivo, os dois primeiros livros explicitam os princípios gerais da “Economia”. No livro 1, Smith examinou as causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a forma pela qual o que se produz é distribuído entre as diferentes classes e membros da sociedade. Além disso, afirmou que a divisão do trabalho estaria limitada pela extensão do mercado. Quanto mais indivíduos estivessem envolvidos em trocas mútuas, mais especializado se tornaria cada um, e isto aumentaria a produção gerada através do trabalho especializado e geraria maior riqueza para os indivíduos e para a nação.

O livro 2 trata do princípio pelo qual se dá o acúmulo de capital. Isto aconteceria de forma gradual, e expressaria o resultado das diferentes quantidades de trabalho que o acúmulo de capital colocaria em movimento, conforme o emprego dado a este. Pode-se dizer que este tópico tem uma

parcialmente executei esta promessa; pelo menos no que se refere a política, rendimento, e forças armadas”. SMITH, Adam, *The Theory of Moral Sentiments*, Advertisement, p. 490.

²⁶ “O trabalho anual de toda nação é o fundo que originalmente a supre de todas as coisas necessárias e convenientes à vida por ela anualmente consumidas, e que sempre consistem no produto imediato desse trabalho ou no que é comprado com esse produto em outras nações.

Assim sendo, conforme esse produto ou o que com ele é comprado represente maior ou menor proporção relativamente ao número daqueles que hão de consumi-lo, a nação será mais bem ou mais mal abastecida de todas as coisas necessárias e convenientes de que se necessite.

Contudo essa proporção deve ser, em todas as nações, regulada por duas circunstâncias diferentes; primeiro, pela perícia, destreza e julgamento com que a sua força de trabalho é geralmente aplicada; e segundo, pela proporção entre o numero daqueles que estão empregados em trabalho útil e o daqueles que não estão assim empregados. Seja qual for o solo, o clima ou a extensão territorial de qualquer nação em particular, a abundância ou escassez de seu suprimento anual deve, nessa situação particular, depender daquelas duas circunstâncias”. SMITH, Adam, *An Inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations*, vol I, p. 1.

relação com a divisão do trabalho, pois a acumulação de capital implicaria na promoção da divisão do trabalho.

*“(...)the accumulated capital must, in accordance with the nature of the things, to precede the division of the work to carry through this great perfecting of being able them productive of the work”.*²⁷

Com isto, *“(...) labour can be more subdivided in proportion only as stock is previously more and more accumulated”.*²⁸

No terceiro livro, relata a maneira pela qual ocorreu o “progresso da opulência em diferentes nações”. Smith recorre à história, especificamente, aos caminhos que levaram ao desenvolvimento da agricultura e da indústria na Europa, após a queda do Império Romano. Argumenta que o caminho natural para o desenvolvimento das nações seria da agricultura para manufatura, pois as manufaturas produzidas nas cidades utilizavam matéria prima do campo. Entretanto, por motivos políticos, os reis promoveram auto-governos (self-government) e melhor administração nas cidades. Com isto, muitas nações trilharam outros caminhos, fato que propiciou maiores progressos nas cidades industriais, enquanto que a obsessão e tirania dos grandes proprietários de terra inibiram o progresso da indústria no campo.

O livro 4 esboça uma avaliação das teorias de Economia Política da época – o sistema mercantilista, e o sistema agrícola: a fisiocracia. A primeira teoria como já apontamos, enfatiza que o nível de riqueza de uma nação é consequência da exportação de sua produção, enquanto a segunda teoria afirma que a riqueza de uma nação aumentaria exclusivamente pela produção agrícola. Smith faz críticas a ambas, argumentando que o governo não deveria dirigir a indústria para a exportação, ou a agricultura em uma direção em particular, mas deveria permitir que tais atividades, seguissem na direção em que os indivíduos particulares pudessem extrair os seus melhores proveitos.

²⁷ “o capital acumulado deve, de acordo com a natureza das coisas, preceder a divisão do trabalho para realizar este grande aperfeiçoamento dos poderes produtivos do trabalho”. SMITH, Adam, *Ibidem*, vol I, p. 259.

²⁸ “(...) o trabalho pode ser mais e mais subdividido somente na proporção em que o estoque for previamente mais e mais acumulado”. SMITH, Adam, *ibidem*, vol I, p. 280.

O quinto e último livro trata das receitas e despesas do soberano, dos princípios de tributação e da interferência estatal. Nesse livro, Smith pretende explicitar certos deveres do Estado e os modos de garantir as receitas necessárias ao seu cumprimento. A riqueza da nação é analisada como uma entidade política, isto é, caberia ao legislador a tarefa de administrar as despesas do governo, as taxas estabelecidas no país, o déficit público, o suporte para a educação e religião, entre outras.

No que se refere aos objetivos científicos de Smith, autores como Tom Campbell afirmam que ele desejava ser reconhecido como o Isaac Newton das Ciências Sociais, tendo por esta razão, aplicado a teoria astronômica de Newton no estudo da conduta humana e concluiu “(...) *la sociedad es como un mecanismo que conserva su vida y que cumple su propósito estableciendo y restableciendo ciertos balances naturales o, en terminologia moderna, equilibrios*”.²⁹

Limitando-se ao aspecto econômico, Smith percebeu que a solução para o problema do equilíbrio econômico em diferentes sistemas implicava em diferentes maneiras de se ajustar e disciplinar as ações individuais. Era necessário então apontar os elementos essenciais para tal tarefa. E a resposta adequada ao problema de coordenação, na sua visão, estava nos representantes básicos do sistema, ou seja, o Estado e o Mercado. Entretanto, o princípio de funcionamento destes dois representantes revelava-se assimétricos.

De um lado, havia uma autoridade estatal tentando impor uma ordem ao sistema econômico através do processo político – o que no séc. XVIII era o sistema mercantilista. Smith considerava que essa prática estatal causaria discórdia, ineficiência e confusão. Assim, as tentativas do governo de interferir, manipular e conduzir as atividades das pessoas e das empresas, de modo a obter os resultados planejados, em certa medida, permitiriam algum

²⁹ “(...) a sociedade é como um mecanismo que conserva sua vida e que cumpre seu propósito estabelecendo e restabelecendo certos balanços naturais, ou, em uma terminologia moderna, equilibrios”. CAMPBELL, Tom, *Siete Teorias de la Sociedad*, p. 116.

grau de coerção e acabariam, na maioria dos casos, gerando ineficiência, menos bem-estar e efeitos não previstos pelo legislador.

Do outro lado, proferiu, estava o livre Mercado – sistema pelo qual os indivíduos são livres para tentar satisfazer seus objetivos com seus próprios recursos, sem a determinação imposta pela autoridade estatal. Com efeito, tal princípio, inicialmente pareceria tender à desordem, ao desperdício e anarquia. No entanto, este possuiria uma lógica interna de funcionamento cujo resultado além de não tender ao caos geraria uma ordem espontânea e não desordem.

Nesse sistema, sugeriu Smith: “(...) *each man, since it doesn't violate the laws of the justice, it is perfectly free to pursue his own interest her way, and to put her diligence and his capital in competition with the one of any other man (...). On the type of domestic industry that his capital can use, and whose product will have chance of being of the largest value, each individual, is evident, it can, in her local situation, to judge much better of the than he would make any political or legislator. The politician that it tried to drive the private people in the way as they should apply their capitals would be not only if overloading of the most unnecessary attention, but assuming an authority that could not just be entrusted to an isolated person, but the any piece of advice or senate of any species*”.³⁰

Do exposto pode-se inferir que, para Smith, a interação das atividades de um grande número de indivíduos e de indústrias, cada qual buscando defender o que acredita ser do seu próprio interesse, conduziria à formação de uma ordem espontânea e capaz de garantir uma alocação eficiente dos recursos produtivos (terra, capital e trabalho) de uma comunidade. Para tanto, o equilíbrio seria realizado de um modo espontâneo pelo sistema de preços, e o Estado ficaria desobrigado do dever de supervisionar a Economia. No âmbito dessa discussão, vale dizer que dentro da lógica de mercado, embora o indivíduo seja livre para escolher e realizar seus próprios fins, isso não significa que existiria uma total ausência de

³⁰“(...) cada homem, desde que não viole as leis da justiça, fica perfeitamente livre para perseguir seu próprio interesse a sua maneira, e colocar sua diligência e seu capital em competição com os de qualquer outro homem (...). Sobre o tipo de indústria doméstica que seu capital pode empregar, e cujo produto terá chance de ser do maior valor, cada indivíduo, é evidente, pode, na sua situação local, julgar muito melhor do que faria qualquer político ou legislador. O político que tentasse dirigir as pessoas privadas na maneira como devem aplicar seus capitais estaria não só se sobrecarregando da mais desnecessária atenção, mas assumindo uma autoridade que não poderia ser confiada não apenas a uma pessoa isolada, mas a nenhum conselho ou senado de qualquer espécie”. SMITH, Adam, *ibidem*, 1776, Vol IV, p. 687. Tais características fazem parte da descrição da metáfora da mão invisível. O homem é levado por tais diligências a promover um fim que não era parte de sua intenção. Ademais, pela busca do seu próprio interesse ele promoveria, com mais eficácia, o interesse da sociedade do que quando realmente desejava promovê-lo.

restrições externas ao seu comportamento. O objetivo da solução descrita por Smith é a mudança da natureza da disciplina e não a sua inexistência. Essa é a diferença entre o mercado e o Estado enquanto resposta aos problemas de natureza econômica.

Um outro aspecto relevante desse sistema é a mudança radical do comportamento dos indivíduos. Se no sistema estatal o indivíduo estava pressionado a obedecer e cumprir as regras, as metas e os prazos estabelecidos pelo Estado, no sistema de Mercado, ele está convocado a fazer alguma coisa para abrir um canal de acesso aos bens e serviços, algo que o mercado reconheça e está disposto a pagar. Segue-se daí que, a remuneração desta nova prática não dependeria do mérito moral, cívico ou de suas intenções, mas do valor que as pessoas estão dispostas a pagar para ter acesso aos bens que oferece ou ao serviço que presta. Assim, os indivíduos que, por qualquer motivo não se adequarem ao mecanismo do mercado estariam sujeitos à fome, à mendicância e à privação. Essa última disposição foi considerada posteriormente como uma motivação egoísta para o agir das pessoas em sociedade. Em outras palavras, na seguinte afirmação:

“It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self love, and never talk to them

*of our own necessities but of their advantages”.*³¹

Apesar de tecer observações com expressivo realismo, como a citada anteriormente, Smith era consciente, ao contrário da maioria de seus seguidores, de que a sua teoria econômica não poderia mudar substancialmente os rumos dos acontecimentos. Parafraseando Amartya Sen

podemos dizer que uma leitura dessa passagem indicaria que o objetivo de Smith aqui “é especificar por que e como se efetuam as transações normais de mercado e por que e como funciona a divisão do trabalho”.³²

³¹“Não é por conta da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, mas sim da atenção que eles dedicam ao seu próprio interesse. Nós nos dirigimos não a sua

Por certo, ele estava consciente quanto à força dos preconceitos públicos e dos interesses privados que se opunham ao mercado livre. De fato destacou “gente do mesmo ramo de negócios raramente se encontra, até mesmo para entretenimento e diversão, sem que a conversa termine em conspiração contra o público ou em algum conluio para elevar os preços”. No âmbito público, advogou que as nações, mesmo as mais desenvolvidas, não implantariam tais conceitos; *“esperar que a liberdade de comércio seja algum dia completamente instaurada na Grã-Bretanha é tão absurdo quanto esperar que uma Utopia ou uma Oceana nela seja implantada.”*³³ Para Smith, o mercado é uma instituição humana – uma conquista prática da humanidade constituída por regras que não foram deliberadas por alguém e nem pela intenção humana, mas que se formaram gradualmente como resultado da ação humana.

De acordo com essa análise, não se poderia atribuir a Adam Smith ou à Economia Política a criação do mecanismo de mercado. Na realidade, o mercado seria um produto das regras de convivência entre os participantes do espaço econômico. Esse exemplo seria suficiente para desmascarar, dentro do âmbito das ações econômicas das instituições governamentais, o erro fatal, arrogante e racionalista das economias de Planejamento Central, que pretendem, através da “organização científica” da sociedade, substituir com vantagem o mercado regido pelo sistema de preços como fonte de incentivos e mecanismo de coordenação das atividades produtivas.

Se é de fato verdade, como pretendeu Smith, que o mercado regido pelos preços é uma solução espontânea para o problema do equilíbrio econômico, isto não significa dizer que tal solução resolva os problemas da escassez e da escolha. Para o nosso trabalho, essas duas últimas considerações são imprescindíveis no que diz respeito às regras do jogo

humanidade, mas ao seu amor próprio, e nunca falamos com eles das nossas próprias necessidades mas das suas vantagens”. SMITH, Adam, *ibidem*, Vol I, p. 27.

³² SEN, Amartya K., *On Ethics and Economics* 1987, p. 23. Sen expõem observações importantes quanto ao perfil delineado por muitos admiradores de Smith. Mais propriamente, por aqueles, que segundo Sen, parecem não ter avançado além do trecho do açougueiro e do cervejeiro.

econômico em uma sociedade. Não é possível, entretanto, falar de um jogo, sem falar da atuação dos jogadores. Para tanto, examinaremos a seguir os elementos que compõem o “jogo da sociedade humana”, especificamente, as características e qualidades dos jogadores – as suas motivações, ações e objetivos.

Explicitamos anteriormente que o mercado seria o mecanismo disciplinador das ações humanas em sociedade. Mas convém ressaltar que o exercício dessa função não implicaria em causar danos à liberdade do indivíduo. Os agentes permanecem livres para escolher seus próprios meios, bem como para usar dos atributos de que dispõem para atingir seus próprios fins. Algumas perguntas, contudo, permanecem: O que seria razoável esperar dos indivíduos que têm a posse dessa liberdade? Quais princípios deveriam dirigir seu comportamento na vida prática, e quais as conseqüências prováveis de diferentes padrões de conduta para o desempenho do sistema econômico?

A resposta a essas questões será discutida por meio de dois argumentos. No que diz respeito ao argumento filosófico contra o coletivismo, o valor moral do indivíduo se sobrepõe aos excessos da autoridade e da moralidade cívica. Por outro lado, o argumento econômico contra o dirigismo afirma a ordem espontânea do mercado e opõe-se às distorções e à ineficiência das autoridades estatais no funcionamento da economia. A partir de tais argumentos, pode-se deduzir que enquanto a objeção da filosofia se apoia na capacidade da escolha moral, a objeção econômica se baseia na avaliação das conseqüências da adoção de regras para o problema do equilíbrio econômico. Diante deste impasse, como seria possível analisar a relação existente entre o indivíduo e a moralidade cívica e pessoal, de um lado, e o comportamento econômico do indivíduo, do outro?

Para alcançar nosso objetivo, o fato que pretendemos analisar adiante, é demonstrar que o tratamento moderno dado a essa questão assinalou a ruptura com o ponto de vista clássico e medieval. Ao longo de toda a história da Filosofia Moral, do iluminismo grego até o Renascimento, admitiu-se como axioma a condenação da riqueza, do comércio e da ambição

³³ SMITH, Adam, *ibidem*, pp. 145 e 471. “Oceana” refere-se a obra do filósofo político inglês, James

material. Sem exceção, os moralistas antigos e medievais condenaram a ganância e a busca do lucro, censuraram a acumulação de riqueza pessoal e desprezaram o incentivo ao comércio. De fato, o tom e a orientação clássica trilham esse fundamento:

“Os cidadãos da pólis não deveriam levar uma vida de artesãos ou comerciantes, porque tal vida é ignóbil e contrária à virtude (...). [O homem bom] renunciará à riqueza, às honrarias e, em geral, às vantagens pelas quais os homens lutam, preservando para si a nobreza.” [Aristóteles]

“Toda riqueza provém do pecado. Ninguém pode ganhar sem que alguém perca. Se o pecado não foi cometido pelo atual proprietário da riqueza, então a riqueza é produto do pecado cometido pelos seus antepassados.” [São Jerônimo]³⁴

Talvez seja objeto de discussão profícua saber qual foi o impacto dessa postura moral sobre o comportamento humano, o que não é o objetivo de nossa discussão. Mas é possível considerar que a insistência e a uniformidade do pensamento clássico demonstra, não só aquilo que afirma: a preferência pelos valores nobres e espirituais, mas aquilo que nega: a intensidade do desejo humano pela riqueza e conforto material. Portanto, seria justificável dizer que condenar esse desejo pressupõe reconhecer a sua existência. Ora, se o desejo pela riqueza já era reconhecido pelos clássicos, o que teria mudado a partir do Renascimento?

Uma resposta plausível a esta pergunta seria argumentar que, a partir do séc. XIV, esse poderoso impulso passou a conquistar espaços crescentes na vida prática. Adicionalmente, a maior liberdade de ação econômica provocou uma profunda reavaliação ética da ambição material enquanto motivação da conduta. Neste ponto, a reforma protestante foi um capítulo da maior importância nessa reavaliação. Nas palavras do pastor Joseph Lee: *“É uma máxima inegável que cada um, pela luz da natureza e da razão, fará aquilo que favorece sua maior vantagem (...). O avanço das pessoas privadas será o avanço do público”*.³⁵

No séc. XVII, apesar da sobrevivência dos conceitos dos moralistas clássicos, o que se observa é a mudança das diretrizes da filosofia moral que

Harrington, *A Commonwealth of Oceana* (1656).

³⁴ Cf. Aristóteles, *Politics*, citado por Russell, “History of Western Philosophy”, p. 203; São Jerônimo, citado por Viner, “The nation-state and private enterprise”, p. 40.

passa a se preocupar mais seriamente com a análise do comportamento humano como ele é, abandonando (não por completo) a pretensão de coibir os impulsos naturais ou moldar a conduta humana. O argumento central que marcaria o surgimento da ciência econômica no séc. XVIII está intimamente relacionado a este movimento no âmbito da filosofia. De fato, a partir deste movimento, a pergunta que ocupou os teóricos europeus - os fisiocratas franceses, e os iluministas escoceses – ,em suas investigações econômicas, era identificar a resposta adequada a questão: “Se a busca da riqueza é dada como um fim para a vida humana, então quais fatores e condições seriam relevantes na realização desse objetivo”.

Como já ressaltamos no texto, Adam Smith foi um personagem de destaque nas investigações dessa questão. Entretanto, como também é um dos objetivos deste capítulo demonstrar, Smith era profundamente céptico quanto à importância da riqueza para a felicidade do indivíduo. Para corroborar tal afirmação, no item anterior, nós apresentamos os conceitos de sua teoria moral, e adicionaremos aqui um comentário de Alfred Marshall:

*“Adam Smith would be the last person in the world to think that the wealth is the objective of the life human being, finishes it person to think that the ideals of a high life had to be subordinated to the growth of the material wealth for any individual or nation that respects”.*³⁶

Embora tal distinção seja procedente, isto não impediu suas investigações objetivas sobre as causas das riquezas das nações, tampouco uma resposta, minuciosamente explorada por ele, em WN. Sua explicação pode ser explicitada na seguinte proposição: Uma nação de características bárbaras pode ser conduzida ao mais elevado grau de opulência através da paz, impostos razoáveis, e uma administração tolerável da justiça; tudo o mais seria obtido pelo curso natural das coisas. Por sua vez, ao curso natural das coisas, correspondem, de um lado, a) o sistema da liberdade natural (as regras do jogo do sistema de mercado), e de outro, b) o auto interesse individual.

³⁵ Lee, Joseph, “*A vindication of a regulated enclosure*” (1656) , citado por Tawney, “*Religion na the rise of capitalism*”, p. 232.

³⁶ “Adam Smith seria a última pessoa no mundo a pensar que a riqueza é o objetivo da vida humana, a última pessoa a pensar que os ideais de uma vida elevada deveriam ser subordinados ao crescimento da riqueza material por qualquer indivíduo ou nação que se respeite”. MARSHALL, Alfred, *Industry and trade*, p. 731.

A importância e o papel da característica (a) foram discutidos acima. No que se refere à característica (b), pretendemos discutir, na seqüência, o papel relevante ocupado por ela em relação a (a) na teoria econômica de Smith. Particularmente, demonstrar que a análise de (b) permite identificar os pontos básicos que diferenciam o liberalismo econômico dos fisiocratas franceses e o pensamento mais flexível da abordagem de Smith.

Com efeito, em WN, Smith evitou esmiuçar as motivações que levariam a grande maioria dos indivíduos ao “desejo de melhorar de condição”. Pelo contrário, tratou de mostrar a força desse impulso, seus efeitos sobre o processo de geração de riqueza e sua capacidade de triunfar sobre os ditames políticos. Essa disposição, sem dúvida, é a melhor evidência da importância que ele atribuiu ao princípio do auto-interesse individual; de modo particular é a sua crítica à tese fisiocrata de que existiria um único caminho capaz de garantir o crescimento e a prosperidade das nações: a via absoluta da liberdade e da perfeita justiça. Smith considera que argumentos como este supõem que quaisquer regras do jogo econômico – que fiquem aquém do mais completo e acabado “laissez-faire, laissez-passer” iriam também impedir que o auto-interesse individual atuasse de forma eficaz na geração de riqueza, e por isso terminaria condenando a economia à estagnação.

Frente às críticas apontadas por Smith, é possível identificar uma das diferenças básicas entre o liberalismo econômico fisiocrata, com ênfase num regime puro de regras econômicas implantadas pela autoridade estatal, e a visão dos teóricos escoceses, para os quais a liberdade é uma conquista dos indivíduos que compõem a base da sociedade, e a prosperidade é o produto de suas ações, independentes do Estado, para alcançar uma vida melhor. Para melhor compreender essa distinção, é interessante destacar a opinião de Marshall sobre o purismo doutrinário e a ausência de raízes de uma doutrina na população:

“The economic liberalism has been assimilated by many lead of the thought in France, but not for the great mass of the population; and, partly for that reason, their doctrines have been there formulated with a more confident precision than in any other place. The new French system (fisiocracia) he/she was the better thinkers' work and more interesting men (...) But, although it was in harmony with the words that were in the men's lips, he was strange to their habits and latent instincts: him never if it turned

an effective part of the beginnings of action of common French in the practical life".³⁷

Um segundo aspecto a destacar é que Smith jamais sugeriu a idéia de um possível desaparecimento do Estado. Ao contrário, defendeu o exercício da autoridade política a partir de três funções básicas – segurança externa, administração da justiça e provisão de bens públicos. Considerou ainda essencial a maior participação do setor público na educação popular. Se essa posição de Smith fosse aceita, caberia ao Estado, como administrador da justiça, garantir a proteção de cada membro da comunidade contra a violência e opressão, fazendo valer: a prevenção contra o uso da fraude, da força e de práticas anticompetitivas para se obter vantagens sobre os demais; a garantia de execução de contratos livres acordados; e a defesa dos direitos de propriedade adquiridos de forma legítima.

Para Smith, como analisamos em TMS, agindo dessa maneira, se estabeleceriam os critérios das regras do sistema de mercado, assim como a própria ordem social:

"The society can to continue exist, even so not in the condition most comfortable, without the benevolence; but the prevalence of the injustice will go to cause its total destruction (...).As rules of justice can be compared the rules of the grammar; e the rules of the other virtues, to the rules that the literary critics make use for the execution of that he is sublime and elegant in a composition. They (rules of justice) are necessary, accurate and indispensable. (of the other virtues) they are inexact, vacant and indetermined, and in they suggest plus a general idea of perfection the one to them that we must long for of that certain and infallible routes for reach it".³⁸

³⁷ "O liberalismo econômico tem sido assimilado por muitos líderes do pensamento na França, mas não pela grande massa da população; e, em parte por essa razão, suas doutrinas têm lá sido formuladas com uma precisão mais confiante do que em qualquer outro lugar. O novo sistema francês (fisiocracia) foi o trabalho de pensadores melhores e homens mais interessantes (...) Mas, embora estivesse em harmonia com as palavras que estavam nos lábios dos homens, ele era alheio aos seus hábitos e instintos latentes: ele nunca se tornou uma parte efetiva dos princípios de ação do francês comum na vida prática". MARSHALL, Alfred, *ibidem*, p. 742. Nessa mesma obra Marshall afirma que: "a subordinação a tendências naturais, quando levada ao seu ponto lógico extremo, é fatalismo cego", p. 175.

³⁸ "A sociedade pode subsistir, embora não na condição mais confortável, sem a benevolência; mas a prevalência da injustiça irá causar sua total destruição (...). As regras da justiça podem ser comparadas às regras da gramática; e às regras das outras virtudes, às regras que os críticos literários dispõem para a execução daquilo que é sublime e elegante numa composição. As (da justiça) são precisas, exatas e indispensáveis. As (das outras virtudes) são inexatas, vagas e indeterminadas, e nos sugerem mais uma idéia geral de perfeição a que devemos almejar do que direções certas e infalíveis para atingi-la". SMITH, Adam, *Theory of Moral Sentiments*, part II, section III, chapter III, pp 86 and 175-6.

O papel da justiça, portanto, não é apenas ordenar as regras legais do mercado. Mas seria a condição mínima da existência de uma ordem social. Pois, sem justiça, não haveria ordem social básica para estabelecer as relações humanas. E a principal dificuldade inerente a esse contexto está na busca de respostas ao ponto de equilíbrio para a tensão entre a moralidade cívica e pessoal, isto é, a tensão entre as normas sociais de convivência pacífica e os desejos e valores de cada indivíduo. Encontrar esse ponto ideal – garantindo o máximo de respeito às exigências da vida comunitária e máximo de liberdade individual - tem sido um dos maiores desafios do processo de amadurecimento de uma sociedade, como parece ter sido o maior desafio investigado por Smith.

Seja como for, a contribuição inaugurada por Smith sobre as causas da riqueza das nações, de fato – pode ser verdadeira ou falsa, pode ser ainda deficiente e incompleta. Mas não é o caso que ela deixa de ser compatível com qualquer juízo moral que se deseje fazer sobre o valor e o lugar da riqueza na vida dos indivíduos e das nações. Essa posição de Adam Smith quanto à ambição material e o valor moral da riqueza pode ser esclarecida apontando para a exata diferença entre o desejado e o desejável.

Os objetos e as imagens que espontaneamente suscitam em nós o desejo e a ambição nem sempre são aqueles que também merecem governar o nosso desejo e ambição. Entre o desejado, de um lado, e o desejável do outro, existe uma opinião – um juízo de valor que faz daquilo que se deseja algo merecedor do nosso desejo. Em WN, a hipótese comportamental esboçada por Smith é afirmar que os indivíduos desejam ardentemente melhorar sua condição de vida material, que eles se empenharão com afincamento para isso, e que farão uso da liberdade conquistada ou de benefícios políticos, para fazer valer seu auto-interesse econômico. Isso é o desejado, ou seja, a maioria dos homens age dessa forma, na prática. Ademais, ao contrário dos moralistas clássicos, jamais condenou a aspiração espontânea da maioria e muito menos alimentou a ilusão de que a pregação moral com objetivos éticos pudesse alterar essa realidade.

Em nenhum momento, contudo, isso o levou a confundir o desejado com o desejável. O auto-interesse econômico do indivíduo, embora tolerável do ponto vista moral, e sob muitos aspectos surpreendentemente benéfico para o conjunto da sociedade estava longe de ser alguma coisa admirável. Para Smith imaginar que os detentores da riqueza e do poder pudessem merecer o nosso respeito e estima sempre foi visto como uma “corrupção dos nossos sentimentos morais”. Nessa perspectiva, destacamos o argumento de Sen, quanto à posição de Smith:

“Smith of fact left pioneering contributions when analyzing the nature of the mutually advantageous swaps and the value of the division of the work and, as these contributions are perfectly worthy with the human behavior without bonhomie and without ethics, the regard to these parts of the workmanship of Smiths have been profuse and plenteous. The other parts of the writings of Smith on economy and society, that will count comments on the misery, the necessity of affection and the paper of ethical considerations in the human behavior, particularly the use of the behavior norms, had been relegated to a relative forgetting to the measure that these proper considerations had fallen in disuse in the economy”.³⁹

A base estrutural que os defensores do comportamento auto-interessado buscaram na obra de Smith é na verdade difícil de encontrar quando se faz uma leitura mais ampla e menos tendenciosa das suas contribuições. De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. No terceiro capítulo discorrerei mais profundamente sobre essa questão. Uma visão mais nítida dos princípios que são defendidos pela economia moderna será o tema do segundo capítulo.

³⁹ “Smith de fato deixou contribuições pioneiras ao analisar a natureza das trocas mutuamente vantajosas e o valor da divisão do trabalho e, como essas contribuições são perfeitamente condizentes com o comportamento humano sem bonomia e sem ética, as referências a essas partes da obra de Smith têm sido profundas e exuberantes. Outras partes dos escritos de Smith sobre economia e sociedade, que contêm observações sobre a miséria, a necessidade de simpatia e o papel de considerações éticas no comportamento humano, particularmente o uso das normas de conduta, foram relegadas a um relativo esquecimento à medida que essas próprias considerações caíram em desuso na economia”. SEN, Amartya K., *On Ethics & Economics*, p.44.

CAPITULO II

Os princípios da Economia Moderna na visão de Amartya Sen

No capítulo anterior procurei mostrar que em WN, o “pai da Economia Moderna”, Adam Smith, pressupõe considerações éticas nas relações estabelecidas entre os agentes, sejam estas relações pessoais ou econômicas. Portanto, uma visão reduzida das idéias de Smith é equivocada quando pretende sustentar em termos simples um projeto econômico e político de maior amplitude.

Em seguida pretendo mostrar através dos apontamentos de Amartya Sen um exame de dois modelos de abordagem econômica: a) abordagem relacionada à ética, b) a abordagem relacionada à “engenharia” – assim denominada pelo autor. Pretendo ainda investigar a ampla utilização dos princípios que as duas abordagens proporcionaram à humanidade; e a distinção dos conceitos que, segundo Sen, provocou o distanciamento das questões éticas na Economia Moderna. Em particular, porei em evidência o objetivo dos teóricos contemporâneos que, apoiados na Teoria da Racionalidade, intentam identificar o comportamento racional com o comportamento real dos indivíduos.

Um outro aspecto importante, que vale a pena ressaltar, é a descrição de alguns economistas cujo trabalho, na visão de Sen, contribuiu para uma economia relacionada à ética como: Smith, Mill, Marx, Francis Edgworth, e daqueles, cujo trabalho contribuiu para a economia “engenheira”: William Petty, François Quesnay, David Ricardo, Augustin Cournot, Leon Walras.

2.1- A Evolução da Teoria Econômica

Em todos os campos de investigação, declarou Mário Bunge, uma teoria científica consiste em um sistema de proposições (fórmulas) unidas por uma relação de dedutibilidade (estrutura sintática) e um assunto comum (estrutura semântica). Utilizando-se dessas características, a comunidade científica reconhece que, em uma teoria bem organizada toda proposição é ou bem uma premissa (postulado, definição), ou uma consequência (teorema) de algumas premissas tomadas em conjunto. Um exemplo que poderia comprovar esta última afirmação, é a teoria dinâmica de Harrod (1952), a qual se reduz à proposição de que a taxa de crescimento g de uma nação é igual à taxa investimento s dividida pela razão entre capital/produção b , ou seja, $g = s/b$.¹

Na ciência econômica muitos teóricos acreditam que suas contribuições ostentam o “status” de “puramente lógicas ou matemáticas”, desde que, como deveremos examinar, a elas não se agreguem dados. Esta opinião, pode-se dizer, é equivocada. Por certo, uma diferença elementar entre uma teoria matemática pura e uma teoria em Economia Política seria que as proposições desta última fazem referência aos fatos - se referem a alguma parte ou aspecto da realidade. Em virtude desta referência, as teorias científicas podem ser comprovadas constataando-se algumas de suas proposições com os dados de observação, medição ou experimentação.

No presente texto, assentados sob o ponto de vista de Sen, examinaremos os caminhos que a ciência econômica trilhou no intuito de obter o status de uma teoria “lógico-matemática – de fato este é um dos objetivos da abordagem engenheira -, e explicitar as principais características que distinguem essa abordagem da abordagem relacionada à Ética.

Segundo Sen, reduzir as motivações humanas a objetivos contritamente restritos foi uma postura extraordinária na evolução da Economia

¹“la teoría dinámica de Harrod (1952) se reduce a la proposición de que la tasa de crecimiento g es igual a tasa de inversión s dividida pela razón capital/producción b , ou sea, $g = s/b$. BUNGE, Mário, *Economia e Filosofía*, p. 51, ed. Tecnos S.A, 1985, Madri.

moderna. Uma das razões dessa peculiaridade (estranheza), diz o autor, seria proveniente do fato que os economistas elaboram suas teorias baseando-se em pessoas reais, eles não estão tratando de elementos de ficção. Por isso indaga: será que os teóricos da economia moderna teriam razão em acreditar que as pessoas reais poderiam ser tão insensíveis à questão ética proveniente do pensamento grego sobre: Como devemos viver? Ou poderiam as pessoas ser tão insensíveis a essa questão e ater-se exclusivamente à impassibilidade rudimentar atribuída a elas pela moderna economia?

Um segundo aspecto excepcional, segundo o autor, seria o contraste entre o caráter conscientemente não ético da economia moderna e sua evolução histórica. Tal surpresa tem as suas razões, pois a Economia desde o seu princípio, em grande medida, foi um ramo da Ética. Sen aponta alguns fatos que corroborariam as suas indagações. Primeiro, não há dúvidas que Smith, considerado o “pai da Economia Moderna”, foi professor de Filosofia Moral em Glasgow, e o conteúdo de suas obras não parece indicar esse caminho - como procuramos demonstrar no capítulo anterior. De outra parte, vale comentar que em Cambridge, até pouco tempo atrás, o ensino da Economia fazia parte do “Moral Science Tripos” – Tripos é o programa de estudos para a obtenção do bacharelado em humanidades com distinção.

Entretanto, na década de 30, autores como Lionel Robbins em seu influente livro *“An essay on nature and significance of economic science”* sugerem que essa idéia, - a relação entre ética e economia -, até então, amplamente aceita, seria inconsistente: *“não parece logicamente possível associar os dois estudos (economia e ética) de forma nenhuma além da justaposição”*.² Essa posição, diz Sen poderia ser considerada um equívoco para aquele momento. No entanto, hoje em dia, ela é, em grande medida, a postura do economista moderno.

Para ilustrar de forma mais concisa as suas observações anteriores, Sen recorre ao expediente histórico, mais precisamente, à investigação das origens das abordagens citadas. A princípio, observa o autor, a Economia se

²ROBBINS, Lionel, “An essay on the nature and significance of economics science”, 1935, p. 148. Sen considera a posição de Robbins inusitada, pois ele tinha conhecimento que estava contradizendo uma idéia amplamente aceita.

estabeleceu a partir de duas origens muito diferentes, ambas relacionadas à política, porém relacionadas por meio de conceitos bem diversos, uma concernente à ética, e a outra associada ao que Sen denominou de “engenharia”. A investigação da tradição ética remontaria, no mínimo, aos cânones do pensamento grego mais precisamente nas idéias de Aristóteles. Por uma leitura atenta da obra *Ética a Nicômaco* já seria possível identificar a preocupação de Aristóteles quanto ao tema da Economia associado aos fins humanos concernentes à riqueza. Nesse particular, Aristóteles considerava a política como “a arte mestra” entre as ciências. Por isso, ela não deveria estar isolada, mas teria que fazer uso das demais ciências, incluindo a economia, para exercer com eficiência a finalidade para a qual foi criada - a defesa do bem para o homem. Desse ponto de vista não bastaria apenas reconhecer que a Economia estaria relacionada à busca da riqueza. Com efeito, ela também estaria associada a outros estudos que abrangem uma avaliação, e a intensificação de objetivos mais básicos. Nas palavras de Aristóteles:

*“The life of money-making is one undertaken under compulsion, and wealth is evidently not the good we are seeking, for it is merely useful and for the sake of something else”.*³

Sen conclui que, em última análise, para Aristóteles a Economia estaria relacionada com o estudo da Ética e da Política. Nesse contexto, autores como David Ross em seus escritos sobre Aristóteles, têm a mesma posição de Sen, e sugerem que a principal contribuição de Aristóteles à Economia foi elaborada no livro I da *Política*, isto é, na discussão do problema de desejar saber em que medida a aquisição de riqueza estaria ligada à Economia doméstica. Um outro interesse do filósofo grego seria estabelecer a distinção entre o valor de uso e o valor de troca das coisas. Ross afirma que, “para Aristóteles podemos ou bem usar um sapato, ou trocá-lo. Mas o primeiro caso constitui o que se pode denominar de “uso próprio” e até um certo ponto, uma troca natural, pois é a aquisição de algo necessário aos propósitos da vida”. Por essa asserção, todo cidadão teria o direito de fazer uso dos bens necessários aos propósitos da vida. A segunda maneira seria não natural, a partir do momento em que os bens

³ “A vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa”. ROSS, David, *Aristotle: the Nichomachean ethics*, book I, chapter 1, chapter 5, pp 1-7, 1980.

começam a ser trocados não por outros bens, mas por dinheiro. Por essa ótica, enfatizou Ross, o valor da troca representaria a quantidade efetiva de bens que podem ser negociados em busca do acúmulo de capital – o comércio – atividade condenada por muitos filósofos morais. Sem dúvida, as críticas apontadas por Aristóteles sustentam-se sob uma base moral: ele condena a perseguição ilimitada da riqueza além dos propósitos da vida. Todavia, não observa que, a perseguição da riqueza por si própria pode produzir-se, mesmo no modo de troca natural, e que a classe comercial, por ele condenada, pode desempenhar um importante serviço público. Por certo, o seu ponto de vista está baseado numa reflexão dos preconceitos do grego comum contra o comércio como tratando-se de uma ocupação não liberal.

Do que foi exposto no capítulo I, e do que examinamos até aqui parece se seguir que, os argumentos dos economistas modernos não seriam suficientes para sustentar as motivações que pretendem desassociar o estudo da economia do estudo da ética. De modo particular, dentro da investigação ética, argumentou Sen, haveria pelo menos duas questões básicas para a Economia:

O problema da motivação humana, amplamente ética, alicerçada na questão: Como devemos viver? expressaria a importância em reconhecer deliberações éticas que aprovariam o comportamento real dos indivíduos, sem a pretensão de afirmar que as pessoas sempre agirão valendo-se de preceitos morais. A segunda questão refere-se à avaliação da realização social. Alcançar o “bem para o homem”, antes de tudo, exigiria algumas características agregativas para o seu exercício; de fato, argumentou Aristóteles: *“though it is worthwhile to attain the end merely for one man, it is finer and more godlike to attain it for a nation or city-states”*.⁴

Destarte, essa concepção de realização social não poderia deter outros tipos de avaliação, mesmo que arbitrários, como a satisfação da eficiência. Desse modo, Sen propõe, aos teóricos da Economia “engenheira” certas tarefas irredutíveis à Economia: que realizem uma avaliação mais abrangente dos termos éticos, e por conseguinte adotem uma visão mais ampla do “bem”.

⁴ “Ainda que valha a pena atingir esse fim para um homem apenas, é mais admirável e mais divino atingi-lo para uma nação ou para cidades-estados”. ROSS, David, *ibidem*, op. Citada, book I, chapter 2, p. 2.

Examino agora a visão da abordagem relacionada à “engenharia”. Segundo Sen, a abordagem engenheira da Economia se ocuparia *a priori* de questões primordialmente logísticas, como: cálculo dos custos, produção, venda, mão de obra, lucros, prejuízos; ao invés de fins supremos e de questões humanitárias – Como promover o “bem para o homem”? ou Como devemos viver?. Por este motivo, pode-se alegar que os fins desse modelo se obtém diretamente, e o objetivo desse tipo de exercício é encontrar os meios apropriados para atingi-los.

Nesse contexto, as proposições típicas da abordagem “engenheira” seriam originárias de várias direções e inclusive desenvolvida, de fato, por alguns engenheiros como: Leon Walras, Vilfredo Pareto, entre outros, que muito contribuíram para resolver inúmeros problemas técnicos das ciências econômicas, principalmente aqueles relacionados ao funcionamento dos mercados. Devo tratar em breve das questões econômicas que ocuparam a teoria de Walras e Pareto, e o grau de influência dessas teorias na Economia Moderna. Antes disso, discorrerei sobre as relações da abordagem “engenheira” com os estudos econômicos desenvolvidos a partir da análise técnica da estadística.

Em primeiro lugar, Sen destaca a obra “O Arthasāstra” de Kautilya, provavelmente o primeiro livro com um título semelhante a “Economia”. O tratado examina a distinção entre “quatro campos de conhecimento” entre eles a metafísica e o conhecimento do “certo e do errado”; dedica-se posteriormente à discussão de questões concernentes à “ciência do governo” e à “ciência da riqueza”. Sobre essa última questão - a ciência da riqueza -, Kautilya investiga uma grande variedade de problemas práticos da época: da “construção de aldeias”, “classificação das terras”, “coleta da receita”, manutenção de contas”, “regulamentação de tarifas”, entre outros a “manobras diplomáticas”, estratégias para Estados vulneráveis”, “emprego de espiões” e muitos outros. De modo geral o enfoque principal da obra citada são os problemas logísticos. Com efeito, não figura nesta análise uma preocupação com as considerações éticas, tampouco com as questões humanitárias já observadas. As motivações humanas, relata Sen, são em grande medida razões bem simples e contam com a mesma ausência de bonomia característica da economia moderna.

Essa disposição também pode ser encontrada nos trabalhos dos “economistas de Lausanne”: Leon Walras e Vilfredo Pareto. Walras é considerado o primeiro dos economistas de Lausanne. Sua obra “*Elements d’économie politique pure*” contém as teorias que, segundo ele, indicariam a direção que deveria seguir a economia científica. Para edificar seus conceitos, seu primeiro passo foi demonstrar originalmente o mecanismo do princípio da utilidade marginal – influência significativa do uso de uma mercadoria na constituição do seu valor e do seu preço. Decerto, muitos autores, a partir de Aristóteles, reconheceram que o “uso” da mercadoria seria importante para a determinação de seu valor, porém as investigações com base no “custo” obtiveram mais defensores. Nomes como: Lauderdale, Lloyd, Senior, Whately e outros quase atingiram o objetivo de explicitar um conceito de utilidade marginal. Entretanto, atribui-se a descoberta desse conceito a Gossen (1854), Jevons e Menger (1871) e Leon Walras (1874).

Na visão de Walras, a utilidade marginal pressupõe um conceito por ele definido como *Rareté*. Segundo, John Fred Bell na obra “A History of Economic Thought”, esse termo fora criado pelo pai de Walras, como “rareté” que significava “*l’intensité du dernier besoin satisfait par une quantité consommé de merchandise*” (a intensidade da última necessidade satisfeita pelo consumo de uma unidade de mercadoria). Walras utilizou o termo, mas atualizou seu significado:

“*Rareté foi definida como “la dérivée de l’utilité effective par rapport à la quantité possédée”.* (A derivada da utilidade efetiva em relação à quantidade possuída). *Rareté é, em última análise, a utilidade marginal.*⁵

Entretanto, há um outro aspecto, no âmbito da Economia, pelo qual, Walras é mais amplamente reconhecido – trata-se do desenvolvimento original da análise do equilíbrio geral. Para Walras, o processo de escolha do indivíduo era básico. A princípio, o indivíduo desejando elevar sempre ao máximo as suas satisfações recorreria a uma troca de mercadorias para alcançar esse objetivo. Porém, quando esse desejo estivesse relacionado à quantidade da oferta ou das

⁵BELL, John Fred, A History of Economic Thought, part V, pp. 396-397, ed. Ronald Press Company, New York. Para os teóricos da economia, Walras, foi o descobridor da utilidade marginal juntamente com Jevons e Menger. Bell relata que apesar de não conhecer os trabalhos de Jevons e Menger, Walras utilizou os mesmos conceitos que eles ao desenvolver a sua teoria do valor subjetivo. Enquanto para Walras a utilidade marginal é, a *Rareté*, o termo tem o mesmo significado de “grau final de utilidade, de Jevons, e de “valor último do átomo” de Gossen.

mercadorias disponíveis para cada indivíduo, teoricamente, seria possível estabelecer o nível de oferta e da procura determináveis para cada indivíduo. Dessa última afirmação segue-se que esse processo poderia ser representado simbólica ou graficamente. Walras, então, examinou em quais condições se atingiria o equilíbrio entre a procura e a oferta no mercado:

*“The people arrive at the market with certain amounts of merchandises and certain desire to open hand of them (dispositions à l’enchère) to some prices. If all the merchandises will be negotiated to these prices, then it offers and the seek is equal and exists a balancing in the market. But if it offers and the seek is not equal, the prices will vary until the balancing is reached “.*⁶

Pode-se dizer que o elemento original dos conceitos de Walras não foi a ênfase dada à oferta e à procura – outros já o haviam feito - mas o fato de haver ressaltado o papel da interdependência funcional entre procura, oferta e preço. Efetivamente não previu, como não era parte dos seus objetivos, todas as situações possíveis do mercado. Ele supôs a existência da concorrência perfeita e da uniformidade em qualquer mercado considerado, seja de natureza regional, externo ou mundial. De fato, acreditou, como demonstrou matematicamente, que para a maioria das situações, atingir o equilíbrio geral exigiria certas condições para que este fim fosse satisfeito:

- a) Cada indivíduo teria uma curva de utilidade para cada mercadoria e serviços oferecidos no mercado.
- b) Essa utilidade se elevaria ao máximo pela troca.
- c) A obtenção da maior satisfação possível do indivíduo ocorreria quando o preço pago na troca fosse proporcional à utilidade marginal da mercadoria adquirida.

Acrescentou ainda a essas condições um corolário adequado, ou seja, que a oferta de cada mercadoria e serviços deveria ser igual à procura.

Sendo assim, seguem-se das afirmações anteriores que o preço de cada mercadoria e serviços oferecidos no mercado, com o tempo, deveriam regular-se ao seu custo de produção, ou mais propriamente, a uma situação de

⁶“As pessoas chegam ao mercado com certas quantidades de mercadorias e com certo desejo de abrir mão delas (dispositions à l’enchère) a vários preços. Se todas as mercadorias forem negociadas a esses preços, então a oferta e a procura são iguais e existe um equilíbrio no mercado. Mas se a oferta e a procura não são iguais, os preços variarão até que seja atingido o equilíbrio”. BELL, John Fred, *ibidem*, part V, p. 399.

equilíbrio estático sob o regime de uma concorrência perfeita. Para John Fred Bell, Walras chegou a essa conclusão através do cálculo do equilíbrio, ou seja:

*“if the prices exceeded the production cost, this would result in a profit that would lead to the expansion of the production as also in the increase of it offers of the merchandises, offer exceed the seek, provoking an inevitable fall of prices”.*⁷

A recíproca do argumento seria igualmente verdadeira. Uma perda na venda das mercadorias levaria a uma diminuição da oferta e à subsequente elevação das satisfações ao máximo. Dessa maneira os recursos disponíveis seriam utilizados pelo produtor, de modo que a sua máxima satisfação como produtor seria obtida igualmente na sua satisfação quando consumidor. E é da importância da maximização das satisfações do produtor quanto do consumidor que se conduziria ao equilíbrio proposto por Walras.

A principal dificuldade que se pode atribuir aos conceitos da teoria de custo de Walras, na avaliação dos teóricos modernos, é a determinação subjetiva “*Rareté*”, a qual, ele utilizou com grande eficiência tanto para análise da procura como da oferta. Por outro lado, sua análise marcou o rompimento da teoria do valor baseada no custo-trabalho – uma teoria da tradição clássica. Esse fato provocou muita crítica adversa, e não poderia ser diferente, pois o novo conceito desestruturava os pilares dos princípios clássicos. De modo geral, as críticas da época foram dirigidas contra a intrusão da Matemática na Economia. E, hoje em dia, a crítica repousa na impossibilidade de explicitar as diversas diferenças e atividades humanas em um modelo matemático ou por qualquer outro meio.

Sem dúvida, não há margem em tudo isso para negar que a teoria do equilíbrio geral de Walras pode ser considerada uma contribuição verdadeiramente significativa. De certa maneira, Walras conseguiu inter-relacionar dois mercados distintos: primeiro, o mercado para as mercadorias, e segundo, o mercado para os serviços dos fatores de produção. Tal fato proporcionou uma visualização global da economia, como uma série de mercados interdependentes onde a procura, a oferta e os preços influenciam-se entre si. Por exemplo, um indivíduo que compra uma mercadoria em um mercado concorrente

⁷“se os preços excedessem o custo de produção, isso resultaria em um lucro que conduziria à expansão da produção como também no aumento de oferta das mercadorias, a oferta excede a procura, provocando uma inevitável queda de preços”. BELL, John Fred, *ibidem*, op. Cit, part V, p. 400.

a um preço que é o resultado da procura e da oferta sob um dado conjunto de condições de mercado. Esta mercadoria pode ser manufaturada por uma empresa que retira alguma matéria prima das minas, ou da agricultura, ou de outra fonte qualquer. Para este exemplo Walras alegaria:

*“The producing of the merchandise would be, for his time, buying the workers' of the mines productive services”, the fertility of the lands, and the productivity of capital. The laws of the change under competition would establish the wages pages to the work, the income of the earth and the interest of the capital, that are the productive factors. The price pays for the merchandise, as well as in the case of the price of the productive factors, it would be certain for the laws of the offer and of the search. Those laws would also equal the amount of sought “productive service” and the offered amount”.*⁸

Esse processo estaria assentado em leis que atuam com o objetivo de proporcionar o equilíbrio geral; desse modo: a) só poderia haver um preço para uma classe de mercadorias no mesmo mercado; b) o preço da mercadoria igualaria a quantidade oferecida e a quantidade adquirida; c) o preço proporcionaria, assim, a máxima satisfação para ambas as partes. Aplicando os princípios **a, b e c**, se estabeleceria o equilíbrio entre as mercadorias ou serviços para atender tanto aos consumidores quanto os produtores, para todos os usos possíveis.

No que se refere aos objetos científicos, Walras desejava fazer da economia uma ciência abstrata e separada da Economia aplicada. Ao que tudo indica, em nenhum momento, pretendeu fazer da economia uma ciência social completa. Decerto, considerou, sem hesitar, a economia teórica como uma ciência pura. Apesar da importância dos conceitos de Walras para a ciência econômica, as teorias mais recentes consideram as suas explicações insatisfatórias para a análise do valor. Essas teorias estão mais preocupadas em investigar se as pessoas possuem ou não rendas para obter as mercadorias. Por tal análise, poderíamos bem indagar: mesmo que as pessoas possuam rendas, será que suas decisões quanto à compra de um objeto não seriam amplamente ou até mesmo puramente subjetivas?

⁸“O produtor da mercadoria estaria, por sua vez, comprando os “serviços produtivos” dos trabalhadores das minas, a fertilidade das terras, e a produtividade do capital. As leis da troca sob concorrência estabeleceriam os salários pagos ao trabalho, a renda da terra e o juro do capital, que são os fatores produtivos. O preço pago pela mercadoria, assim como no caso do preço dos fatores produtivos, seria determinado pelas leis da oferta e da procura. Essas leis também igualariam a quantidade de “serviço produtivo” procurado e a quantidade oferecida”. BELL, John Fred, *ibidem*, part V, p. 401.

Walras explicita o seu modelo de inter-relação de mercados.

Examinando agora o segundo teórico destacado nessa discussão, Vilfredo Pareto, sucessor de Walras na cadeira de Economia Política em Lausanne. Pareto, assim como Walras, considerava seu trabalho como um princípio de uma “economia pura”, - o estudo de uma ciência econômica abstrata que trata os problemas práticos da vida econômica em termos da mais refinada precisão científica. É importante destacar aqui que essa forma de tratamento das questões relacionadas à economia tem sido observada na literatura econômica desde “*Discourses on Political Arithmetic*” de William Petty. Quanto a Walras e Pareto, essa disposição não foi nenhuma novidade, pois ambos eram graduados em Engenharia, e portanto experientes no emprego de métodos quantitativos. Com efeito, acrescentou Walras:

*“The Pure Economy (...) that is, the theory of the social wealth considered in itself is a science physical-mathematics as the mechanics and the hydraulics and their apprentices should not fear to use the methods and the mathematical language”.*⁹

Destarte, a similaridade dos economistas de Lausanne quanto aos objetivos de uma linguagem abstrata no âmbito da Economia. Pareto, por sua vez, considerava a Matemática uma conveniência processual, um instrumento necessário mas insuficiente para a análise eficaz dos problemas econômicos. Ele também acreditava que a discussão comum e a lógica verbal satisfariam as relações de causa e efeito, porém demonstrar-se-iam inúteis quando estamos tratando com a interdependência de fenômenos. Para tanto, Pareto expôs em suas obras, tanto no *Cours d'économie politique* (vol. I, 1896, vol. II 1897) como no *Manuale d'économie politique* (Milão - 1906), de forma convincente, as causas e conseqüências dos fenômenos sem utilizar de símbolos matemáticos. Contudo, para o desenvolvimento do conceito de interdependência mútua, com suficiente justificativa, ele utilizava-se da Matemática no tratamento das variáveis correlatas: preços, produtos, serviços entre outras. Vale a pena comentar, nessa análise das semelhanças entre Walras e Pareto, o fato de que enquanto o primeiro usou

⁹“A Economia Pura (...) isto é, a teoria da riqueza social considerada em si é uma ciência físico-matemática como a mecânica e a hidráulica e seus praticantes não devem temer empregar os métodos e a linguagem matemática”. WALRAS, Leon, *Elements d'économie politique pure*, 5. ed, 1926, p. 29-30, apud, BELL, John Fred, *A History of Economic Thought*, part V, p. 406.

Para Bell, Walras acreditou que somente a Matemática forneceria a exatidão de que tanto necessitava a Ciência da Economia e assim permitiria à Economia Política libertar-se das “pretensas demonstrações que não passam de assertivas gratuitas.

apenas a Álgebra e a Geometria Plana para desenvolver a sua teoria, Pareto empregou métodos mais sofisticados como o cálculo integral e representações tridimensionais.

Um outro objetivo de Pareto foi desenvolver o conceito, o qual, ele deu o nome de "*ophélimité*" cujo significado era o poder para proporcionar a satisfação. Temos aqui uma questão de conceituação, Pareto julgava o seu conceito mais expressivo que o "*rareté*" de Walras, e de "*utilidade*" de Jevons e Grenznutzen. Assim, "*ophélimité*" neutralizaria os termos anteriores e evitaria uma interpretação ambígua, provocada pelo uso do termo "*utilidade*". Na prática, seus objetivos não se concretizaram. Ademais, muitos economistas entendem que o termo "*ophélimité*" de Pareto não é incompatível com a definição utilizada pela teoria do equilíbrio geral. Decerto, trata-se de outra manifestação dos fenômenos de interdependência mútua. O mérito que se atribui ao conceito de Pareto é o cuidado que ele teve, diferentemente de Walras, de não dizer que *ophélimité* era a causa do valor da troca. Posteriormente, em razão da sua exigência científica, Pareto desprezou o seu conceito e defendeu a análise da indiferença. A despeito de muitos aprimoramentos introduzidos por teóricos econômicos, Bell avalia que essa mudança não obteve grande êxito, pois hoje em dia "a teoria da escolha" não parece ser mais realista do que a teoria da utilidade marginal.

Com respeito à natureza do equilíbrio geral, Walras e Pareto consideravam este princípio como uma certeza, e a concorrência seria a fonte dessas forças econômicas. Entretanto, existem diferenças quanto a estratégia de ação que levariam à concorrência, enquanto Walras, apesar de observar alguns obstáculos institucionais, adotou uma expressiva confiança na concorrência para levar os indivíduos às ocupações mais apropriadas, a fazerem as trocas mais vantajosas e a alcançar o preço de custo dos produtos comercializados. Pareto não alimentava essa posição entusiasta de Walras sobre a concorrência. Acreditava, na realidade, que os mais fortes oprimiriam os mais fracos; porque, do contrário, eles próprios seriam as vítimas de outros opressores. Essa visão, segundo o autor, explicaria a existência na sociedade dos monopólios, privilégios, governo corrupto, entre outros. Portanto, em seu sistema, o equilíbrio pessoal ou geral consistiria no resultado do equilíbrio de forças entre os desejos e os obstáculos. Então, o equilíbrio geral ocorreria quando essas forças

diametralmente opostas estivessem em posição de igualdade. Dado que os desejos para Pareto, seriam as necessidades humanas, surgiriam obstáculos, em razão da limitada oferta de mercadorias para atender a essas necessidades, e do processo de produção da matéria prima em produto comercializável, antes destes poderem satisfazer os desejos dos indivíduos. Aliado a isso, as necessidades semelhantes de diferentes pessoas poderiam gerar obstáculos à realização dos desejos uns dos outros.

Com isto, afirma John Fred Bell, Pareto concluiu que: “aquilo que acontece com os indivíduos em relação ao mercado é idêntico ao que ocorre no sistema econômico”. Efetivamente, ocorreria um balanceamento das forças e objetivos em conflito, em vez de um estado de coisas completamente ótimo. Admitindo-se uma escassez de materiais como um fato indissociável, Pareto encontra a resposta que julgou adequada e pela qual é reconhecida sua teoria: No campo econômico, “o atendimento completo das necessidades de alguns seria alcançado, pelo menos em parte, às expensas dos outros”.¹⁰

Em outras palavras, considerou que um estado social atingiria o equilíbrio se e somente se for impossível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de alguma outra. Por certo, Pareto reconheceu a tendência para o equilíbrio, porém não aplicou ao seu sistema implicações éticas, na melhor das hipóteses, o equilíbrio satisfaria uma posição de repouso relativo, mas não absoluto.

Do exposto parece se seguir que são significativas as divergências entre os dois teóricos. Entretanto, dificilmente há margem em tudo isso para situá-los em teorias opostas. São evidentes o acordo existente em questões fundamentais: a linguagem Matemática, a preocupação em dar à Economia o status de ciência, a discordância com as teorias metafísicas ou causais, e a substituição dessas teorias por conceitos de dependência mútua que tendem a proporcionar o equilíbrio econômico geral.

A partir da análise das principais características e de alguns teóricos da economia engenheira, segue a nossa discussão com a seguinte asserção: Para Sen, a problemática entre a economia ética e a economia engenheira reside

¹⁰ “the full attendance of the necessities of some would be reached, at least in part, the expenses of the others”. BELL, *ibidem*, part V, p. 410.

propriamente na substancial diminuição dos valores éticos no processo de evolução da economia atual.

“The methodology of so-called “positive economic” has not only shunned normative analysis in economics, it has also had the effect to ignoring a variety of complex ethical considerations which affect actual human behavior and which, from the point of view of the economists studying such behavior, are primarily matters of fact rather than of normative judgment.”¹¹

Em particular, podemos afirmar que essa posição teórica é muito distinta da teoria de Smith, mas em larga medida, foi a posição predominante na ciência econômica do século XX. Ora, afirmar que o auto-interesse governado pelo interesse econômico é uma prescrição para todo indivíduo contemplou apenas uma parte dos conceitos de Smith, aquilo que ele denominou de desejável, em outras palavras, o objetivo da grande multidão humana:

“We wanted both things, to be respectable and to be respected. We feared both things, to be despicable and to be despised. Bad to the we arrive to the world soon we discovered that the wisdom and the virtue are not any in way the only respect objects, nor I addict him and the contempt stupidity. We see the respectful attentions of the world frequently more strongly driven for the rich and powerful than for the wise persons and honourable (...). They are the wise persons and virtuous, a select group although, I fear, reduced, the true admirers of the wisdom and of the virtue. The great human crowd is the admirers and venerators, and, what can stiller be extraordinary, frequently admirers and disinterested venerators, of the wealth and of the power.”¹²

Em que pese às críticas esboçadas à economia engenheira, Sen reconhece o poder de persuasão que os dois tipos de abordagem provocaria em seus defensores, isto é, admite que parece haver motivos para que ambos demonstrassem a validade de suas teorias. Ademais, nem todos os princípios que sustentariam as observações das duas abordagens podem ser declarados “puros”. Diga-se de passagem, muitos autores da abordagem ética também se

¹¹“A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos”. SEN, Amartya K, *On Ethics & Economics*, 1ª ed, Oxford, 1987, p. 7.

¹²“Nós desejamos ambas as coisas, ser respeitáveis e ser respeitados. Nós receamos ambas as coisas, ser desprezíveis e ser desprezados. Más ao chegarmos ao mundo logo descobrimos que a sabedoria e a virtude não são de forma alguma os únicos objetos de respeito, nem o vicio e a estupidez de desprezo. Nós vemos com freqüência as atenções respeitadas do mundo mais fortemente dirigidas para os ricos e poderosos do que para os sábios e virtuosos (...). São os sábios e virtuosos, um grupo seletto embora, eu tema, reduzido, os verdadeiros admiradores da sabedoria e da virtude. A grande multidão humana são os admiradores e veneradores, e, o que pode ser mais ainda extraordinário, com freqüência admiradores e veneradores desinteressados, da riqueza e do poder”. SMITH, Adam, *Theory of Moral Sentiments*, 1976, Oxford, p. 62. Certamente, o objetivo das investigações de Smith, como mencionamos no capítulo I, são mais amplas.

ocuparam de questões de engenharia, sem esquivar-se do raciocínio ético. Decerto, sustenta Sen, é uma questão de equilíbrio entre as duas teorias.

Em certo sentido, pelo que já foi exposto até aqui, alguém poderia concluir precipitadamente que o objetivo do autor seria exclusivamente explicitar críticas à abordagem engenheira e méritos à abordagem ética. Por esta razão Sen aponta duas observações pertinentes para dar continuidade à discussão.

Em primeiro lugar, o autor não está afirmando que os conceitos da abordagem engenheira não foram úteis para as questões econômicas. Acredita que em muitos aspectos, o emprego desse modelo proporcionou melhor compreensão e clareza à economia. Limitando-se a questões logísticas da Economia, muitos autores forneceram contribuições valiosas em conceitos que exigiam atenção e eficácia. Um exemplo, o qual já me referi no presente texto, é o desenvolvimento da “teoria do equilíbrio geral”. Argumentou Sen:

*“The ‘general equilibrium theory’ (...), have sharply brought out, important interrelations that call for technical analysis of a very high order. While these theories are often abstract, not only in the sense of characterizing social institutions in a rather simple form, but also in seeing human beings in very narrow terms, they have undoubtedly made it easier to understand the nature of social interdependence. Such interdependence is one of the more complex aspects of economics in general, and the insights derived from these theoretical analyses have proved useful even in practical ‘bread and butter’ problems”.*¹³

Com isto, Sen espera esclarecer não apenas a importância prática dos modelos teóricos abstratos, apesar do descaso com os termos éticos, mas também pretende ressaltar a utilidade desse modelo para a compreensão da natureza de outras relações na Economia, como por exemplo: o problema da fome coletiva.

A segunda observação diz respeito ao que Sen denominou de a natureza bilateral da perda resultante do distanciamento crescente entre a economia e a ética. De fato, o autor até aqui pretendeu demonstrar o que a economia tendeu a perder por desconsiderar os conceitos éticos quanto à

¹³ “A teoria do equilíbrio geral (...), trouxe à luz, nitidamente, inter-relações importantes que demandam análise altamente técnica. Embora essas teorias freqüentemente sejam abstratas, não só no sentido de caracterizarem as instituições sociais de maneira bastante simples mas também de conceber os seres humanos em termos muito restritos, elas indubitavelmente facilitaram o entendimento da natureza da interdependência social. Essa interdependência constitui um dos aspectos mais complexos da economia em geral, e as concepções derivadas dessas análises teóricas revelaram-se úteis mesmo em problemas práticos prosaicos”. SEN, Amartya K, On Ethics & Economics. 1ª ed, 1987, p. 24.

motivação do indivíduo, e a realização social, conquanto Sen também reconheça que alguns métodos empregados no modelo econômico atual poderiam ser úteis para a ética moderna. Todavia, por causa do distanciamento entre a Ética e a Economia essa postura também tem sido prejudicial à primeira.

Sen propõe que a Ética se utilize de alguns métodos da Economia Moderna, por exemplo, no tratamento dos problemas de interdependência, pois esses conceitos podem demonstrar uma importância substancial em questões éticas complexas, mesmo que não estejam envolvidas variáveis econômicas. Ao que parece, Sen apoia-se na argumentação aristotélica sobre a importância da inter-relação entre as ciências – utilizar dos experimentos bem sucedidos das outras áreas do conhecimento dentro do seu campo de investigação.

De particular importância, é o fato de que foi justamente na investigação de interdependências das variáveis que a abordagem engenheira logrou avanços significativos ao raciocínio econômico. É possível portanto afirmar que também a ética pode ganhar com raciocínios comumente utilizados na economia.

2.2- A razão como medida do Comportamento Humano

A idéia de usar a razão, como fonte iluminadora para identificar a validade de uma declaração teórica ou dialética, e promover o desenvolvimento sócio-cultural das sociedades estimulou as pessoas no passado e parece indicar que continua a fazê-lo no presente – inclusive, é o interesse primordial deste capítulo – quando intenta examinar a relevância dos valores e da razão para a realização do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos. Sem embargo, Aristóteles foi um dos pioneiros na defesa do uso da razão, ao realizar as nossas escolhas, ou com o objetivo de moldar o futuro de nossa civilização. Se este é o objetivo de nossa investigação, dizia ele, seria necessário dar importância às seguintes considerações:

“Nossa discussão será adequada se tiver a clareza compatível com o assunto, pois não se pode aspirar à mesma precisão em todas as discussões, da mesma forma que não se pode atingi-la em todas as profissões. As ações

boas e justas que a ciência política investiga parecem muito variadas e vagas, a ponto de se poder considerar a sua existência convencional, e não natural. Os bens parecem igualmente vagos, pois para muitas pessoas eles podem ser até prejudiciais; com efeito, algumas pessoas no passado foram levadas à perdição por sua riqueza, e outras por sua coragem. Falando de tais assuntos e partindo de tais premissas, devemos contentar-nos, então com a apresentação da verdade sob forma rudimentar e sumária; quando falamos de coisas que são verdadeiras apenas em linhas gerais, partindo de premissas do mesmo gênero, não devemos aspirar a conclusões mais precisas. Cada tipo de afirmação, portanto, deve ser aceito dentro dos mesmos pressupostos; os homens instruídos se caracterizam por buscar a precisão em cada classe de coisas somente até a natureza dos assuntos permite, da mesma forma que é insensato aceitar raciocínios apenas prováveis de um matemático e exigir de um retórico demonstrações rigorosas”¹⁴

A visão científica de Aristóteles não deixa dúvidas quanto ao uso da razão na argumentação de um problema a ser resolvido, seja ele de qualquer natureza. Entretanto, ele introduz um limite ao raciocínio dos teóricos dos diferentes campos, diante da natureza do problema em questão, principalmente quando se trata da ciência política.

Hoje em dia, um elemento que seguramente tem um papel fundamental para a economia moderna, é a suposição do “comportamento racional” dos indivíduos. Para os teóricos modernos, os seres humanos comportam-se racionalmente, e, por isso, na elaboração de suas teorias, eles pressupõem que existe uma analogia intrínseca entre o comportamento racional e o comportamento real, dos indivíduos. Para Sen, desde logo, temos de reconhecer que a questão anterior é muito controversa. Diz o autor: “existem razões para contestar essa afirmação”. Suponhamos que essa caracterização fosse aceita como absolutamente correta, isto não desqualifica um fato que está bem claro para todos nós, isto é, que com freqüência cometemos erros, nos confundimos, fazemos experimentações e assim por diante. Há ainda outros dois aspectos que podem ser relevantes nesse contexto: primeiro, se uma concepção de racionalidade admitir padrões de comportamento alternativo então a suposição isolada do comportamento racional não seria adequada para definir algum comportamento real “requerido”. Segundo, identificar o comportamento real com o comportamento racional pode cumprir seus objetivos em alguns aspectos, mas

¹⁴Aristóteles, *Ética à Nicômaco*, trad. Mário da Gama Kury, 3ª ed, 1985, editora Universidade de Brasília, Livro I, p. 1094a.

tem de ser distinguida da questão de conteúdo do comportamento racional propriamente dito. Mais adiante, devo examinar a importância dessa questão com mais profundidade. Antes disso procurarei analisar a posição de algumas teorias que têm por objetivo discutir a validade do uso da razão nas questões econômicas.

Mario Bunge, no livro *Economia e Filosofia*, afirma que famosos economistas, como Ludwig von Mises, sustentam que as teorias econômicas são verdadeiras *a priori*, e, portanto, não necessitam de testes empíricos. Hayek, por sua vez, afirmaria que a única parte empírica da economia tem referência à aquisição de conhecimento, a outra parte são conseqüências não previstas por uma teoria. Já Kenneth Arrow e todos os teóricos que consideram a economia como uma ciência das decisões, pretendem que as teorias econômicas não sejam descritivas mas normativas, e portanto, indemonstráveis. Por essas declarações anteriores, argumenta Bunge, pareceria ser legado aos agentes o dever de submeterem eles próprios à prova para averiguar a veracidade das teorias, isto é, através da prática das ações saber se estão se comportando a altura dos padrões de racionalidade proposta pelos autores.

Frente às críticas que tais posições devem enfrentar, isto nos leva a crer que precisaríamos então dispor de uma estrutura avaliatória, como também de instituições que atuem para promover nossos objetivos e comprometimentos valorativos, e, além disso, de normas de comportamento e de um raciocínio sobre o comportamento que permitam realizar nossos próprios objetivos. Com o fito de alcançar tais metas, Sen aponta os caminhos e as dificuldades atuais que se apresentam a essa tarefa.

A principal dificuldade, quanto à possibilidade de identificar o comportamento real baseado na razão, argumenta Sen, seriam as motivações céticas encontradas na literatura pertinente. Para ilustrar suas argumentações, ele investiga três correntes distintas. A primeira delas sugere que, dada a heterogeneidade de preferências e valores em diferentes pessoas, mesmo em uma sociedade já estabelecida, não seria possível contar com uma estrutura coerente para a avaliação social baseada na razão. Essa posição se utiliza do célebre “teorema da impossibilidade” de Kenneth Arrow para demonstrar a

seguinte tese: É impossível derivar racionalmente a escolha social a partir das preferências individuais. Decerto, isto é um equívoco, esclarece Sen:

*“The theorem of Arrow does not demonstrate what the tradition interpretation frequently judges which it demonstrates. With effect, this theorem does not prove the impossibility of the rational social choice, but in the impossibility which emerges when we try to base the social choice in an limited classroom of information”.*¹⁵

Suponha que tomemos como exemplo o “paradoxo do voto”: Nesse caso, uma pessoa P1 prefere a opção x à opção y e prefere y a z, enquanto a pessoa P2 prefere y a z e prefere z a x, e ainda uma pessoa P3 prefere z a x e prefere x a y. Da suposição anterior podemos concluir que adotar a regra da maioria levaria a inconsistências. Nessas circunstâncias o teorema de Arrow demonstraria que não só a regra da maioria, mas todos os mecanismos de tomada de decisão, que dependem da mesma base informacional – ou seja, apenas de ordenações individuais das alternativas relevantes – acarretariam alguma inconsistência, a não ser que adotemos uma solução ditatorial, de modo a preponderar o ranking das preferências de uma das pessoas. Do exposto, observa Sen, correndo o risco de uma simplificação excessiva, pode-se inferir que o teorema de Arrow não exclui os mecanismos de decisão que usam bases informacionais adicionais, ou de bases diferentes, mas aquelas que implicam em uma base informacional restrita, como no exemplo - das regras de votação. Portanto, para uma tomada de decisão social relativa a assuntos econômicos poderia, então, ser natural, considerar outros tipos de informação. Dessa forma, uma regra da maioria fosse ou não consistente, não teria consistência alguma como mecanismo eficiente para resolver disputas econômicas.

Para ilustrar o que dissemos no parágrafo anterior, com relação as questões econômicas, consideremos o problema referente à divisão de um bolo entre três pessoas distintas: P1, P2, P3, e, além disso, que cada pessoa vote com o intuito de maximizar somente a sua própria fatia do bolo. Consideremos por hipótese qualquer divisão do bolo entre as três pessoas.

Estabelecida essa divisão, podemos produzir uma “melhora para a

¹⁵“O teorema de Arrow não demonstra o que a interpretação popular freqüentemente julga que ele demonstra. Com efeito, esse teorema não prova a impossibilidade da escolha social racional, e sim a impossibilidade que emerge quando tentamos basear a escolha social em uma classe limitada de informações.” SEN, Amartya K, *Development as freedom*, 1ª ed., Oxford, 1999, chapter 11, p. 270.

maioria” tomando uma parte da fatia de uma das três pessoas (digamos, por exemplo, a fatia de P1) e dividindo-a entre as outras duas (P2 e P3). Esse exemplo seria suficiente para mostrar que esse modo de “melhorar” o resultado social funcionaria – uma vez que o juízo social é pela regra da maioria – mesmo se ocorresse que a pessoa prejudicada (P1) fosse a mais pobre das três. Sem embargo, tal processo poderia prosseguir até que P1 não tenha mais bolo para ser dividido, porém tal processo ainda seria considerado uma melhora para a maioria. Ademais, vale a pena comentar, sem ater-se a pormenores teóricos, que a forma de melhoria descrita anteriormente parece identificar-se com uma situação ótima de Pareto.

O problema das regras desse tipo, na visão de Sen, é a utilização de uma base informacional composta apenas dos *rankings* de preferências das pessoas; nesse contexto não importa quem é mais pobre, quem ganha ou quem perde, com as mudanças de renda, ou ainda qual o valor desse ganho ou qualquer informação adicional (como por exemplo: como as pessoas obtiveram as fatias que possuem). Com isso, todavia, confirma-se que essa classe de regras seria extremamente limitada e claramente inadequada para obter julgamentos bem informados sobre os problemas econômicos de bem-estar. Isso não ocorreria só porque ela conduz a inconsistências, mas porque não podemos fazer juízos sociais com tão pouca informação. Sen pretende ir além nessa discussão, sublinhando o conteúdo dessas regras. Diz ele:

*“Acceptable social rules would tend to take in account a variety of other excellent facts when judging the division of the cake: who is poor, how much each one earns in well-being and or basic ingredients of the life (...). the insisting where another information is not necessary none (and that other information, if available, could not influence the taken decisions) not very becomes these rules interesting for the economic decisions”.*¹⁶

Se é de fato verdade a afirmação anterior, cabe aqui destacar que o fato de haver um problema de inconsistência ao dividir-se o bolo baseado em votos, pode ser em muitos aspectos, analisado não tanto como um problema, mas como uma fonte de sobrevivência da inflexível consistência de procedimentos

¹⁶“Regras sociais aceitáveis tenderiam a levar em conta uma variedade de outros fatos relevantes ao julgar a divisão do bolo: quem é mais pobre, quanto cada um ganha em bem-estar e ou ingredientes básicos da vida (...). A insistência em que não é necessária nenhuma outra informação (e que outras informações, se disponíveis, não poderiam influenciar as decisões tomadas) torna essas regras não muito interessantes para as decisões econômicas”. SEN, Amartya K, *ibidem*, 1999, chapter 11, p. 271.

brutais e informacionalmente obtusos. Por isso, Sen sugere que, ao se fazer juízos econômicos, seria importante usar bases de informação mais amplas do que o permitido pela classe de mecanismos compatíveis com a estrutura de Arrow. Além disso, como já observamos aqui, a corrente examinada fornece as linhas gerais para o pensamento sobre as decisões sociais baseadas em condições individuais, enquanto o teorema de Arrow de fato pretende demonstrar - o que é, e o que não é possível, e isto pode depender crucialmente das informações que serão adotadas na tomada de decisões sociais. Isso posto, Sen conclui que a partir de uma ampliação das informações seria possível definir critérios coerentes e consistentes para a avaliação social e econômica.

Devo agora examinar a segunda vertente ceticista quanto à idéia do progresso baseado na razão, a qual se fundamenta no argumento de que podemos ter o que tencionamos ter, desde que as “conseqüências impremeditadas” expressem a história real.

Segundo Sen, a idéia de que as “conseqüências impremeditadas são responsáveis por grandes avanços no mundo tem o seu propósito. De fato, às vezes temos motivos importantes para agradecer por isso, por exemplo, a descoberta da penicilina que se originou graças a uma lâmina de cultura esquecida, mas que não se destinava a este propósito, ou entre outras descobertas científicas de mesma origem. Entretanto, há de se concordar que limitando-se a essa visão nem sempre as conseqüências poderiam corresponder às expectativas. Sen não vê margem em tudo isso para refutar a abordagem racionalista, pois para ele essa abordagem não tem por exigência geral comprovar que não existam efeitos impremeditados. Na verdade o objetivo da vertente racionalista é sustentar que as tentativas arrazoadas de ocasionar uma mudança social, em circunstâncias relevantes, nos ajudam a obter melhores resultados.

Com efeito, argumenta Sen, existem muitos exemplos de êxito em reformas sociais e econômicas dirigidas por programas motivados, por exemplo: os programas de alfabetização da população ocorridos na Europa, América do Norte, no Japão e outras regiões da Ásia; o desenvolvimento de serviços nacionais de saúde que propiciou a erradicação de epidemias e muitas outras doenças nos países europeus. Esses e outros exemplos freqüentemente

corroboram o fato de que as conseqüências corresponderiam as expectativas, e os objetivos das pessoas envolvidas no processo. Embora esta opinião seja suscetível de críticas, Sen entende que é possível extrair lições daquilo que deu errado nos programas implementados para melhorar a sua forma de implementação numa próxima vez.

Se esta última suposição for aceita, como deveríamos então compreender a tese supostamente defendida por Smith – e certamente proposta por Carl Menger e Friedrich Hayek:, de que: “muitas coisas boas” que acontecem – talvez a maioria delas – são com freqüência resultados impremeditados da ação humana. No que diz respeito a Smith, Sen expõe um esclarecimento:

“We need to start observing that Smith was deeply skeptical how much to the principles of the rich ones - no author (not even Karl Marx) criticized with as much vehemence the motivations of the economically privileged ones against the interests of poor. Many rich proprietors - affirmed Adam Smith (...) pledge themselves, “with its natural egoism and ambition”, only for “their desires without necessity and not satisfy”. Despite, in many circumstances, others can be benefited of the acts of those proprietors, therefore the actions of different people can productively be backing”.¹⁷

A proposta de Smith tinha como objetivo acentuar o ceticismo para com os ricos. Para tanto, argumentou que os egoístas e ambiciosos são guiados por uma “mão invisível” a promover o “interesse da sociedade”, mas na verdade fazem isso “sem tencionar, sem saber”. Foi sob este ponto de vista modesto, adicionado às interpretações de Menger e Hayek, indica Sen, é que se desenvolveu a “teoria das conseqüências impremeditadas”. Carl Menger, em particular, afirmou que essa seria uma proposição central na economia; mais tarde, Hayek desenvolveu essa teoria descrevendo-a como “um profundo insight sobre o objeto de toda teoria social”. Hayek de fato ficou impressionado com o fato elementar de que conseqüências importantes muitas vezes são impremeditadas.

Temos portanto, observou Sen, uma questão a discutir: Qual seria o valor fundamental dessa teoria cética? Exceto o fato elementar de que muitas

¹⁷ “Precisamos começar observando que Smith era profundamente cético quanto aos princípios dos ricos – nenhum autor (nem mesmo Karl Marx) criticou com tanta veemência as motivações dos economicamente privilegiados contra os interesses dos mais pobres. Muitos proprietários ricos – afirmou Adam Smith (...) empenham-se, “com seu egoísmo e ambição naturais”, apenas por “seus desejos vão e insaciáveis”. Não obstante, em muitas circunstâncias, outros podem beneficiar-se dos atos daqueles proprietários, pois as ações de diferentes pessoas podem ser produtivamente complementares”. SEN, Amartya K, ibidem, 1999, chapter 11, p. 275.

indivíduos advogam um profundo ceticismo em relação à possibilidade de valores sociais mais amplos. Para Sen esta forma de ceticismo é injustificável.

Sem dúvida, o auto-interesse pode ser reconhecido como uma motivação de grande importância para os trabalhos da organização econômica e social. Todavia, freqüentemente observam-se ações que expressam valores sociais tão importantes quanto esse, e tais valores nos indicam caminhos que vão além dos limites estreitos definidos pelo comportamento egoísta. O argumento proposto por Sen pretende dar um salto de qualidade à concepção de liberdade do indivíduo em relação ao uso do raciocínio socialmente responsável e de idéias de justiça. Ele sabe de antemão que é difícil sustentar que as pessoas sempre utilizarão esses princípios para decidir o modo de exercer a sua liberdade. Em todo caso, Sen acredita que seria possível identificar um senso de justiça entre as considerações que podem motivar as pessoas – e, com freqüência, isso parece ocorrer. Haja vista, o papel que podem desempenhar – e têm desempenhado - os valores sociais no êxito de várias formas de organização social, incluindo o mecanismo de mercado, a política democrática, os direitos civis e políticos elementares, a provisão de bens públicos básicos e as instituições para a ação e protesto públicos. Na prática, comentou Sen:

*“Different people can have very different manners of interpreting ethical ideas, including the one of social justice, and they can even not even to know to the right as organizing their thoughts on the subject. But the basic ideas of justice are not strange to the social beings, that you/they worry about their own interests, but that also have the capacity to think in members of the family, neighbors, fellow citizens and other people in the world. The mental experiment with the “observer impartial” perfectly analyzed by Adam Smith (...) it is a formalizes of an informal idea. and very disseminated. that happens in most of us”.*¹⁸

Portanto, para alcançar a disposição defendida por Sen não seria necessário criar artificialmente, através de um bombardeio moral, um espaço na mente humana para edificar a idéia de justiça ou equidade. Esse espaço já existe,

¹⁸Pessoas diferentes podem ter modos muito diferentes de interpretar idéias éticas, incluindo as de justiça social, e podem até mesmo nem sequer saber ao certo como organizar seus pensamentos sobre o assunto. Mas as idéias básicas de justiça não são estranhas a seres sociais, que se preocupam com seus próprios interesses, mas que também têm a capacidade de pensar em membros da família, vizinhos, concidadãos e outras pessoas no mundo. O experimento mental com o “observador imparcial” primorosamente analisado por Adam Smith (...) é uma formalização de uma idéia informal – e muito disseminada – que ocorre à maioria de nós SEN, Amartya K, ibidem, 1999, chapter 11, p. 281. Sen defende a liberdade e a responsabilidade do indivíduo como elementos fundamentais da ação humana.

é uma questão de se fazer uso sistemático, convincente e eficaz das preocupações gerais que as pessoas realmente têm.

2.3- A Racionalidade como Consistência

O que já apresentamos até aqui, parece ser suficiente para levantar algumas questões: Qual o papel da racionalidade na Economia Moderna? Seria possível esboçar uma crítica à economia tradicional quanto à identificação do comportamento real com o comportamento racional?.

Segundo a definição de Jesus Mosterín, na obra "*Racionalidad y acción humana*", no contexto "humanístico" a racionalidade se predica de nossas crenças e opiniões por um lado, e de nossas decisões, ações e conduta, por outro. Chamamos racionalidade crencial a que se predica de crenças e opiniões. Em geral utilizamos esse conceito quando somos invocados a exprimir uma opinião sobre um assunto qualquer – para abreviar, podemos considerá-lo verdadeiro, ou rechaçá-lo como falso, ou podemos ainda não nos pronunciar a respeito, adotando uma atitude indiferente a tal discussão.

De fato, sugere Mosterín, se cremos em alguma coisa, e além disso, ocorre ser verdade aquilo em que acreditamos, dizemos que estamos corretos quanto à nossa crença. É evidente que existem muitas situações onde não ocorre a correspondência de nossas crenças com os fatos reais. Portanto, para poder argumentar que, de fato, estamos certos sobre uma afirmação, parece que ao menos três condições têm de estar satisfeitas. Suponha uma asserção π : "(1) *que creamos que π , (2) que seja verdade que π y (3) que nuestra creencia de que π esté adecuadamente justificada*".¹⁹ As condições 1 e 2 definem a certeza de nossas crenças, isto é, quando sabemos realmente sobre algo, sempre acertamos. Porém não a inversa, pois podemos acertar sem saber, acertar por casualidade, por sorte, entre outras possibilidades. Ora, esta evidência realça

¹⁹ "(1) que acreditamos que π , (2) que é verdade que π e (3) que nossa crença de que π esteja adequadamente justificada. MOSTERÍN, Jesus, *Racionalidad e acción humana*, ed Alianza, 2ª ed., 1987, p. 18.

precisamente o papel da terceira condição do saber a que exclui o acertar por casualidade, porque exige que a nossa crença esteja plenamente justificada.

Analogamente, exigimos do conceito de crença racional tudo o que exigiríamos do conceito de saber, exceto a verdade da idéia crida ou conhecida. Assim, podemos dizer que cremos racionalmente em uma asserção π , se: cremos que π , e se estamos justificados em crer que π . Isso significa que bastaria examinar a nossa crença e a sua coerente justificação para determinar se ela é ou não racional. A partir das definições anteriores segue-se que sempre que sabemos sobre algo, podemos afirmar que cremos racionalmente – porém não a inversa – e sempre que cremos racionalmente que algo é o caso, acreditamos sem evidências verídicas – naturalmente não a inversa. E é por isso que a crença racional, por um lado, tem a vantagem de ser operacional, por outro lado, tem a desvantagem de ser falível, em relação ao conhecimento. Seja como for, não se pode negar que ela proporciona maior probabilidade de acerto quanto às nossas crenças e opiniões, ao rechaçar muitas das opiniões que não dispõem de uma suficiente justificação. Por isso, Mosterín sustenta que podemos considerar o método que consiste na racionalidade crencial como “uma estratégia da maximização de nosso acertos e minimização de nossos erros a longo prazo”.

Não nos deteremos aqui em uma análise mais profunda dos fundamentos da racionalidade crencial. Entretanto, vale a pena explicitar uma questão relevante para a pesquisa; ao intentar precisar o conceito de crença racional de uma afirmação π , com o auxílio da crença sobre π e da justificação da crença em π , na realidade, fundamentamos um conceito vago com o auxílio de outro conceito não menos vago como também carente de precisão. Em vista desta exigência temos que precisar o conceito de justificação de uma idéia, ou seja, o que significa dizer, alguém está justificado em crer que π é o caso. Correndo o risco de uma simplificação excessiva, pode-se dizer que estamos justificados em crer em uma idéia π se ocorre que π é deduzível de outras idéias β, α, χ , que estamos justificados em crer. Este tipo de justificação é chamada de justificação derivada. Todavia, existem casos, como não poderia deixar de ser, em que se utiliza uma justificação não-derivada. Estes casos geralmente pressupõem que uma justificação π seja analítica, ou possa ser diretamente

comprovada pelo indivíduo, ou π é uma opinião científica da atualidade, e π não está em contradição com nenhuma outra das suas crenças.

Devo agora analisar a racionalidade prática, a que se predica das decisões, ações e conduta. Para Mosterín podemos identificar, pelo menos, cinco condições para a existência da racionalidade prática do indivíduo: a) ter consciência dos fins e metas próprios b) conhecer na medida do possível os meios necessários para a obtenção dos fins perseguidos c) pôr em prática (na medida do possível) os meios necessários para conseguir os fins perseguidos d) no caso de conflito entre fins do mesmo tipo e de distinto grau de proximidade, os fins posteriores têm de ser preferidos aos fins anteriores e e) os fins últimos do agente são compatíveis entre si.

A partir desses princípios o agente racional pode organizar sua vida, pois está consciente de suas metas últimas e adotaria uma estratégia prática conducente a alcançar tais metas na maior medida possível. Todavia, a racionalidade prática não é senão um método, uma estratégia para maximizar o conhecimento e a consecução de nossos fins últimos. Portanto, temos de reconhecer que muitos dos fins que perseguimos constituem na prática meios para outros fins, em última análise, a aceitação de um fim como último tem um momento de gratuidade. Daí resulta que: se, por um lado, estamos justificados em usar os fins intermediários para alcançar os fins últimos, por outro, os fins últimos podem ser explorados e elevados a um plano de consciência, porém não poderiam ser justificados.

Do que foi dito até aqui, creio que seja possível explicitar qual a relação existente entre a racionalidade crencial e a racionalidade prática. A questão fundamental é entender qual delas deveríamos priorizar para orientar a nossa conduta. Ao que tudo indica, podemos ser racionais crencialmente sem sê-lo na prática, mas não vice-versa. Quando dizemos que somos racionais em nossas crenças isto não implica que agimos racionalmente na execução de nossas ações, por outro lado, não podemos agir racionalmente para um determinado fim se não somos racionais ao menos em nossas crenças referentes a esse fim. De fato, quando desejamos alcançar um objetivo seja comercial ou pessoal, exige-se, pelo menos, que as nossas crenças com respeito a tais fins não estejam equivocadas nem confusas, mas que sejam, no que for possível,

precisas e seguras. Seguem-se das proposições anteriores que a racionalidade pressupõe ao menos uma parcial racionalidade crencial, e a racionalidade prática completa pressupõe a completa racionalidade crencial.

Esse último ponto, argumenta Mosterín, leva-nos a inferir que o motivo para se obter um sistema crencial, o mais objetivo e verídico possível, é uma motivação comum a todos os agentes racionais. Com efeito, a racionalidade crencial não é senão a estratégia que conduz a essa finalidade. Portanto, se estamos interessados em racionalizar um campo de conduta é preciso aplicar os conceitos de racionalidade a esse campo, e isso implica:

“tanto el buscar y aceptar la mejor información relevante disponible como el articular nuestros fines respecto a ese campo y el poner en obra los medios más adecuados para conseguir esos fines.”²⁰

Apoiados nas argumentações anteriores, discutiremos a seguir a conduta racional. Por certo, dizemos que alguém é conseqüente com seus princípios se sua atuação concreta é compatível com esses princípios. Todavia, essa afirmação só é possível quando temos informações acerca do planejamento de vida do indivíduo – entendido aqui como um conjunto conscientemente explicitado de fins últimos e meta-fins que ordenam, orientam e dirigem nossos objetivos concretos, nossas intenções e nossa ação. E é por isso que se afirma que vivemos premeditadamente quando temos um plano de vida. Ao passo que todas as coisas que fazemos sem nos dar conta, sem premeditação, dentro do modelo racional não constituem ações – no sentido de ações premeditadas, intencionadas, interferindo no decurso do mundo – são meros eventos ou acidentes, que não correspondem porém à intenção consciente do agente. Portanto, o comportamento coerente de quem dispõe de um planejamento de vida *t*, afirma Mosterín, pode ser assim definido:

“x se comporta conseqüentemente em t si y solo si los fines concretos inmediatos y las intenciones de x en t son compatibles con su plan de vida”.²¹

Com efeito, o planejamento de vida por si só não determina cada um dos atos do agente, mas se limita a traçar alguns limites que não seriam

²⁰“tanto o buscar e aceitar a melhor informação relevante disponível como articular nossos fins com respeito a esse campo e pôr em ação os meios mais adequados para conseguir esses fins”. MOSTERÍN, Jesus, *ibidem*, p.32.

²¹“x se comporta conseqüentemente em t se e somente se os fins concretos inmediatos e as intenções de x em t são compatíveis com seu plano de vida”. MOSTERÍN, Jesus, *ibidem*, p.89.

compatíveis com ele. Por conseguinte, esses limites tendem a ser amplos principalmente durante a fase de execução, pois podem surgir circunstâncias imprevisíveis, e seria irracional renunciar a elas, sem fortes motivos, simplesmente porque não faziam parte do planejamento. Por isso, um planejamento de vida racional – isto é, um plano de vida coerente, viável, bem estruturado, interessado e razoável - considerado razoável, deveria prever uma constante revisão parcial em função dessas circunstâncias inesperadas e, portanto, com ampla margem para a espontaneidade.

Essa discussão, em última análise, nos leva a inferir que o conceito de conduta conseqüente é mais amplo do que o de conduta racional. De fato, posso comportar-me conseqüentemente, posso viver conseqüentemente, não obstante meu plano de vida não ser racional – no sentido que se definiu no texto. *“Puedo vivir conseqüentemente sin vivir racionalmente, pero mia conducta no puede ser racional si no es conseqüente”*.²²

Ora, se temos um plano de vida, então vivemos premeditadamente, se vivemos premeditadamente o nosso comportamento poderá ser conseqüente ou inconseqüente conforme nossa ação esteja ou não de acordo com nosso plano de vida. Então o que está faltando para que nossa conduta seja considerada racional? Na realidade, não basta que nosso plano de vida seja racional.

“Nuestra conducta consciente, nuestra acción, depende tanto de nuestras creencias como de nuestras intenciones. Podemos actuar irracionalmente, aun cuando nuestras intenciones sean compatibles con un plan de vida racional, simplemente porque nuestras creencias sean irracionales”.²³

Mas o ponto que queremos enfatizar é saber, o que racionalidade tem a ver com economia. Como já dissemos, na literatura econômica atual, os agentes fazem suas escolhas racionalmente, embora, muitas teorias, na realidade, tenham por objetivo descrever como os agentes *devem* racionalmente escolher. Em outros termos, os economistas consideram as escolhas não como determinações mentais mas como ações. Dessa forma, as escolhas são obtidas através da análise das restrições, das preferências, e das crenças do indivíduo. E

²²“Posso viver conseqüentemente sem viver racionalmente, porém minha conduta não pode ser racional se não é conseqüente”. MOSTERIN, Jesus, *ibidem*, p. 89.

²³“Nossa conduta consciente, nossa ação, depende tanto de nossas crenças como de nossas intenções. Podemos agir irracionalmente, mesmo quando nossas intenções sejam compatíveis com um plano de vida racional, simplesmente porque nossas crenças são irracionais”. MOSTERIN, Jesus, *ibidem*, p. 91.

é por isso que freqüentemente os teóricos tomam as preferências a serem pré-determinadas ou os fatos “dados” sobre os indivíduos, mas não se utilizam de questões ou informações dos indivíduos para explicitar uma avaliação racional.

Em vista desta exigência, as análises econômicas partem das preferências quaisquer de um indivíduo. Todavia, após essa análise, as escolhas e os conjuntos de crenças e preferências devem passar pelo crivo teórico, que pode classificá-las como racionais ou irracionais. Por exemplo, consideremos inicialmente que estamos interessados em compreender as escolhas, preferências, e crenças de um agente Q. Em circunstâncias de completa certeza, um agente Q escolhe racionalmente se suas preferências são racionais e não há nenhuma outra possibilidade mais vantajosa do que aquilo que Q escolheu. Exceto no caso de vínculos, poderíamos dizer simplificadaamente: Q é racional se suas preferências são racionais e ele escolhe o que prefere entre aquelas coisas que pode obter.

Por sua vez, as preferências de Q são racionais se elas são transitivas e completas. Dados três objetos distintos x , y e z , sujeitos a uma escolha: se Q prefere x a y e y a z , então deveria preferir x a z , assim sendo, dizemos que essas preferências são transitivas. Similarmente, dizemos que Q é indiferente se Q mantém-se indiferente à qualquer relação de escolha entre as opções x , y e z . De outra forma, isto é, se Q prefere x a y e y a z , mas prefere z a x alega-se que as preferências de Q são irracionais. Embora se possa questionar a exigência da transitividade para se avaliar a racionalidade das preferências, baseando-nos nas afirmações de Mosterín, isto parece ser plausível.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, as preferências de um agente Q serão completas se, dadas duas preferências distintas x e y , ou Q prefere x a y ou Q prefere y a x , em último caso, Q é indiferente entre x e y . Isso significa que se as preferências de Q são completas então Q jamais seria incapaz para escolher entre x e y . Com isto, podemos dizer que ao tratar dos problemas em condições de certeza, a racionalidade oferece as ferramentas adequadas para nossa avaliação. Contudo, seus objetivos podem ser uma razoável simplificação para alguns propósitos do agente, e é questionável afirmar que a completude seja uma condição da racionalidade. Dessa última suposição podemos concisamente explicitar a importância de se avaliar a diferença elementar entre ser indiferente e

ser incapaz de realizar escolhas, uma vez que a indiferença do agente decorre de uma igual escolha entre as opções dadas, não de uma inabilidade para escolhê-las.

Para melhor compreender o real propósito da teoria da racionalidade na teoria econômica atual, faremos uso, a princípio, de uma análise de Hausman e McPherson contida na obra *“Economic analysis and moral philosophy”*.²⁴ Segundo os autores, muitos economistas, de acordo com a teoria da preferência revelada, procuram definir as preferências em termos de escolha, dado que algumas exigências de consistência seriam satisfeitas durante o processo de escolha. Nessa análise, o agente que escolhe x quando poderia ter escolhido y a um menor custo revelaria uma preferência por x em detrimento de y. Todavia, se consideramos, como fazem os autores, as escolhas preferenciais de um agente Q como um estado subjetivo de Q que, em conjunto com as opiniões de Q explicam suas escolhas – embora as escolhas seriam importantes evidências concernentes às preferências – poderia ser um erro identificar preferência e escolha, como exige a teoria da preferência revelada. “Mantendo-se a distinção entre preferências e escolha, argumentam Hausman e McPherson, a) seria possível esclarecer o significado de preferências e escolha, b) permitiria às preferências explicar as escolhas, c) abriria espaço para a formulação de visões alternativas de racionalidade que permitiriam a escolha de ações que não maximizem a satisfação das preferências.”²⁵

Ora, tudo isso mostra que asseverar que, em condições de certeza, as preferências são racionais se elas são transitivas e completas parece insuficiente. Ademais, muitos teóricos, como Sen, consideram este tipo de abordagem da racionalidade simplificado e muito exigente. Eles declaram que existe uma variedade de conceitos mínimos de racionalidade. Portanto, completude e transitividade pertencem a um conjunto finito de alternativas a que um agente estaria sujeito. Vale também dizer que completude e transitividade estabelecem uma *ordem mínima* de qualquer conjunto finito de alternativas possíveis. Uma

²⁴HAUSMAN and McPHERSON, “Economic analysis and moral philosophy”., Cambridge University Press, 1996, 1ª ed. Nessa obra, os autores tratam das questões fundamentais entre a Análise Econômica e a Filosofia Moral. O objetivo central da obra é demonstrar como as questões morais podem beneficiar as ferramentas analíticas da economia.

²⁵HAUSMAN and McPHERSON, *ibidem*, p. 28. Segundo os autores a condição (3) pode ser examinada com mais detalhes na obra de Sen.

pessoa poderia enumerar as suas opções, de modo que as opções preferidas obteriam o maior número, enquanto as opções indiferentes obteriam o mesmo número. Com isto, para qualquer atribuição numérica de um indivíduo poderíamos obter uma função da utilidade ordinal – uma condição já proposta por Walras.

Desse último ponto de vista podemos reconstruir a teoria da racionalidade em circunstâncias de certeza com a seguinte afirmação:

“Agents are rational if and only if their preferences may be represented by ordinal utility functions, and their choices maximize utility. We intentionally avoided saying that they act “in order to maximize utility” for in contemporary economic theory, utility is merely an index or indicator.”²⁶

Para Hausman e McPherson, na economia tal questão não é simples, pois essa doutrina poderia enganosamente sugerir que a utilidade é um objeto de escolha, algo intrinsecamente bom que as pessoas desejam adicionalmente às suas opções triviais. Ademais, argumentam os autores, a teoria da escolha racional nada nos diz sobre o que as pessoas desejam. Por esta razão poderíamos afirmar que a teoria racional da escolha não implica em auto-interesse, e faz sentido o que pretendemos defender:

“Someone whose choices are determined by a complete and transitive preference-ordering that ranks the well-being of others very highly is no less a utility maximizer than is the individual who is indifferent to welfare of others. Thus, when economic theories treat individuals as self-interested – as they often do – they must add substantive claims concerning what people want to the standard theory of rationality.”²⁷

Destarte o fato de que a teoria da utilidade não exija reivindicações substantivas sobre o que as pessoas deveriam preferir, Hausman e McPherson defendem que ela permanece uma teoria normativa preocupada em como as pessoas devem escolher, em vez de uma teoria positiva ou meramente um modelo ou uma definição de como as pessoas fazem as suas escolhas. Em última análise, a teoria da utilidade aponta as condições que as escolhas e preferências devem satisfazer. Logo, não pode ser uma teoria positiva pois nada diz sobre a extensão para a qual as pessoas são racionais, nem meramente um modelo ou definição, porque a racionalidade é propriamente uma noção

²⁶“Os agentes são racionais se e somente se suas preferências podem ser representadas por funções de utilidade ordinal, e suas escolhas maximizam a utilidade. Nos intencionalmente evitamos dizer que eles agem “de fato para maximizar a utilidade” pois para teoria econômica contemporânea, a utilidade é meramente um indexador ou indicador.” HAUSMAN and McPHERSON, *ibidem*, p. 29.

normativa. Todavia, convém salientar, mesmo que a teoria da utilidade nada nos diga sobre o que os indivíduos preferem, ela abrange um escopo mais amplo do que o foco de investigação restrito da teoria econômica. De fato, a teoria da utilidade é empregada por muitos outros campos de investigação científica como a psicologia, a filosofia, a sociologia, como também pela economia.

Isso posto, resta declarar que na Economia contemporânea o processo de escolha e o conjunto de crenças e preferências podem ser racionais ou irracionais. Uma escolha será racional quando for determinada por um conjunto racional de crenças e preferências. Se as afirmações que fizemos até aqui forem aceitas, podemos então esboçar uma definição para a conduta econômica das pessoas a partir da Teoria da Racionalidade: “as preferências das pessoas são racionais se elas são completas e transitivas, e as pessoas escolhem racionalmente se suas escolhas são determinadas por suas preferências”. Por sua vez, adicionando à Teoria da Racionalidade a generalização de que as pessoas reais são para alguns economistas uma extensão racional chegamos ao princípio central da Teoria Econômica positiva.

*“In standard microeconomic theory, individuals are portrayed as having complete, transitive, and continuous preferences for commodity bundles. Their preferences thus can be represented by continuous preferences ordinal utility functions. Consumers are portrayed as choosing the bundle they most prefer from among the commodity bundles they can afford. The standard theory of consumer choice thus limits the objects of preference to bundles of commodities and services, and it makes further assumptions concerning rates of substitution. But these are only further details: in economics the theory of choice is simultaneously the theory actual choice”.*²⁸

Este caminho levou inevitavelmente algumas obras da economia Política a empregar a expressão “escolha racional” como um método de escolha sistemática baseada de modo exclusivo, na vantagem pessoal. Segundo Sen, seria justo dizer que existem dois métodos na Economia Tradicional para definir o

²⁷“Alguém cuja escolhas são determinadas por uma ordem-preferência completa e transitiva, a qual classifica o bem estar dos outros mais amplamente não é menos maximizador de utilidade do que seria o indivíduo que é indiferente ao bem estar dos outros”. HAUSMAN and McPHERSON, *ibidem*, p. 29.

²⁸“Na teoria microeconômica padrão, os indivíduos são observados como tendo preferências completas, transitivas, e contínuas para pacotes de produtos. Suas preferências assim podem ser representadas por funções de utilidade ordinais contínuas. Os consumidores são observados como escolhendo o pacote que eles mais preferem entre os pacotes de produtos que podem obter. A teoria padrão da escolha do consumidor limita assim os objetos de preferência aos pacotes dos produtos e dos serviços, e faz algumas suposições adicionais à respeito dos valores da substituição. Mas estes são apenas detalhes adicionais: na economia a teoria da escolha é simultaneamente a teoria da escolha atual”. HAUSMAN and McPHERSON, *ibidem*, p. 38.

comportamento racional. Um deles estaria baseado na consistência interna de escolha, o outro, apoia-se na inflexível maximização do auto-interesse. O primeiro tende a explicar o conjunto das escolhas reais como resultado da maximização segundo uma relação binária – as causas das ações humanas e das razões para as ações. Nesse caso, enquanto algumas formulações utilizam-se de apenas um tipo limitado de relação binária, em outras, a função de escolha é considerada completamente representável por uma relação binária. Convém ressaltar que, na opinião de Sen, essa última formulação de racionalidade exige que a relação seja inteiramente transitiva e que seja inclusive representável por uma função numérica que supostamente o indivíduo maximiza.

A questão que importa ao autor nessa discussão não é enveredar pelas dessemelhanças analíticas ou pelo grau de afinidade entre as diferentes formulações e requisitos de consistência interna de escolha. Na verdade, enfatizou Sen:

“it is hard to believe that the internal consistency of choice can itself be an adequate condition of rationality. If a person does exactly the opposite of what would help achieving what he or she would want to achieve, and does this with flawless internal consistency (always choosing exactly the opposite of what will enhance the occurrence of things he or she wants and values), the person can scarcely be seen as rational, even if that dogged consistency inspires some kind of an astonished admiration on the part of the observer.”²⁹

Sen sustenta a tese de que a escolha racional tem de exigir algo no mínimo com respeito à correspondência do que se tenta obter e como se busca obtê-lo. De fato, argumenta o autor, podemos requerer da racionalidade mais do que isso – algo que satisfaça alguns critérios de avaliação racional, de modo que um conceito puramente “instrumental” de racionalidade pode ser absolutamente inadequado. No entanto, mesmo que essa postura seja adotada, Sen reconhece a utilidade desse conceito. Essa afirmação seria justificável mesmo que para utilizar, por exemplo, a “racionalidade de correspondência” – a correspondência de escolhas com objetivos – deva ser uma condição necessária da racionalidade como um todo, independentemente de ser ou não suficiente. Em uma escala

²⁹“É difícil crer que a consistência interna de escolha possa ela própria ser uma condição adequada de racionalidade. Se uma pessoa fizesse exatamente o oposto daquilo que a ajudaria a obter o que ela deseja, e fizesse isso com impecável consistência interna (sempre escolhendo o oposto daquilo que aumentaria a ocorrência das coisas que ela deseja e valoriza), essa pessoa não poderia ser considerada racional, mesmo se essa consistência obstinada inspirasse algum tipo de admiração pasma no observador.” SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1987, p. 13.

muito modesta podemos admitir que as nossas discussões anteriores quanto à racionalidade corroboram a asserção de Sen.

Dentro desta perspectiva poderíamos questionar a natureza da consistência do comportamento racional. Nossa discussão leva a crer que essa questão é mais complexa do que geralmente se afirma. Para Sen quando estamos diante de vários objetos de valor, uma linha de ação alternativa pode ser mais valorizada em um aspecto porém menos em outro. Em particular, diz o autor:

*“When it comes to personal judgements and decisions, the recognition of diversity of goods with unclear ‘trade-offs’, and the impossibility – if that is the case – of arriving at a complete ordering may have some psychological and ethical relevance. Of course, here too the requirements of decision will call for either balancing, or some arbitrary resolution of an uncertainty, but that is not the only thing that is important in human reflection and volition. For example, even if some hard-headed piece of unresponsive ruthlessness turns out to be optimally conducive to good economic consequences, taking into account indirect effects, it is still not absurd to think that there is something of serious disvalue in being unable to be coolly ruthless and unresponsive to requests for help”.*³⁰

Sen reconhece que o valor das decisões de cunho pessoal e seus correspondentes - a incerteza, a hesitação, o pesar entre outros - tem maior importância para as atividades sociais e culturais do que para a Economia. Contudo, as nossas discussões levam a crer que esses valores não são de todo insignificantes para a Economia na medida em que podem influenciar o comportamento dos indivíduos cujas ações fazem parte do próprio estudo da Economia.

Para ilustrar a afirmação anterior, recentemente foram realizados estudos acerca do comportamento humano em situações de incerteza. Tal investigação revelou que existem desvios que podem ser considerados inconsistências sistemáticas na apreciação do risco e na avaliação comparativa de decisões alternativas. Sen está ciente dessas investigações, mas avalia que

³⁰“Quando se trata de avaliações e decisões pessoais, o reconhecimento da diversidade de bens com contratos (“trade-offs”) indefinidos e a impossibilidade – se for o caso – de chegar a uma ordenação completa podem ter alguma relevância psicológica e ética. Obviamente, também aqui os requisitos de decisão exigirão, quer a ponderação, quer alguma resolução arbitrária de um impasse, mas isso não é única coisa importante na volição humana. Por exemplo, mesmo que uma medida de impassível desumanidade por motivos frios e práticos revele-se otimamente conducente a boas conseqüências econômicas, levando em consideração efeitos indiretos não é absurdo pensar que é desprezível conseguir ser friamente desumano e impassível de pedidos de ajuda”. SEN, Amartya K., ibidem 1987, p. 68-69.

muitos dos resultados obtidos foram interpretados como simplesmente “erros” de percepção ou de raciocínio. Ademais, mesmo que seja uma concepção plenamente aceita, a existência desse comportamento indicaria ser correto destinar um lugar para afastamentos dos requisitos usuais de “racionalidade” na compreensão do comportamento real. Decerto, alguns desses “erros”, apenas refletem uma concepção diferente do problema de decisão, a qual contrasta com a concepção formalizada na literatura tradicional.

Se a argumentação dessa questão alcançou seus objetivos, existem boas razões para ampliar nossa compreensão sobre os problemas de decisão, levando em conta as avaliações éticas. Evidentemente existe uma forte razão para se reconhecer a natureza desse dilema, pois isso pode contribuir não apenas para o entendimento e avaliação dos fenômenos econômicos, mas também para a previsão econômica.

Uma outra consideração a fazer quanto à concepção de racionalidade como consistência, ressaltou Sen, é a aparente plausibilidade obtida por essa concepção, graças à descrição de consistência como uma função de utilidade. Obviamente, nessa interpretação o agente maximizaria sua “função de utilidade”. Mas isso não está dizendo nada sobre o que tal pessoa está tentando maximizar independentemente do que ela defina como utilidade.

A segunda abordagem de racionalidade, que se pretende analisar aqui, é a da maximização do auto interesse. Trata-se de um princípio fundamental como requisito de uma correspondência externa entre as escolhas que uma pessoa faz e seu auto-interesse. É justo salientar, antes da análise dessa abordagem, que Sen sugere uma crítica diferente a da abordagem anterior:

*“This approach certainly is not open to the criticism made against the internal consistency view of rationality. In terms of historical lineage, the self-interest interpretation of rationality goes back a long way, and it has been one of the central features of mainline economic theorizing for several centuries .”*³¹

Qual seria o problema da segunda abordagem? A questão reside precisamente na identificação de racionalidade com auto-interesse excluindo todo o resto. Sem dúvida, pode não ser totalmente absurdo afirmar que a maximização

³¹“Essa abordagem não se presta à crítica que se fez à concepção de racionalidade como consistência interna. Em termos de linhagem histórica, a interpretação da racionalidade como auto-interesse é bastante antiga, e há vários séculos tem sido uma das características principais da teorização econômica predominante”. SEN, Amartya K. *ibidem*, 1988, p. 15.

do auto interesse não é irracional, no entanto, asseverar que tudo o que não for maximização do interesse tem que ser irracional parece no mínimo insólito.

A verdade é que o conceito de racionalidade identificado como auto-interesse implica *inter alia* em uma explícita rejeição da concepção “relacionada a ética”. Sen não pretende negar que fazer todo o possível para obter o que gostaríamos não pode ser parte da racionalidade. Não obstante entende que essa visão poderia incluir o empenho por objetivos desvinculados do auto interesse, pelos quais os indivíduos poderiam também valorizar e desejar promover. Por certo, não há margem em tudo isso para considerar qualquer afastamento da maximização do auto-interesse como uma prova de irracionalidade. O principal efeito dessa caracterização seria a rejeição do papel da ética na real tomada de decisão, como propõe a concepção moral conhecida como egoísmo ético - trata-se da afirmação do auto-interesse governada pelo motivo monetário, como ideal de normativa de conduta para o indivíduo, tendo por objetivo promover a eficiência produtiva e alocativa da economia e da maximização do nível de bem-estar natural da sociedade. O ponto central dessa teoria é supor que o auto-interesse crasso seria o grande propulsor da busca da eficiência e do crescimento econômico.

Um segundo aspecto a examinar na abordagem que enfatiza a maximização do auto-interesse, seria o uso da irracionalidade como um “intermediário” para a avaliação da conduta. Para Sen é inapropriado usar esta estratégia metodológica para sustentar a hipótese de que o comportamento real tem de ser maximizador do auto interesse. À primeira vista, poderia ser menos absurdo afirmar que as pessoas sempre, em última análise, maximizariam o auto interesse do que afirmar que a racionalidade deveria exigir a maximização do auto interesse. Por certo interpretar o egoísmo universal como uma realidade pode de fato ser falso, mas interpretá-lo como um requisito da racionalidade é no mínimo absurdo. Nesta perspectiva, argumentou Sen:

“The complex procedure of equating self-interest maximization with rationality and then to identifying actual behavior with the rational behavior seems to be thoroughly counterproductive if the ultimate intention is to provide a reasonable case for the assumption of self-interest in the specification of the actual behavior in economic theory. To try to use the demands of the

rationality in going to battle on behalf of the standard behavioral of economic theory (...) is like leading a cavalry charge on a lame donkey".³²

Em seguida pretendemos discutir uma questão relevante para o nosso trabalho. Se por um momento isolarmos a racionalidade, seria possível definir o valor que tem como hipótese a maximização do auto interesse na caracterização do comportamento real? Por conseguinte, o "homem econômico" aquele que busca seus próprios interesses, seria o melhor representante da conduta humana, ao menos em questões econômicas?

Sem dúvida, indaga Sen, essa é a suposição tradicional da economia, além de contar com inúmeros defensores, como por exemplo, George Stigler que apresentou uma defesa bem articulada da concepção de que "vivemos em um mundo de pessoas razoavelmente bem informadas que agem de modo inteligente para realizar seus próprios interesses". Isso não é tudo, Stigler apresentou também uma comprovação dessa afirmação, que em grande medida parece restringir-se a conceitos elaborados por ele mesmo.

"Allow to foresee me the result of systematic and including tests of the behavior in situations in that the solemnity-interest and ethical values thoroughly boasted enter in conflict. Most of the time in fact, the theory of the solemnity - it interests (...) it will be the winner".³³

Dissemos no parágrafo anterior que a afirmação de Stigler parece restringir-se às suas próprias previsões. Sen observa que ele não revelou em que princípios fundamentou sua análise, além da sua crença de que esse resultado é realmente o predominantemente encontrado pelos teóricos econômicos, não apenas na maioria dos fenômenos econômicos, mas igualmente em outras formas de investigação. Uma outra objeção que se pode dirigir à posição de Stigler é o baixo número de testes empíricos que corroborem pronunciamentos teóricos desse tipo, seja na economia, nas relações conjugais, no comportamento religioso entre outros. Embora essas afirmações comprobatórias sejam

³²"O complexo procedimento de igualar a maximização do auto-interesse à racionalidade e então identificar o comportamento real com o comportamento racional parece ser totalmente contraproducente se a intenção final é apresentar uma argumentação aceitável para a suposição da maximização do auto-interesse na especificação do comportamento real na teoria econômica. Tentar usar os requisitos da racionalidade ao sair em batalha para defender a hipótese tradicional de comportamento da teoria econômica (...) é como liderar uma carga de cavalaria montado em um burro manco". SEN, Amartya K. *ibidem*, p. 16.

³³"Permitam-me prever o resultado de testes sistemáticos e abrangentes do comportamento em situações em que o auto-interesse e valores éticos amplamente alardeados entrem em conflito. Na maioria das vezes, de fato, a teoria do auto-interesse (...) será a vencedora. SEN, Amartya K. *ibidem*, 1988, p. 17. Trata-se de uma previsão de Stigler quanto ao comportamento humano.

abundantes, poucas são as comprovações de fatos reais que elevem o grau de confiabilidade dessas afirmações. Por isso, para Sen, a tese do auto-interesse contradiz na prática o que afirma na teoria.

É freqüente, sobretudo, a razão alegada pelos teóricos para supor que a ação auto-interessada parece estar fundamentada em resultados esperados – e esse mecanismo conduziria a resultados eficientes. Um dos exemplos mais citados nessa direção é o êxito de economias de livre mercado, como o Japão. Contudo, argumenta Sen, isso nada nos diz sobre a motivação que atuou para a ação dos agentes econômicos no desenvolvimento de uma economia desse gênero. Em particular, no caso do Japão, existem eloqüentes provas empíricas de que afastamentos sistemáticos do comportamento interessado referentes ao dever, à lealdade, e à boa vontade têm desempenhado um papel fundamental no êxito da indústria: “O que Michio Morishima (1982) denomina de *éthos japonês*, certamente é difícil de se encaixar em qualquer descrição simples de comportamento auto-interessado”.³⁴

Sen declara que é possível contestar a pretensão da economia tradicional de prever o comportamento real utilizando o conceito de racionalidade como intermediário. Mesmo que alguns autores considerem essa caracterização absolutamente correta, poderia não ter sentido tal afirmação, e por certo existem muitas dificuldades nessa via. Como já argumentamos nesta seção, o comportamento racional inclui a promoção sagaz de nossos objetivos, todavia, não há razão em tudo isso para que o favorecimento sagaz de nossa simpatia, ou a promoção sagaz da justiça não possam ser vistos como exercícios da escolha racional. Em outros termos, como salientamos no exemplo da economia japonesa, quando nos afastamos do comportamento auto-interessado, tais afastamentos podem distinguir-se por dois caminhos: o da simpatia e o do comprometimento. Um dos argumentos de Sen, é que a nossa concepção de auto-interesse poderia encerrar, ela própria, a consideração por outras pessoas, e, por conseguinte, a simpatia poderia ser incorporada à noção de bem-estar do indivíduo. Em segundo lugar, poderíamos estar dispostos a fazer sacrifícios para promover outros valores, além do bem-estar e do auto-interesse, como a justiça

³⁴What Michio Morishima (1982) calls “Japanese *éthos*” is certainly hard to fit into any simple picture of self-interested. SEN, Amartya K. *ibidem*, 1987, pp. 18-19.

social, o bem-estar da comunidade, entre outros. Esse tipo de afastamento, em última análise, envolve um **comprometimento**.

*“If you help a needy person because this misery does on with that you feels unfortunate person, this will have been an action based the sympathy. But if the presence of the villain does not leave it particularly unhappy, however it does with that you if it absolutely feels determined to change a system that considers unjust (...), then this would be an action based on the commitment”.*³⁵

Sen sustenta nessa análise a razão pela qual um comportamento comprometido não resultaria em sacrifício do auto-interesse ou do bem-estar das pessoas. Na realidade, ressalta o autor, a nossa ajuda tem referência ao nosso senso de injustiça, por outro lado, ainda deve existir um “eu” envolvido no empenho de um indivíduo por seu comprometimento, uma vez que o comprometimento é dele mesmo. Portanto, embora alguém possa contestar que esse tipo de comportamento possa ser ou não conducente à promoção da vantagem pessoal do próprio indivíduo, esse empenho não implica em negar a vontade racional das pessoas. Segundo Sen, uma discussão desse tipo está presente na obra de Adam Smith:

*“The most human actions”, it argued, ‘they don’t request the self-denial, self-control, nor great use of the correction sense’, because they proceed what ours’ sympathy spontaneously impels to do us.’ ‘Mas ocorre de outro modo com a generosidade’. And also with wider values the justice, that requests that the person refrains his/her action interests and” of the with that the impartial observer penetrates in beginnings of his conduct” and it can to demand” larger exercises of the spirit public”.*³⁶

Sobre isso, o ponto a ser ressaltado é que para Smith existe uma consonância entre as afeições dos agentes e as dos observadores. Esse caminho levou-o a conceber que as avaliações e ações de uma pessoa racional situam-se firmemente na companhia de outras pessoas – no núcleo da sociedade à qual pertence. A partir desta última análise, Sen considera importante contestar a descrição que comumente se faz de Adam Smith – como o irredutível profeta do

³⁵“Se você ajuda uma pessoa miserável porque essa miséria faz com que você se sinta infeliz, essa terá sido uma ação baseada na simpatia. Mas se a presença da miserável não o deixa particularmente infeliz, porém faz com que você se sinta absolutamente decidido a mudar um sistema que considera injusto (...), então essa seria uma ação baseada no comprometimento” SEN, Amartya K., *ibidem*, 1999, p. 291.

³⁶As ações mais humanas”, argumentou, ‘não requerem a abnegação, autodomínio, nem grande uso do senso de correção’, pois seguem o que a nossa ‘simpatia espontaneamente nos impele fazer’. ‘Mas ocorre de outro modo com a generosidade’. E também com valores mais amplos como a justiça, que requer que a pessoa refreie seu auto-interesse e “faça com que o observador imparcial penetre nos princípios de sua conduta”, e pode exigir “maiores exercícios do espírito público. SEN, Amartya K., *ibidem*, 1999, p. 292. Para Sen, Smith discutiu a necessidade de ambos os tipos de afastamento.

auto-interesse. Em geral, a tradição econômica julga que Smith só viu auto-interesse no mundo racional, tendo com base em uma das passagens de WN, a do padeiro, do cervejeiro, do açougueiro, já citada –, diga-se de passagem, uma idéia muito distorcida sobre Smith, a qual George Stigler resumiu, “*O auto-interesse domina a maioria dos homens*”.³⁷

De fato, argumentou Sen nessa passagem, Smith realmente afirmou que não precisamos apelar para a benevolência para explicar por que os agentes comerciais pretendem vender-nos seus produtos e por que nós queremos adquiri-los. Nesse contexto, bastaria observar que a motivação da troca mutuamente benéfica é decorrente unicamente do que ele denominou “amor-próprio”, e isso de fato é essencial para a análise econômica. Mas, ao tratar de outros problemas como os da distribuição e equidade e o da observância de regras que geram eficiência produtiva -, Smith ressaltou motivações mais amplas. Sen defende as propostas de Smith argumentando: embora a prudência, como afirmou Smith, fosse “de todas as virtudes a que é mais útil ao indivíduo”, Smith defendeu com veemência que a “humanidade, generosidade e espírito público são mais úteis aos outros”. Com isso, explica-se a importância da conciliação de uma variedade de motivações sobre o comportamento humano, e como vimos está muito distante da caricatura do Smith retratado por Stigler e muitos outros teóricos.

Desse ponto de vista, uma outra característica importante a discutir sobre o comportamento racional no que diz respeito à escolha são os resultados obtidos por trabalhos recentes sobre a formação das preferências e o papel da evolução. Tais resultados sugerem que, em última análise, as considerações de justiça e ética podem ser instrumentalmente importantes para o êxito econômico e é possível que, por meio dessa vantagem, sobrevivam melhor do que as teorias rivais de regras sociais de comportamento. Esse ponto se presta a esclarecer a tendência evolutiva do alcance e abrangência da teoria da escolha racional.

Por sua vez, esse tipo de raciocínio pode ser contrastado com a escolha deliberada de regras de comportamento por um indivíduo mediante um exame ético da questão: como se deve agir (tema explorado por autores como Kant e Smith). Sem embargo, as razões éticas preocupadas com a justiça e o

³⁷“The auto-interest dominates the majority of the men”. SEN, Amartya K., *Development as freedom*, 1999, p. 292.

altruísmo foram estudadas de diferentes formas, e em diferentes campos do conhecimento como também em textos éticos modernos. Sen também quer nos fazer crer que as considerações sobre a justiça podem fazer parte de nossas deliberações por razões “diretas” e “derivadas”. Com isso, não precisariam necessariamente ser vistas como “alternativas”, pois esse tipo de exigência não seria independente de suas conseqüências tampouco dos processos evolutivos que podem entrar nas regras do jogo.

Tudo isso contribui, segundo Sen, para atestar que o comportamento racional e o comportamento real não são conceitos desconexos, porém não significa dizer que eles são idênticos. Ao contrário, são questões muito distintas como também freqüentemente foram usadas de maneira complementar. De fato, a crítica do autor à economia tradicional concentra-se na caracterização da natureza do comportamento real utilizando os conceitos do comportamento racional em termos muito restritos.

CAPÍTULO III

Juízos Econômicos e Filosofia Moral

“Utilitarianism is more than what has been called “welfarism”, and offers not merely a way of answering questions of the form “how is society going?”, but also a criterion of public action. It therefore must assume a public agent, some supreme body which chooses general states of affairs for the society as a whole.¹ (*Amartya K. Sen, Utilitarianism and beyond*, Cambridge University Press, 1ª edição, 1982, p. 2)

Se é verdade – como é difícil contestar por parte de qualquer um que possua a necessária informação – que a posição da economia do bem-estar na teoria econômica tem sido muito precária nos dias atuais, parece um dever concluir que os economistas da “era moderna” poderiam admitir, com mais seriedade, as idéias da economia do bem-estar para a análise dos estudos econômicos. Ou se pode admitir, diz Sen, que na Economia Política não existiam fronteiras definidas entre a análise econômica do bem-estar e outros tipos de investigação pertinentes à economia. Por certo, a partir do momento em que a economia pretendeu obter o status de “ciência pura” – como vimos no capítulo anterior – aumentou a desconfiança acerca do uso da ética em economia. Com isso, a economia do bem-estar foi se afigurando em um modelo cada vez mais dúbio, e circunscrito a um compartimento arbitrariamente exíguo, separada dos outros tipos de investigação econômica.

¹ SEN, Amartya K., “Utilitarianism and beyond”, Cambridge University Press, 1ª edição, 1982, p. 2.

Sem negar a importância da investigação formal na economia, pode-se afirmar que a relação entre as duas formas de investigação tem ocorrido em um sentido único, ou seja, é permitido que as propostas da economia preditiva influenciem a análise da economia do bem-estar, mas não se permite o inverso. Por qual razão isto ocorreria? Na reflexão de Sen:

“welfare economic ideas are not allowed to influence predictive economics, since actual human action is taken to be based on self-interest only, without any impact of ethical considerations or of welfare economic judgments. For example, ideas about the response of labour to wage incentives are brought into welfare economic analysis of, say, wages policy or optimum taxation, but welfare-economic ideas are not permitted to affect the behaviour of workers and thus influence the incentive problem itself”.²

É evidente que os resultados econômicos obtidos na aplicação de ambos os modelos podem ser melhores ou piores em diversas dimensões – alguns podem tornar as pessoas melhores, outros podem permitir maior liberdade, ainda outros podem demonstrar mais respeito para com a dignidade humana, entre outros. Entretanto, para decidir quais seriam as dimensões mais importantes desses resultados, argumenta Hausman, é necessário explicitar um julgamento moral. É precisamente por causa da contínua presença desse objetivo que podemos afirmar: Se de fato os economistas avaliam os resultados sob um único ponto de vista – o bem-estar individual – então a avaliação desses resultados repousa exclusivamente sobre as suas conseqüências para o bem-estar individual. Por certo, essa disposição seria mais um dos motivos para justificar o resgate do papel da economia do bem-estar na teoria econômica moderna.

De outra parte, vale notar que os economistas não avaliam apenas resultados. Eles também avaliam as instituições e as políticas que ordenam uma sociedade. Ocorre que as instituições e as políticas podem ser melhores ou piores, e por certo independentemente de suas conseqüências. Por exemplo, escreve Hausman, *“mesmo que os mercados conduzissem a maus*

²“Não se permite que as idéias do bem-estar influenciem a economia preditiva, pois se considera que a ação humana real tem por base unicamente o auto-interesse, sem impacto algum de considerações éticas ou de juízos provenientes da economia do bem-estar. Por exemplo, idéias sobre a resposta dos trabalhadores a incentivos salariais são introduzidas na análise econômica do bem-estar sobre, digamos, política salarial ou tributação ótima, mas não se admite que as idéias da economia do bem-estar afetem o comportamento dos trabalhadores e, com isso, influenciem o próprio problema do incentivo”. SEN, Amartya K., “On Ethics and Economics”, ed. Blackwell, Oxford, 1987, p.30

resultados, eles ainda poderiam ser desejáveis por causa das liberdades que esse mecanismo envolve".³

Todavia para os economistas não importa a discussão dessas qualidades. As instituições e as políticas também são avaliadas integralmente em termos das suas conseqüências para o bem-estar. Por sua vez, as liberdades são valorizadas somente na medida em que contribuem para o bem-estar. Das muitas questões acerca dessa avaliação, uma delas poderia inquirir se de fato, as instituições, as políticas e os resultados econômicos seriam todos reduzidos ao simples problema de avaliação de resultados em termos da extensão na qual eles satisfaçam as preferências. Essa breve avaliação a respeito da economia do bem-estar deverá ser o núcleo das muitas questões que abordaremos nesta etapa.

Este capítulo tem o propósito de examinar – na perspectiva proposta por Sen - uma análise das questões econômicas, sociais, políticas e pessoais, explicitando a complexidade desse exercício quando se reduz uma avaliação ampla do bem-estar a uma avaliação dos resultados pelas conseqüências de bem-estar. Essa discussão, todavia, nos conduzirá a uma análise da teoria padrão do bem-estar baseada na satisfação de preferências, bem como de algumas teorias que se apresentam como alternativas a essa proposta. Em particular, pretende-se avaliar qual é a relação entre a teoria econômica do bem-estar e a via pela qual ela dependeria da teoria do bem-estar baseada na satisfação de preferências.

Um segundo objetivo deste capítulo é explorar a abordagem ética utilitarista (tendo por referência central as formulações de John Harsanyi), que assim como a economia de bem-estar padrão, avalia as políticas em relação às suas conseqüências para o bem-estar. Todavia, ao contrário da economia do bem-estar, o utilitarismo intenta ser uma teoria moral completa e este propósito, a princípio, não está necessariamente vinculado à teoria do bem-estar baseada na satisfação de preferências. Nessa discussão é importante ressaltar a opinião de alguns autores, como Sen, quanto à proposta utilitarista com relação às suposições motivacionais dos agentes. Segundo eles, apesar de

³ HAUSMAN AND MCPHERSON, "*Economic analysis and moral philosophy*", Cambridge University Express, 1996, p. 69. Com esta afirmação, Hausman pretende 'chamar a atenção' quanto ao restrito campo de avaliação dos economistas da teoria econômica moderna.

exigente em termos motivacionais, o utilitarismo oferece uma interpretação singularmente restritiva quanto às considerações de igualdade distributiva.

Após examinar o que foi proposto anteriormente resta-nos a tarefa de refletir sobre algumas teorias que tencionam ampliar a interpretação da economia do bem-estar. Acredito que é possível ter essa visão abrangente a partir de uma distinção, proposta por Sen, quanto às razões ponderáveis para caminharmos em direção aos direitos, liberdades e oportunidades.

3.1 Bem-Estar e Eficiência Econômica

Creio ser possível abordar o papel das teorias do bem-estar no estudo da economia moderna a partir dos princípios de alguns modelos utilizados e defendidos por alguns filósofos. Um deles consiste em algumas visões religiosas que sustentam que o bem supremo reside em um relacionamento com Deus, enquanto em outras este relacionamento com Deus é o bem por causa da felicidade eterna que isso traz. O segundo modelo consiste na crença de que somente os estados mentais seriam intrinsecamente bons, porém, existe menos acordo com essa concepção do que se aparenta. Existem muitas visões diferentes da tese segundo a qual estados mentais são intrinsecamente bons. De fato, Jeremy Bentham assegura que o bem é o prazer, enquanto John Stuart Mill afirma que o bem é um conjunto diverso de estados mentais que proporcionam a “felicidade”. Para os místicos o bem se encontra nos estados contemplativos da mente. Henry Sidgwick sustentou uma visão híbrida, isto é, o bem é qualquer estado mental que é intrinsecamente desejável. Esta abordagem é de fundamental importância para a teoria econômica tradicional, mas devo retomá-la mais adiante neste capítulo.

Uma terceira concepção pressupõe a existência de estados não mentais. Um dos principais defensores dessa visão foi Nietzsche. Ele considerava que o bem supremo são as grandes realizações. Outros autores que defendem essa concepção endossam um *vetor* completo que varia da

saúde e os relacionamentos pessoais íntimos às realizações tais como aquelas de Nietzsche.

Seguem-se das distinções dos modelos esboçados que a teoria do bem-estar é uma área desarticulada da filosofia, pois é difícil categorizar as várias teorias em um conceito padrão, e todas elas enfrentam sérias dificuldades de conceituação. Tudo isto pode ser favorável para justificar o afastamento dos economistas dos conceitos da economia do bem-estar. Mas eles não podem evitar a discussão dessas questões filosóficas se pretendem ser capazes de julgar o aumento ou a diminuição do bem-estar dos agentes.

Devo me concentrar, na seqüência, nas formas de classificação das teorias de bem-estar. Atualmente as teorias do bem-estar podem ser classificadas como “formais” ou “substantivas”. Uma teoria substantiva compreende aquelas coisas que se consideram intrinsecamente boas para as pessoas. O “hedonismo” é um exemplo de uma teoria substantiva. Para Bentham, o bem-estar era definido em termos de prazer e dor: uma vida é considerada boa, na medida em que contém um saldo positivo de sensações prazerosas em relação às dolorosas. Mill, na mesma linha hedonista, adota uma posição mais sutil, afirmando que o bem-estar reside na felicidade. Já a abordagem formal do bem-estar tem por objetivo especificar como uma teoria descobre quais as coisas que são intrinsecamente boas para as pessoas, mais precisamente, quais são as suas escolhas ou preferências. Mas, como diz Hausman, elas não declaram o que são estas coisas. Com efeito, existem razões para sustentar a teoria formal de bem-estar:

*“To maintain that welfare is the satisfaction of preferences is to offer a formal theory of well-being. This theory does not say what things are good for individuals, but it says how to find out – by seeing what they prefer”.*⁴

Independentemente das observações da citação acima, Hausman defende a existência de uma possível compatibilidade entre as teorias formais e as teorias substantivas. Segundo o autor se a felicidade fosse o último objeto

⁴ “Manter que o bem-estar é a satisfação de preferências é propor uma teoria formal do bem-estar. Esta teoria não diz quais são as coisas boas para os indivíduos, mas diz como encontrá-las - observando o que elas preferem”. HAUSMAN AND MCPHERSON, *ibidem*, p.72.

de preferência, então as duas teorias poderiam ser verdadeiras, ou seja, o bem-estar seria a satisfação de preferências, assim como o bem-estar seria a felicidade.

O que parece ser relevante no que examinamos anteriormente é que os economistas dispensam maior entusiasmo a uma teoria do bem-estar formal, porque esta abordagem aparenta envolver compromissos filosóficos de menor amplitude. Em particular, os economistas são relutantes para fazer reivindicações substantivas sobre o que é bom ou mau para as pessoas. Acreditam que reduzindo a prática desse exercício, isto confere a eles um *status quo* menos filosófico. Além disso, a teoria do bem-estar baseada na satisfação das preferências apelaria para a repercussão dos valores anti-paternalistas de muitos economistas. Por outro lado, sustentou Sen, seria surpreendente que a bondade moral nada tivesse a ver com o bem-estar. De fato, isto se daria quando estivéssemos obrigados a adotar um monismo informacional, assim só haveria lugar para um único elemento. Por certo, declarou:

*“When to recognize the importance of the welfare, we did not close the door to the possible importance - and importance intrinsic - of other things. Therefore, question is not if the welfare is an intrinsically important variable for the moral analysis, but if is the unique one”.*⁵

Nesse contexto, Sen defende a idéia de que as pessoas têm outros valores, além de bem-estar. Com efeito, muitas de suas atividades não estariam voltadas para maximizar o bem-estar, independentemente da definição que possa se obter de bem-estar dentro dos limites desse conceito geral. Parafraseando John Dewey em sua *“Theory of Valuation”*, com frequência, “Os seres humanos estão continuamente empenhados em valorizações”. Se o que descrevemos no parágrafo anterior for aceito, pode-se afirmar que essa atividade humana não pode deixar de ser intrinsecamente relevante para a análise moral. Devo analisar em breve a distinção entre a “condição de bem-estar” e a “condição de ser agente” de uma pessoa em um

⁵“Ao reconhecer a importância do bem-estar, não cerramos a porta à possível importância – e importância intrínseca – de outras coisas. Assim, a questão não é se o bem-estar é uma variável intrinsecamente importante para a análise moral, mas se ela é a única”. SEN, Amartya K, *Journal of Philosophy*, 1985, p. 172.

dos tópicos deste capítulo. Antes disso, porém, discorrerei sobre as implicações do conceito de utilidade na economia do bem-estar.

Admitindo as inclinações da abordagem engenheira da economia e o estreito compartimento reservado à economia do bem-estar, Sen argumenta que, hoje em dia, as proposições típicas da moderna economia do bem-estar dependem de combinar dois aspectos complementares: valorizar o comportamento auto-interessado, de um lado, e julgar a realização segundo algum critério de utilidade, do outro. De fato, temos de reconhecer que o critério tradicional utilizado pela economia do bem-estar era o critério utilitarista simples, avaliando o êxito segundo a magnitude da soma total de utilidade obtida – sem levar em consideração qualquer outro elemento como possuidor de valor intrínseco.

Todavia, à medida que a análise ética se aprofunda, esta forma de interpretação baseada na utilidade se torna restritiva, precisamente pelo fato de que uma pessoa pode valorizar outras coisas além do bem-estar. Sobre essa última disposição, o ponto a ser ressaltado é que a forma de interpretação da economia do bem-estar tornou-se ainda mais restritiva a partir do momento em que as comparações interpessoais de utilidade passaram a ser criticadas por Lionel Robbins, na década de 30. Segundo Sen, a crítica de Robbins tinha como objetivo principal sustentar a impossibilidade de se obter a informação necessária para a análise das comparações interpessoais com base na proposta utilitarista. Por certo, protestou Sen, essa crítica residiria em uma incompreensão da natureza e dos fundamentos evidentes das comparações de utilidade. Todavia, *“é inegável que quanto mais difícil de se reconhecer a informação, mais será limitado o âmbito de aplicação do utilitarismo, como de qualquer outra proposta moral”*.⁶

Tudo isso realça que seria bastante óbvio que a possibilidade de utilizar os princípios morais dependeria da disponibilidade de informação, porém não o inverso, ressaltou o autor, *“o que é menos óbvio talvez é que a possibilidade de usar a informação também necessite dos princípios morais particulares que se adotem”*.⁷ Após as críticas de Robbins, por motivos que

⁶SEN, Amartya K, *Journal of Philosophy*, 1985, p. 180. Para Sen é óbvio que a possibilidade de utilizar os princípios morais depende da disponibilidade da informação.

⁷SEN, Amartya K, *Journal of Philosophy*, 1985, p. 181.

carecem de esclarecimentos, as comparações interpessoais de utilidade passaram a ser identificadas como normativas ou éticas, e portanto, totalmente sem sentido para a ciência econômica. Isso não significa que Sen não concorde com essa posição. De fato indagou “ *Se essa posição fosse aceita, a afirmação de que a pessoa A é mais feliz do que B seria nonsense, tanto em termos éticos como em termos descritivos*”.⁸ Mas o que parece importar nessa discussão é a revolução dos padrões da economia do bem-estar, conforme observou o autor:

*“I guess it is a reflection of the way ethics tends to be viewed by economists that statements suspected of being ‘meaningless’ or ‘nonsensical’ are promptly taken to be ‘ethical’. The peculiarly narrow view of ‘meaning’ championed by logical positivists – enough to cause disorder in philosophy itself – caused total chaos in welfare economics when it was supplemented by some additional home-grown confusions liberally supplied by economists themselves. Positivist philosophers may have been off beam in taking all ethical propositions to be meaningless, but even they had not suggested that all meaningless propositions were ethical!”*⁹

Com o desenvolvimento da tendência anti-ética, e o descaso pelas comparações interpessoais de utilidade, o critério avaliativo da economia do bem-estar passou a ser a otimalidade de Pareto. Por esse critério considera-se que um determinado estado social atingiria o ótimo de Pareto se e somente se fosse possível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de outra. Todavia, se realizamos uma breve reflexão sobre esse critério podemos inferir que esse tipo de avaliação é muito limitado para os objetivos que se pretende. Um estado pode ser considerado como Pareto-ótimo com algumas pessoas em extrema miséria e outras desfrutando de muito luxo, desde que essas situações permaneçam nas mesmas condições que apontamos.

De outra parte, a otimalidade de Pareto às vezes é também denominada de “eficiência econômica”. Tal expressão pode ser analisada sob dois aspectos: de um ponto de vista ela seria apropriada, pois trata-se

⁸ SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1987, p.31.

⁹ “Creio que seja um reflexo do modo como a ética tende a ser vista pelos economistas o fato de afirmações suspeitas de ser “sem sentido” serem prontamente tachadas de “éticas”. A concepção singularmente estreita de “sentido” defendida pelos positivistas lógicos – suficiente para causar desordem na própria filosofia – acarretou o caos total na economia do bem-estar quando foi suplementada por algumas confusões domésticas adicionais prodigamente fornecidas pelos próprios economistas. Os filósofos positivistas podem ter se equivocado ao considerar sem sentido todas as proposições éticas, mas nem eles haviam sugerido que todas as proposições sem sentido eram éticas!”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1987, p. 31.

exclusivamente da eficiência no espaço das utilidades, sem importar com as considerações distributivas relativas à utilidade; o segundo aspecto seria inadequado, uma vez que todo enfoque da análise permanece baseado na utilidade. Para Sen é possível obter outras considerações na avaliação do êxito das pessoas bem como da sociedade – um exemplo dessa análise pode ser obtido nas obras de Rawls, como de fato, no capítulo III de “*Social unity and primary goods*”, ele afirmou:

*“Social cooperation is not merely coordinated social activity efficiently organised for some overall collective end. Rather, it presupposes a notion of fair terms of cooperation which all participants may reasonably be expected to accept over the course of a complete life; it also presupposes that participants have different final ends they wish to advance, and that these ends specify each person’s good”.*¹⁰

Hausman, com o mesmo objetivo em “*Economic analysis and moral philosophy*”, declarou:

*“If well-being is the satisfaction of preferences, then interpersonal comparisons of well-being are comparisons of the extent to which preferences are satisfied. So-called “unit” comparisons of utility differences are needed to compare the benefits and harms policies might cause to different people. One need only compare how individual utilities change, not their levels. Comparisons of utility levels are also needed if, for example, policy-makers want to know who is worst off. Unlike comparisons of well-being made on the basis of some substantive view of well-being, one is not comparing amounts or intensities of the things or states individuals possess. (...) An interpersonal utility comparison must compare how well satisfied are the preferences of people, not how much satisfaction they getting”.*¹¹

¹⁰ “A cooperação social não é meramente uma atividade social coordenada e organizada eficientemente para algum fim coletivo global. Pelo contrário, ela pressupõe uma noção dos termos da cooperação justa onde todos os participantes podem razoavelmente esperar receber sobre o decorrer de uma vida completa; também pressupõe que os participantes têm diferentes objetivos finais que eles desejam perseguir, e que estes objetivos especificam os bens de cada pessoa. SEN, Amartya K., “Utilitarianism and beyond” *apud*, Rawls, John, “*Social unity and primary goods*”, Cambridge University Press, 1982, 1ª ed, p. 164.

¹¹ “Se o bem estar for a satisfação das preferências, então as comparações interpessoais do bem-estar são comparações da extensão na qual as preferências são satisfeitas. Essas comparações chamadas de “unidade” de diferenças de utilidade são necessárias para comparar os benefícios e prejuízos políticos que poderiam causar às diferentes pessoas. Uma pessoa precisa somente comparar como as utilidades individuais se alteram, não seus níveis. As comparações de níveis de utilidade são também necessárias, se por exemplo, os legisladores quiserem saber quem está em piores condições. Ao contrário das comparações do bem estar feita sobre a base de alguma visão substantiva do bem-estar, ela não está comparando quantidades ou as intensidades das coisas ou as condições que os indivíduos possuem. (...) Uma comparação interpessoal de utilidade deve comparar quão bem satisfeitas estão as preferências das pessoas, não quanto de satisfação elas obtém”. HAUSMAN AND MCPHERSON, *ibidem*, op. Cit, 1996, p. 85.

Segue-se dessa nova estrutura que a economia do bem-estar ficou delimitada, pela otimalidade de Pareto como critério de avaliação e pelo comportamento auto-interessado como a única base de escolha econômica. Esse fato contribuiu para a redução do debate das idéias no campo da economia do bem-estar. Arrow, por exemplo, - como discutimos no capítulo 2 - revelou pelo "teorema da impossibilidade" a tensão gerada pela exclusão do uso de comparações interpessoais de utilidade, ao se agregarem preferências individuais em escolhas sociais consistentes satisfazendo algumas condições brandas de razoabilidade. Na visão de Sen, nesse restrito compartimento destinado à economia do bem-estar, é importante destacar o "Teorema Fundamental da Economia do Bem-Estar". Por esse teorema é possível demonstrar duas proposições básicas:

- a) Em determinadas condições, mais precisamente, tratando-se de interdependências externas ao mercado, **cada equilíbrio competitivo é um ótimo de Pareto.**
- b) Em relação a algum conjunto de preços e alguma distribuição inicial da renda das pessoas, **cada estado social Pareto-ótimo é um equilíbrio competitivo.**

Para Sen, o primeiro critério consiste em uma forma extremamente limitada de avaliar a realização social; portanto, a conclusão do seu resultado é correspondentemente limitada. A proposição inversa seria mais atraente, pois nesse caso se considerou supor que o melhor de todos os estados teria de ser no mínimo Pareto-ótimo, assim como o melhor de todos os estados seria obtido por meio de um mecanismo competitivo. Vale a pena mencionar, que estudos realizados por outros autores, inclusive Sen, tentam suplementar o princípio de Pareto utilizando avaliações de distribuição. Um dos tipos dessa abordagem emprega o critério de "eqüidade", no qual se requer que ninguém inveje o pacote de bens de que outra pessoa desfruta. Nessas circunstâncias poder-se-ia indagar, a ausência de inveja seria equivalente à igualdade de bem-estar? Por certo, declarou Sen, mesmo com a ausência da inveja podem coexistir as desigualdades de bem-estar, uma vez que as comparações são "circunstanciais", e não "abrangentes", pelo fato de que, as variações das

comparações interpessoais das funções de bem-estar não seriam levadas em consideração.

Um outro ponto a enfatizar é a dificuldade em aplicar o resultado do teorema fundamental da economia do bem-estar à ação pública. Essa dificuldade, sustentou Sen, provém da natureza das informações:

*“Although the own mechanism of competitive market assures an economy of information in what concerns the individual agents (given the initial distribution), the requirements of information for the relative public decisions to the initial properties cannot be obtained with easiness through any simple mechanism”.*¹²

A questão não é simples, pelo menos, por duas razões. Em primeiro lugar se o comportamento das pessoas é movido pelo auto-interesse, esse mecanismo forneceria bons motivos para que cada agente, dados os seus recursos iniciais, fizesse a sua escolha apropriadamente. Mas não existe um mecanismo eficiente para comparar o motivo pelo qual as pessoas têm incentivo para revelar as informações que serviriam como base para realizar a sua escolha entre estados Pareto-ótimos, bem como para fixar a distribuição inicial apropriada. A segunda razão, apontou Sen, diz respeito à viabilidade política dessas informações. Isso se dá porque mesmo que essas informações estivessem disponíveis, a segunda proposição do teorema só poderia ser usada se fosse politicamente possível redistribuir os recursos entre as pessoas do modo pelo qual foi exigido com base nas considerações de otimilidade social. Até mesmo se essas distribuições fossem identificáveis como também exequíveis, as questões de viabilidade política poderiam ser de extrema importância ao tratar de questões tão fundamentais quanto mudanças radicais de propriedade. Com efeito, expôs Sen, não sendo possíveis as redistribuições radicais de propriedade, os movimentos em direção à otimilidade social global exigiriam mecanismos mistos de um tipo não abrangido pelo “teorema fundamental”.

¹²“Embora o próprio mecanismo de mercado competitivo assegure uma economia de informações no que concerne aos agentes individuais (dada a distribuição inicial), os requisitos de informações para as decisões públicas relativas às propriedades iniciais não podem ser obtidos com facilidade por meio de nenhum mecanismo simples”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1987, p 36.

Convém ressaltar que recentemente, o “Teorema Fundamental da Economia do Bem-Estar” foi ampliado para abranger também os benefícios públicos - os bens para os quais o consumo de uma pessoa não reduz o consumo da outra. Não obstante, é preciso reconhecer que os resultados dessas investigações encerram problemas muito semelhantes aos resultados originais sobre eficiência relativos às informações necessárias para as decisões públicas quanto à escolha da distribuição inicial apropriada de dotações.

Do que foi exposto, parece ser plausível afirmar que se alguém avalia políticas exclusivamente em termos de suas conseqüências para o bem-estar, e toma o bem-estar como satisfação de preferências, nega-nos que é possível comparar como estão as pessoas de diferentes níveis de bem-estar, então parece ser pouco o que ele tem a dizer quanto às melhores políticas ou instituições. Sem dúvida, a maior parte dos economistas está nesta posição.

3.2 Bem-Estar, Utilidade e Condição de Agente

Neste capítulo concentrei-me até agora em esclarecer as principais mudanças ocorridas na teoria econômica do bem-estar, e particularmente no estreito compartimento dessa teoria na nova ordem estabelecida pela economia tradicional. Mas as últimas afirmações da seção anterior sobre o teorema de bem-estar são abrangentes e exigem alguns esclarecimentos que pretendemos dar. Especificamente, no seguinte argumento de Sen:

*“The idea that the social optimality needs inter unites to request the optimality of Pareto is based in the conception that, if a change is advantageous for a person, has to be a profitable change for the society”.*¹³

Sen defende que essa concepção deve estar correta por um lado. Em contrapartida, para ele não é óbvio identificar vantagem com utilidade. Ademais, sustentou que se caso fosse aceita alguma interpretação de vantagem diferente da utilidade, então a otimilidade de Pareto – definida em termos de utilidades individuais – perderia seu status de ser até mesmo uma condição necessária, se não suficiente, para a otimilidade social global.

Sem embargo, a importância do teorema de Pareto na economia do bem-estar, como já comentamos, está relacionada estreitamente com a posição utilitarista inserida na economia do bem-estar tradicional (antes dos questionamentos das comparações interpessoais de utilidade por Robbins). O

¹³“ A idéia de que a otimilidade social precisa **inter alia** requerer a otimilidade de Pareto baseia-se na concepção de que, se uma mudança for vantajosa para uma pessoa, tem de ser uma mudança proveitosa para a sociedade”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1987, p 38.

ponto que se quer enfatizar é que, segundo Sen, se as comparações interpessoais de utilidade fossem abandonadas, mas a utilidade ainda fosse considerada o único parâmetro de valor intrínseco, então a otimalidade Pareto permaneceria como critério natural, pois este mecanismo leva o mais longe possível a lógica utilitarista sem fazer comparações interpessoais de utilidade. Em outros termos, vale dizer que o critério utilitarista quando combinado a utilidades inteiramente não comparáveis produziria uma ordenação parcial de *rankings* sociais, a qual coincidiria exatamente com o ranking social obtido pelo critério de Pareto.

Para ilustrar suas afirmações, Sen destaca que o utilitarismo, como princípio moral, apoia-se numa base informacional que explicita a somatória das utilidades dos estados de coisas. Na forma clássica do utilitarismo – a forma benthamista – a “utilidade” de uma pessoa tinha por representação o prazer ou a felicidade. Cabe ressaltar que economistas utilitaristas como Francis Edgeworth, Alfred Marshall, Pigou, entre outros, adotam essa concepção. A estratégia metodológica dessa visão era identificar o bem-estar de cada pessoa e em particular considerar o bem-estar uma característica essencialmente mental. Mas com isso fica evidente que as comparações interpessoais de utilidade não podem ser obtidas com precisão, como também não se prestam ao uso dos métodos científicos atuais. Sem negar a afirmação anterior, Sen sustenta que não obstante “a maioria de nós não acha absurdo ou sem sentido identificar algumas pessoas como decididamente menos felizes e mais miseráveis do que outras”. Neste ponto, vale comentar que John Stuart Mill procurou escapar das dificuldades da concepção hedonista valendo-se da distinção entre “prazeres superiores” e “prazeres inferiores” e postulando que os seres humanos, em condições normais, derivam mais utilidade dos prazeres superiores e do exercício de suas atividades mais elevadas. Com essa concepção, importa afirmar que Mill está, na verdade, adotando uma concepção objetiva da felicidade humana –, que poderíamos denominar “utilitarismo objetivista” –, na suposição de que os elementos dessa concepção são aqueles pelos quais os indivíduos desenvolvem as suas preferências mais intensas. Percebemos também que Mill se afasta das concepções subjetivas de bem-estar.

Nas formas modernas do utilitarismo, a essência da “utilidade” freqüentemente é vista de outro modo – não como prazer, satisfação ou felicidade -, mas como a satisfação de um desejo ou algum tipo de representação numérica da escolha de uma pessoa. Isso posto, Sen descreve os três requisitos distintos e elementares da avaliação utilitarista:

- 1) “welfarism”, requer que um juízo sobre um estado de coisas seja restrito às informações de utilidade relativas a esse estado, sem atentar diretamente para coisas como a fruição ou a violação de direitos, deveres, entre outros.
- 2) “sum-ranking”, requer que as utilidades das diferentes pessoas sejam simplesmente somadas conjuntamente para se obter seu mérito agregado; nesse aspecto, a soma das utilidades deve ser maximizada sem levar em consideração o grau de desigualdade na distribuição das utilidades.
- 3) “consequencialism” requer que todas as escolhas – de ações, instituições, motivações, regras, entre outras – devem ser julgadas por suas conseqüências, ou seja, pelos resultados que geram. Na verdade, esse enfoque vai além de exigir apenas a sensibilidade para as conseqüências, pois rejeita asserções de algumas teorias normativas e determina que, em última análise, nada pode ter importância a não ser as conseqüências.

No ensaio “*Utilitarianism and beyond*”, Sen defende que para se ter uma visão minimamente adequada é preciso também distinguir dois papéis distintos do utilitarismo. Um deles diz respeito ao utilitarismo como uma teoria da moralidade individual. Para Sen, nesse aspecto, nenhuma questão ampla e discutível está sendo desmerecida se essa teoria assume que cabe meramente ao agente individual decidir o que é correto fazer, e sua decisão leva em conta, ao menos algumas vezes, determinações morais. Não procede, por conseguinte, que uma teoria ética possa exigir que o agente submeta todas as suas decisões a um critério único de decisão através da racionalidade, e ainda assuma que qualquer outro critério de decisão deva sempre ser justificado por um princípio superior. Com efeito, argumentou Sen, existem razões imperativas para o utilitarismo assumir essa última posição:

*“Argument is needed to show why a rational agent should not make his decision in an “intuitionist” way (...). He or she may have a number of values or principles, which may, to various degrees and in various ways, be incommensurable with one other (...).”*¹⁴

De outra parte trata-se do utilitarismo como uma abordagem de escolha pública. Nesse particular, Sen reivindica que existe uma questão que pode ser desmerecida mesmo em um tempo futuro com relação ao caso individual. Enquanto é permitido ao agente individual decidir o que é correto fazer dentro de um certo espaço de tempo, para Sen é explicitamente discutível; porque o utilitarismo supõe que existe ou deveria existir um centro de decisão soberana para determinar o que é correto, mesmo em um espaço de tempo limitado, para a sociedade como um todo. Assumindo um ponto de vista pluralista, Sen aponta várias observações sobre esse argumento. É difícil crer, diz ele, que o utilitarismo não seja mais do que o que tem sido chamado de “welfarismo”. Por certo, o utilitarismo não oferece apenas um critério para dar respostas às questões do tipo “Como vai a sociedade?, mas um critério de ação pública. Isso significa que o utilitarismo deve assumir uma ação pública, algum modelo supremo que elege o estado geral das coisas para a sociedade como um todo.

Entretanto, a mesma questão realçada no caso individual surgiria na abordagem pública, isto é, teríamos que utilizar algum critério único de ação?. De fato, a diversidade de resposta a essa questão parece ser mais favorável para o caso público. Mas Sen assevera que somente as teorias mais primitivas de soberania suporiam ser uma necessidade conceitual do Estado um tal centro de decisão. Decerto, escreveu o autor *“the existence of a state is compatible with a degree of decentralisation which means that no agency occupies the role that the self occupies in personal decision”*.¹⁵ Em outros termos, Sen quer nos fazer crer que no caso social, em oposição ao monismo

¹⁴ “O argumento é necessário para mostrar por que um agente racional não deveria tomar decisões de um modo “intuicionista” (...) As pessoas podem ter muitos valores ou princípios, que podem, em diversos graus e em diversas formas, ser incomensuráveis com um outro princípio”. SEN, Amartya K., op. Cit, 1982, p. 6.

¹⁵ “A existência de um Estado é compatível com um grau de descentralização dos meios que não exigem a condição de agente, o papel que o indivíduo ocupa em uma decisão pessoal”. SEN, Amartya K., ibidem, op. Citada., 1982, p. 7.

informativa do utilitarismo e de suas formas alternativas, pode haver um pluralismo de valores e também da condição de agente.

É evidente, no entanto, que alguns utilitaristas sugerem que não há necessidade de assumir uma ação pública dessa ordem. Para eles freqüentemente o próprio critério utilitarista justificaria instituições sociais pluralistas, descentralizadas, talvez até mesmo tradicionalistas. Em particular, os recursos do utilitarismo indireto – utilitarismo de atos, utilitarismo de regras, utilitarismo ideal – em conjunto com a moralidade pessoal, podem ser usados no caso público.

Para esclarecer melhor essa questão, Sen apresenta uma observação relevante para a pesquisa, explicitando a distinção entre o que ele denominou de: a forma direta e a forma indireta do utilitarismo. A forma direta é constituída pelo mecanismo obtido dos três requisitos de avaliação – *welfarism*, *sum-ranking*, *consequentialism*. Em sua forma central o utilitarismo recomendaria uma escolha das ações com base nas conseqüências, e a avaliação dessas conseqüências em termos de bem-estar – uma espécie de “*welfarismo conseqüencialista*”. Por outro lado, na sua forma particular requer simplesmente a somatória de bem-estar ou da utilidade individual para avaliar as conseqüências, uma propriedade comumente chamada de *sum-ranking*.

A forma indireta concerne ao princípio moral que ordena a exclusão de certos tipos de informação ao se fazer juízos morais. Em vista dessa exigência, Sen reivindica que, essa forma de utilitarismo observaria as pessoas como locadores de suas respectivas utilidades “as the sites at which such activities as desiring and having pleasure and pain take place”.¹⁶ Com o predomínio da utilidade das pessoas, Sen acredita que o utilitarismo não teria mais um interesse direto nas informações sobre as próprias pessoas. Esse ponto de vista tem sido compartilhado pelas diferentes variantes do utilitarismo – o utilitarismo de atos, o utilitarismo de regras, entre outros – desde que não conteste a forma e o objeto de avaliação, ou seja, a quantidade de utilidade e inutilidade gerada.

¹⁶ “Como locadores em que as atividades como o desejo e ter prazer e dor predominam”. SEN, Amartya K., *ibidem*, 1982, p. 4.

Após caracterizar as formas de utilitarismo, Sen considera importante ressaltar o descaso, mais precisamente, no que tange à autonomia das pessoas por parte da perspectiva consequencialista. Para Sen, o fato de esse requisito de avaliação se posicionar com indiferença para a individualidade e identidade dos indivíduos, e conseqüentemente para os seus objetivos, planos e ambições, e para a importância de suas ações e condição de agente, ele contribui para esta negligência. Portanto, do que foi dito até o momento a respeito do utilitarismo, podemos destacar o principio de avaliação das principais abordagens, com referência aos conceitos da justiça:

Na visão clássica, *"injustice is defined as the joined loss of usefulness in comparison with what could be obtained. An unjust society, in that perspective, is that in the which people are significantly less happy, considered jointly, that they would need to be"*.

Na visão contemporânea, *"As the happiness or the desire is not easy to measure, frequently usefulness is defined in the modern economical analysis as some numeric representation of a person's observable choices. In synthesis: if a person chooses an alternative x to the detriment of another one, y, then, and only then, that person obtains more usefulness of x than of y. The "graduation in scale" of the usefulness has to obey her that rule, among other, and, in that structure, to affirm that a person obtains more usefulness of x than of y she is not different substantively of saying that she would choose x, given the choice among both"*.¹⁷

Antes de discutir os aspectos mais abrangentes dessa análise do utilitarismo, vale a pena ressaltar que apesar dos deméritos apontados, Sen reconhece o valor de algumas proposições utilitaristas. Em particular, a importância de se levar em consideração os resultados para realizar o julgamento – esse argumento pode ser muito plausível mesmo que o consequencialismo pleno pareça exagerado – e a necessidade de atentar para o bem-estar das pessoas envolvidas ao julgar as disposições sociais e seus resultados – o interesse pelo bem-estar das pessoas tem motivações óbvias, mesmo que não exista acordo para julgá-lo por uma medida mental centrada

¹⁷“define-se injustiça como a perda agregada de utilidade em comparação com o que poderia ser obtido. Uma sociedade injusta, nessa perspectiva, é aquela na qual as pessoas são significativamente menos felizes, consideradas conjuntamente, do que precisariam ser”.

“Como a felicidade ou o desejo não é fácil de medir, freqüentemente se define utilidade na análise econômica moderna como alguma representação numérica das escolhas observáveis de uma pessoa. Em síntese: se uma pessoa escolhe uma alternativa x em detrimento de uma outra, y, então, e só então, essa pessoa obtém mais utilidade de x do que de y. A "graduação em escala" das utilidades tem de obedecer a essa regra, entre outras, e, nessa estrutura, afirmar que uma pessoa obtém mais utilidade de x do que de y não é substantivamente diferente de dizer que ela escolheria x, dada a escolha entre os dois”. SEN, Amartya K., *Development as Freedom*, ed. Basil Blackwell Ltd, Oxford, 1999, p. 60-61.

na utilidade. Com base nessas afirmações, Sen quer nos fazer crer que nenhuma abordagem emerge ileso de uma análise por resultados. Isso sugere que algumas disposições sociais têm de ser julgadas, ao menos parcialmente, por suas conseqüências prováveis. Por sua parte, escreve Sen:

*“That conclusion agree with the spirit utilitarianism, although the full utilitarianism came to insist on a way a lot I specify of judging the consequences and her relevance. The general argument to consider the results integrally in the judgment of politics and institutions is an important and plausible requirement, that it was very beneficiary with the defense of the ethics utilitarianism. Similar arguments can be presented in favor of taking in consideration the human well-being when judging results, instead of looking just at some abstract and distant characteristics of the states of things. The focus on the consequences and the well-being, therefore, it has points to his favor”.*¹⁸

Retomando a discussão das abordagens utilitaristas, na seqüência pretendemos destacar que a expansão da linha de raciocínio do utilitarismo contemporâneo está em conformidade com a revolução marginalista da tradição econômica que dá por correto que qualquer avaliação tem que se referir a alguma noção de utilidade. Como vimos, a utilidade se apresenta como um conceito único que compreende a inter-relação entre o valor que têm alguns estados mentais por si mesmos e a medida de valor de outros objetos valiosos. Sen admite seguramente que esta suposição intenta unificar duas coisas que podem levar a diferentes direções. Damián Salcedo, na introdução do ensaio “Bienstar, Justicia y Mercado” de Sen, assim a descreveu:

*“Alguien puede valorar más la alternativa x que la alternativa y en términos de utilidad en dos conjuntos de bienes, pero sacar mas utilidad de y en un conjunto que de x en otro en términos de la comparación de utilidades según una escala de medición. De tal manera que evaluar la utilidad por sí misma y evaluar la utilidad como medida de otro valor son dos ejercicios evaluativos claramente diferentes”.*¹⁹

¹⁸Essa conclusão condiz com o espírito utilitarista, embora o utilitarismo pleno viesse a insistir em um modo muito específico de julgar as conseqüências e sua relevância. O argumento geral para considerar integralmente os resultados no julgamento de políticas e instituições é um requisito importante e plausível, que foi muito beneficiado com a defesa da ética utilitarista. Argumentos semelhantes podem ser apresentados em favor de levar em consideração o bem-estar humano ao julgar resultados, em vez de atentar apenas para algumas características abstratas e distantes dos estados de coisas. O enfoque sobre as conseqüências e o bem-estar, portanto, tem pontos a seu favor”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1999, p. 63.

Na visão de Sen, o maior demérito do cálculo utilitarista – na perspectiva conseqüencialista –, é não conduzir a nenhum modo de fazer comparações interpessoais, uma vez que se concentra na escolha de cada indivíduo.

¹⁹“Alguém pode valorizar mais a alternativa x que a alternativa y em termos de utilidade em dois conjuntos de bens, porém tirar mais utilidade em um conjunto y que de x em outro em termos da comparação de utilidades segundo uma escala de medida. De tal maneira que avaliar a utilidade como medida de outro valor por si mesma e avaliar a utilidade como medida de outro valor são dois exercícios

Obviamente, Sen considera que ambos os conceitos são inadequados para a avaliação da desigualdade de bem-estar. Eis uma análise de seus argumentos. A concepção de utilidade como simples medida do valor dos objetos valiosos é mais difundida entre os economistas do que entre os filósofos. Eles sustentam que a utilidade é simplesmente a representação numérica de uma escolha. Agindo dessa maneira pode-se definir uma “função de escolha” de uma pessoa, isto é, a especificação das escolhas dessa pessoa para distintos conjuntos de alternativas que cumprem certas condições formais de consistência. Se de fato esta suposição atingiu aquilo que pretende, então uma função de escolha pode ser representada como uma relação binária e pode-se considerar que todas as escolhas dessa pessoa se realizam sob um critério de maximização segundo essa relação binária. Com efeito, tal relação binária representa a utilidade da pessoa e, sem dúvida, é um método puramente ordinal sem comparabilidade interpessoal – como na concepção de Paul Samuelson da “preferência revelada”. Porém, acrescentou Sen, essa condição é inadequada para o utilitarismo, pois não possibilita o “ranking” pela soma, o qual requer a comparabilidade interpessoal. Certamente, tudo isso contribui para esclarecer por que a visão de utilidade baseada na escolha tem sido usada principalmente por abordagens que invocam apenas o *welfarismo* e o consequencialismo. Para Sen, trata-se de uma abordagem baseada na utilidade sem ser o próprio utilitarismo.

Com isso, enfrentamos muitos problemas para estabelecer comparações interpessoais - através de um exercício hipotético no qual o agente se pergunta se elegeria ser a pessoa *i* ou a pessoa *j* nos distintos estados sociais. Neste caso, afirma o autor, não está realmente claro como seria a escolha ao se adotar a posição de outra pessoa. Ademais, é difícil determinar a importância que se daria às respostas quando essas escolhas são hipotéticas. É provável que o problema mais importante desta concepção, indaga Sen, provenha do fato de que é possível que a escolha de uma pessoa esteja direcionada por uma grande quantidade de motivos, e tais motivos são importantes para julgar o modo de vida dessa pessoa. Entre eles, a busca do

claramente diferentes. SEN, Amartya K. “Bienstar, justicia e mercado, , ediciones Paidós Ibérica, Barcelona, 1ª ed, 1997, p. 20.

bem-estar seria somente um entre outros. Sen não intenta com essa análise negar as reais e intensas motivações de bem-estar em algumas de nossas escolhas. Decerto quer nos fazer crer que existem outras *“consideraciones morales, junto con otras cosas, pueden influir en el ‘compromiso’ de una persona. La mezcla de motivaciones hace difícil formarse una buena idea del bienestar de una persona tomando como única base a información que da la elección.”*²⁰

Irei examinar adiante a concepção de utilidade baseada em um algum estado mental que se tenha por valioso. Com freqüência se tem utilizado a felicidade ou a satisfação dos desejos como medida desses estados mentais. De fato, avaliou Sen - são sem dúvida plausíveis -, e certamente têm algo a ver com bem-estar. Todavia, não parece adequado reduzir todo o valor do bem-estar ao valor desses estados mentais. Para Sen a tese de que a felicidade é equivalente ao bem-estar apresenta dois problemas básicos. Em primeiro lugar, apoiando-se na interpretação utilitarista, a felicidade seria um estado mental que ignora outros aspectos do bem-estar de uma pessoa. Sem dúvida, imaginar que alguém está bem quando está sofrendo ou quando observa continuamente os seus desejos frustrados seria de fato algo escandaloso. Em segundo lugar, a perspectiva da felicidade pode nos dar uma visão muito limitada de outras atividades mentais. Existem outros estados mentais, tais como estar animado, entusiasmado, entre outros, que são diretamente determinantes do bem-estar de uma pessoa. De uma forma mais abrangente as atividades mentais correspondem à valorização da própria vida, e, portanto, concluiu Sen, a felicidade pode ser considerada um dos determinantes do bem-estar. Ainda que a felicidade seja importante para o bem-estar, Sen sustenta que ela seria insuficiente como modelo de representação do bem-estar.

Consideremos agora a proposta da utilidade como satisfação dos desejos. À primeira vista, Sen não está convicto de que a satisfação dos desejos seja propriamente um estado mental para uma concepção de bem-

²⁰ “Considerações morais, junto com outras coisas, podem influenciar no “compromisso” de uma pessoa. A mescla de motivações causa dificuldades para se obter uma boa idéia do bem-estar de uma pessoa tomando como única base a informação que da à escolha”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1997, p. 65.

estar. De fato argumentou: “Dificilmente pode haver algo mais mental do que o desejo”. Mas segundo Griffin, enfatizou Sen, a satisfação de um desejo ocorreria em outra instância:

*“As James Griffin it has argued recently in its important revision of “utilitarianism modern”, a theory of the desire does not require that the satisfaction of the desire if translates each case in experience. Griffin thinks the conception of the way desire that well-being inhabits in “state of the world” in place of in “state of the mind”.*²¹

Dado que, uma teoria de bem-estar que sirva de base para o cálculo utilitarista necessitaria de uma concepção informacional adequada de utilidade e de uma concepção cardinal de utilidade interpessoalmente comparável, não se poderiam obter estes tipos de informação através da observação dos objetos de desejo ou da comprovação da realização dos desejos das pessoas no “estado de mundo” –condições que estabelecem cada sociedade para a realização do indivíduo no contexto mundial. Isso se dá porque o papel evidente dos desejos é, sem dúvida, profundamente problemático no contexto das comparações interpessoais. A opinião que temos sobre o que podemos conseguir dadas nossa situação e posição pode ser crucial para as intensidades de nossos desejos e pode inclusive afetar aquilo que nos atrevemos a desejar. Com efeito, observou Sen:

*“The desires reflect commitments with the reality and the reality is harder for that it stops others. The desperate beggar whom it mere desires to follow living creature, the agricultural worker without land that concentrates all its energy in obtaining its next food, the employee that searchs some hours of rest, and the house owner of underling position that it fights for a little of individuality, all can have learned to have the desires that correspond its difficulties. Its privations are gagged and covered in metric the interpersonal one of the satisfaction of the desire. In some lives, the simple things count very.”*²²

²¹“Como James Griffin tem argumentado recentemente em sua importante revisão do “utilitarismo moderno”, “a teoria do desejo não requer que a satisfação do desejo se traduza cada caso em experiência”. Griffin pensa a concepção do desejo de modo que o bem-estar resida no “estado do mundo” em lugar de no “estado da mente”. SEN, Amartya K, ibidem, op cit, 1985, p. 185.

Por sua parte, Sen opina que Griffin, na verdade, subestima o valor que uma teoria do desejo tem para se referir a um “estado mental”.

²²“Os desejos refletem compromissos com a realidade e a realidade é mais dura para uns que para outros. O indigente desesperado que deseja meramente seguir vivo, o trabalhador rural sem terra que concentra toda a sua energia em conseguir sua próxima comida, o empregado que busca algumas horas de descanso, e a dona de casa submissa que luta por um pouco de individualidade, todos podem ter aprendido a ter os desejos que correspondem a suas dificuldades. Suas privações estão amordaçadas e tapadas na métrica interpessoal da satisfação do desejo. Em algumas vidas, as coisas simples contam muito”. SEN, Amartya K, ibidem, 1985, p. 186.

Segue-se dessa análise que a satisfação dos desejos há de entrar na representação da utilidade, assim como na comparação dos desejos das diferentes pessoas. Por conseguinte, a teoria do bem-estar como satisfação dos desejos é também, em um sentido importante, uma teoria de estados mentais, ainda que não o seja puramente (dada a necessidade de observar também os objetos de desejo). O papel primário do desejo é evidente e se vincula de forma imediata com o que uma pessoa considera valioso.

Aqui também é possível perguntar se não se pode abordar este problema com o mesmo procedimento que alguns utilitaristas têm proposto atualmente, isto é, “purificar” os desejos da “imperfeição”. Essa disposição, escreveu Sen, foi explorada por autores como Hare, que explicitou o seu critério através das preferências “perfeitamente prudentes” – “plenamente informadas e não confusas”. Harsanyi exige isso e mais. Apoiando-se em uma reconstrução mais subjetivista da utilidade individual em que um observador imparcial e capaz de simpatia “pode determinar o que é bom para diferentes pessoas a partir das preferências destas pessoas em particular. Por conseguinte, “ para julgar o que é bom ou ruim para um determinado indivíduo, somente seus próprios desejos e suas próprias preferências podem constituir o critério último”. Todavia, nem todos os desejos das pessoas parecem sensatos, razão por que Harsanyi reconhece que “a benevolência não poderia exigir de nós que satisfaçamos os desejos e as preferências tolas de uma pessoa”. Seguindo essa interpretação, afirmou Sen:

*“All we have to do”, Harsanyi says, “is to distinguish between a person’s manifest preferences and his true preferences” , where his “true” preferences are those that “he would have if he had all the relevant information, and were in a state of mind most conducive to rational choice”.*²³

Rejeitando qualquer critério objetivista de distinção entre desejos racionais e tolos, Harsanyi propõe “excluir todas as preferências antisociais, tais como o sadismo, a inveja, o ressentimento e a malícia”. Se essa posição for aceita é preciso registrar que ela enfrenta muitos problemas para uma

²³ “Tudo o que temos que fazer”, diz Harsanyi, “é distinguir entre as suas preferências evidentes e suas preferências verdadeiras”, na verdade, “as suas preferências “verdadeiras” são aquelas que “ele poderia ter se estivesse plenamente informado, e fosse um estado mental que conduz a escolha racional”. SEN, Amartya K (org), “Utilitarianism and beyond” *apud*, Harsanyi, John C., “Morality and Theory of rational behaviour”, Cambridge University Press, 1982, 1ª ed, p. 55.

formulação matemática do cálculo da utilidade. Harsanyi, ciente dessa objeção, assevera que as suas concepções não conseguem ser capturadas por qualquer restrição puramente formal sobre as preferências em questão, e declara que “a base fundamental de todos os nossos compromissos morais para com as outras pessoas é a benevolência geral e a simpatia humana”. Os defensores do utilitarismo objetivista argumentam que o ponto forte que caracteriza a proposta de Harsanyi diz respeito a um ideal de neutralidade em nossos julgamentos de utilidade social. Trata-se precisamente da rejeição do paternalismo – na forma do “eu sei o que é melhor para você” -, sobretudo nas decisões de política pública e no funcionamento das instituições básicas.

Neste ponto, é importante esclarecer que o princípio de Harsanyi, diversamente do hedonismo (subjetivista), é de natureza distributiva. Efetivamente, ele se afasta do utilitarismo tradicional e define utilidade em termos de escolha – uma descrição empírica sobre como as pessoas, de fato, fazem suas escolhas através do princípio da utilidade média (função de utilidade do indivíduo em um juízo social que combina exigências morais com exigências racionais) . Todavia, não parece ser a mesma interpretação que fazem os economistas, se estivermos de acordo com o que escreveu Sen:

“It is fair to say that despite defining utility entirely through choice, Harsanyi adopt a dual characterisation of utility, reflecting choice characteristics and content characteristics (...). Their respective views of both differ, but both use dual characterisation of utility, which is important for their respective analyses of the moral force of utilitarianism. The moral force rests partly on the respective empirical readings of the world.

For Harsanyi, utility reflects choice, with the cardinalisation derived from choosing in situations of uncertainty, and at the same time the utility indicators provide ‘measures for the relative personal importance [the agent] to various economic (and non-economic) alternatives’.²⁴

Seguindo Sen, pode-se afirmar que as propostas de Hare e Harsanyi, sem dúvida, podem suscitar questões sobre como podemos decidir quais seriam as “purificações” apropriadas, e como elas seriam justificadas

²⁴“É justo dizer que apesar de definir a utilidade inteiramente em termos da escolha, Harsanyi adota uma caracterização dual de utilidade, refletindo as escolhas características e o conteúdo característico (...).As visões respectivas de ambos aspectos diferem, mas ele utiliza as duas caracterizações de utilidade, o que é importante para as suas respectivas análises da força moral e do utilitarismo. A força moral reside particularmente na respectiva leitura empírica do mundo.”

Para Harsanyi, a utilidade reflete a escolha, com a cardinalidade derivada da escolha em situações de incerteza, e ao mesmo tempo os indicadores de utilidade fornecem “medidas de relativa importância pessoal (o agente) para várias alternativas econômicas (e não econômicas). SEN, Amartya K. (org), “Utilitarianism and beyond”, 1982, p. 11.

dentro da lógica geral do utilitarismo. Mas essa proposta parece não resolver a questão de modo simples: Por que os julgamentos de justiça social deveriam se basear na satisfação das preferências?. Os teóricos objetivistas reivindicam que a identificação das preferências exigiria freqüentemente alguma reflexão contrafactual muito difícil. Por exemplo, vamos considerar que um indivíduo satisfaz suas preferências gastronômicas com água e farinha de milho, um outro se sente terrivelmente infeliz sem vinhos e comidas finas. Se assumimos a intensidade das preferências para estimar o bem-estar, e queremos igualar o nível de bem-estar dos dois indivíduos, então somos levados a propor contra-intuitivamente que uma parcela maior dos recursos escassos seja destinada ao segundo indivíduo, que é um consumidor mais eficiente de bens. Decerto, como vimos, Harsanyi não ignora essas objeções. Uma segunda objeção diz respeito àquelas preferências que poderiam ser consideradas racionais para algumas pessoas, entretanto, podem ser preferências por coisas que não estariam verdadeiramente em seu interesse. Considere por exemplo, o caso de um garoto que mora na periferia que, por ser obrigado a trabalhar, não pode freqüentar a escola. Neste exemplo, é possível que, adotando o método welfarista para avaliar o bem-estar, sejamos levados a crer que o melhor a fazer é aumentar a renda do garoto. Em resumo, argumenta-se que essas interpretações proporcionam uma discussão importante sobre a base informacional para a escolha do indivíduo, e embora o utilitarismo pareça ser excepcionalmente generoso sobre o que deve ser indicado para contar como uma preferência, ao mesmo tempo pode ser muito exigente sobre as preferências que permite contar.

Uma pergunta, contudo, permanece: será que tais procedimentos podem dar conta da contingência circunstancial dos desejos? Para Sen não está claro como esses procedimentos poderiam atingir esses objetivos. Para ilustrar suas convicções Sen insiste que o desejar é parte do viver, e esse valor humano desempenha um papel estratégico em nossas crenças e aspirações viáveis. Em circunstâncias não específicas – abstraídas da concretude da vida de cada um – naturalmente, poderíamos pretender dar uma resposta a pergunta: O que você desejaria?. Mas, se essa posição é imaginária de todos os modos, não há motivos para viver com o temor de que a nossa escolha foi

errada. Por isso, Sen defende o exercício de um critério simples, por exemplo, o “critério objetivo” de bem-estar de Scanlon “*o qual apela a um certo “consenso” de valores sobre o conteúdo do bem-estar.* Isto significa que na prática “os critérios de bem-estar que nós realmente empregariamos ao fazer juízos morais seriam objetivos “ e que nossas avaliações sobre o bem-estar de uma pessoa poderiam ser razoáveis, mesmo que elas conflitassem com as preferências do indivíduo em questão, não só na sua crença sobre essas preferências, mas mesmo como elas seriam se tornadas consistentes, isto é, corrigidas em seus erros factuais, etc. De qualquer forma, os objetivistas não precisariam negar a importância de preferências subjetivistas para o bem-estar, declarou Scanlon: “Um valor altamente objetivo pode ser associado à criação daquelas condições necessárias para permitir que os indivíduos desenvolvam suas próprias preferências e interesses e tem sentido fazer isto na determinação da política social”.

Do exposto parece se seguir que para Sen a felicidade ou a satisfação de desejos não são equivalentes ao valor de um modo de vida. Por isso, aquilo que uma pessoa valoriza para a sua vida não tem porque equivar ao quanto feliz ela se sinte. Por outro lado, os estados mentais apenas nos dão pistas acerca das coisas que as pessoas valorizam, portanto o valor que elas dão a sua vida não dependeria do que elas desejam ou as deixam felizes. Valorizar e desejar são duas atividades distintas, ou seja, valorizar algo é uma boa razão para desejá-lo, porém desejar algo não é uma boa razão para valorizá-lo. Com isso, considerar a utilidade como um valor em si mesmo – como alguma classe de estado mental – que funda o valor dos outros objetos e assim esgota a idéia de valor que tem um modo de vida não pode ser uma concepção adequada para a economia do bem-estar.

Assumindo esse ponto de vista, não seria muito difícil argumentar que essa concepção de utilidade de bem-estar encontra dificuldades para a tomada de decisão quando julgamos instituições ou políticas sociais alternativas, ou seja, quando pretendemos comparar o bem-estar de cada um dos indivíduos em estados distintos, de modo que essa análise possa sobrepujar a prática dessas posições alternativas. Nesse contexto, talvez a interpretação da utilidade como satisfação dos desejos seja a que está em

melhores condições para enfrentar os desafios das comparações interpessoais. Mas por sua própria natureza tais comparações podem levar a resultados amplamente distorcidos. Se consideramos, por exemplo, uma pessoa que possui um caráter mais resignado do que outra, a diferença da intensidade de seus desejos pode ser inversa à diferença de suas condições de vida. Desse ponto de vista, o juízo sobre a desigualdade de seu bem-estar nos distintos estados poderia não refletir o modo de estar real dessas pessoas.

Há outro aspecto que, segundo Sen, é relevante para a sua análise do welfarismo. Trata-se do argumento que considera a utilidade como o único reflexo do bem-estar de uma pessoa. Para Sen, essa posição é equivocada. O êxito de uma pessoa não pode ser julgado exclusivamente em termos de bem-estar. Por certo, uma pessoa poderia dar valor à promoção de determinadas causas cujas conseqüências não se relacionam com uma melhora em seu próprio bem-estar. Diga-se de passagem, nem todas as suas atividades se direcionam a maximizar o bem-estar, independentemente de quão generosamente definamos esse conceito. Desse ponto de vista, existe um âmbito particular em que podemos observar a pessoa em termos de sua condição de agente, a vida dela própria, – reconhecendo e respeitando sua capacidade para estabelecer objetivos, comprometer-se, valores entre outros, como podemos também observá-la em termos de seu bem-estar, pois isto requer igualmente atenção. É justamente por causa dessa dicotomia defendida por Sen que um modelo baseado apenas no auto-interesse tende a ser muito restrito quanto à condição de agente das pessoas, pois essa característica tem de ser inteiramente voltada para o aspecto do seu bem-estar. Por isso, Sen acredita ser possível reconhecer uma condição de agente mais ampla a partir do momento que removemos o princípio inquestionável – no âmbito da economia - o auto-interesse.

Se essa posição for aceita, a principal exigência da posição anterior, segundo Sen, seria demonstrar que a condição de agente de cada pessoa não equivaleria a adotar uma concepção “subjativista” da ética, pois aquilo que uma pessoa valoriza e deseja obter pode ser considerado valioso, simplesmente porque essa pessoa o valoriza. Na verdade, argumentou o autor não se pode

dizer que nessa ocasião a questão da objetividade foi excluída, e aponta dois motivos:

*“First, to attribute importance to the aspect of the condition of agent of each person it does not imply to accept everything what the person values as being valuable (1) unconditionally and (2) so intensely how much this is valued by the person”.*²⁵

O objetivo que caracteriza essa motivação pretende ir além do bem-estar da pessoa, estendendo-se às suas valorações, comprometimentos, etc. Este argumento soa razoável, mas deixa uma questão: Como deveria ser avaliada essa condição de agente? Sen defende uma proposta que nos faz lembrar Smith, isto é, afirma que o uso da condição de agente de uma pessoa é, em um sentido importante, uma questão a ser julgada pela própria pessoa”, por isso, “a necessidade de uma cuidadosa avaliação dos objetivos, aspirações, lealdade e da concepção de bem pode ser importante e rigorosa”. Ora, a interpretação dessa cuidadosa avaliação relaciona-se estritamente à questão da objetividade.

O segundo motivo, alegou Sen, seria que *“one objectivity metavisión of the ethics can coexist with substantive ethics that include among objects valuable the capacity of the person to get what it of fact values. To get what if it values does not differ, in this aspect, of other things that can be valued, as, for example, the happiness, the welfare, the freedom and, thus, can appear accurately in a function of objectivist valuation as these other objects can in appearing. The question of the necessary recital to be distinguished from the nature of the objects that are valued. Exactly a theory objective based can attribute to a paper important to the things the one that the fact people give value and to the capacity of these to get this thing”.*²⁶

Assumindo esse ponto de vista – a distinção entre o “aspecto da condição de agente” e o “aspecto do bem-estar de uma pessoa -, não exigiria, como já comentamos, que o êxito de uma pessoa como agente deve ser independente de seu êxito em termos de bem-estar. De fato, pode ocorrer de

²⁵Primeiro, atribuir importância ao aspecto da condição de agente de cada pessoa não implica aceitar tudo o que a pessoa preza como sendo valioso (1) incondicionalmente e (2) tão intensamente quanto isso é valorizado pela pessoa”. SEN, Amartya K., *ibidem*, 1987, p. 42. Sen enfatiza que respeitar a condição de agente não elimina a necessidade de avaliar essas valorações, comprometimentos, etc.

²⁶“uma metavisão objetivista da ética pode coexistir com uma ética substantiva que inclui entre os objetos valiosos a capacidade da pessoa para obter o que ela de fato valoriza. Obter o que se valoriza não difere, nesse aspecto, de outras coisas que possam ser valorizadas, como por exemplo a felicidade, o bem estar, a liberdade e, assim, pode figurar em uma função de valoração objetivista exatamente como esses outros objetos podem nela figurar. A questão da fundamentação precisa ser distinguida da natureza dos objetos que são valorizados. Mesmo uma teoria objetivamente fundamentada pode atribuir um papel importante às coisas a que as pessoas de fato dão valor e à capacidade dessas para obter essas coisas. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1987, p. 42-43.

uma pessoa sentir-se mais feliz e satisfeita em consequência de ter obtido aquilo que desejava obter para outrem – sua família, amigos, comunidade, entre outros. Além disso, é possível também que o bem-estar de uma pessoa diminua como resultado da frustração, caso ela não obtenha o que desejava obter como agente, mesmo com o fato de que essas realizações não estejam diretamente relacionadas a seu bem-estar. Por essas razões, observou Sen, não existe nenhuma base sólida que possa requerer que os dois aspectos avaliados sejam independentes um do outro, e talvez seja possível que cada alteração em um deles venha a afetar o outro.

O argumento no que segue procura sustentar a relevância da distinção, e não a plausibilidade da interdependência dos dois aspectos. O fato de se poder presumir a relação intrínseca de duas variáveis, ou que uma não poderia mudar sem a outra, não implica em defini-las como a mesma variável ou que elas contenham os mesmos valores, ou ainda que exista uma equação algébrica onde o valor de uma possa ser obtido a partir da outra.

O que dissemos no parágrafo anterior pode gerar uma interpretação errônea de que a realização das pessoas reside inteiramente no aumento de bem-estar que elas obtêm indiretamente. Para esclarecer melhor a sua posição, Sen sugere o seguinte exemplo: Suponha que uma pessoa esteja engajada arduamente na luta pela independência de seu país e quando essa independência é alcançada a pessoa ficasse mais feliz. Sem dúvida, nesse caso a principal realização é a independência do seu país, da qual a felicidade por esse feito é apenas uma consequência. Pois bem, com isso seria plausível afirmar que ambos os aspectos dessa discussão, a realização da condição de agente e a realização do bem-estar, não apenas possuem uma importância distinta como podem integrar-se de modo causal um ao outro, mas essa disposição não compromete a importância específica de cada um. É em vista desta exigência que Sen sustenta o seguinte argumento:

*“In so far as utility-based welfarist calculus concentrates only on the well-being of the person, ignoring the agency aspect or actually fails to distinguish between the agency aspect and the well-being aspect altogether, something of real importance is lost”.*²⁷

²⁷ “Na medida em que o cálculo “welfarista” baseado na utilidade concentra-se apenas no bem-estar da pessoa, deixando de lado a condição de agente, ou de fato deixa inteiramente de distinguir entre o aspecto

Nunca é demais ressaltar, como declarou Scarre em “Utilitarianism” que, ao que parece, não existe uma versão plenamente satisfatória da teoria utilitarista. Talvez o utilitarismo até seja uma vertente ruim de filosofia moral. Mas, para ele é difícil acreditar, como alguns filósofos o fazem, que o Utilitarismo esteja com os dias contados. Argumentou também que muitos utilitaristas, de Hutcheson, Bentham a Brandt ficaram estarecidos diante da perspectiva de um cálculo de utilidade – um método para reduzir as decisões morais ao cálculo matemático. Decerto, é necessário, antes disso, que se tenha um modo de calibrar a utilidade individual, e uma noção consistente de utilidade social que dê conta do fato de que pode haver conflitos entre as preferências individuais. Ademais, existe atualmente uma proporção inversa entre a suscetibilidade ao tratamento quantitativo e a sofisticação filosófica da concepção de utilidade. Não é fácil ver por exemplo como poderíamos calibrar a utilidade representada na visão mais subjetivista de Sen acerca da concepção do próprio bem-estar de uma pessoa. Não obstante, tem havido progresso no que tange à construção de uma teoria matemática da utilidade como o modelo Vickrey-Harsanyi, e os axiomas de Von Neumann-Morgenstern.

Se se aceita esta linha de raciocínio, de que a teoria utilitarista não conseguiu uma visão mais satisfatória dos questionamentos abordados, poderíamos dizer, como sugere Sen, que a afirmação de que a utilidade é a única fonte de valor para a identificação do bem-estar de uma pessoa pode ser criticada, pelo menos, por duas razões: o bem-estar não é a única coisa valiosa; a utilidade não representa adequadamente o bem-estar.

3.3 Realizações, Direitos e Liberdade

Nas duas seções anteriores, procurei me concentrar no empobrecimento da economia do bem-estar como consequência do crescente

a condição de agente e o aspecto do bem-estar, perde-se algo realmente importante”. SEN, Amartya K., *ibidem*, 1987, p. 44-45.

distanciamento entre a ética e a economia, e de modo particular na inadequação dos critérios de avaliação da moderna economia do bem-estar. Já argumentei que temos razões ponderáveis para assinalar a assimetria direcional que foi arbitrariamente imposta entre a economia preditiva e a economia do bem-estar, a rigor a primeira sendo relevante para a segunda, porém sem nenhuma influência vinda da direção oposta. Todavia, Sen observa que, se o comportamento real das pessoas é afetado por considerações éticas, então deveria ser óbvio permitir que as considerações da economia do bem-estar tivessem alguma influência sobre o comportamento real e, portanto, também fossem importantes para a economia preditiva.

A crítica às considerações éticas apoia-se na hipótese de que o comportamento humano, pelo menos em questões econômicas, pode ser satisfatoriamente previsto com base na maximização do interesse. Se, de fato, a eficiência econômica – no sentido da otimalidade de Pareto – fosse o único critério para avaliar a economia, e se as várias condições (por exemplo, a ausência de externalidades) impostas pelo “Teorema Fundamental da Economia do Bem-Estar” vigorassem, protestou Sen, não haveria nenhum argumento da economia do bem-estar que aprovaria o comportamento de uma pessoa a não ser o da condição exigida para maximizar seu próprio interesse. Sem embargo, se todos os indivíduos exercerem o comportamento auto-interessado, realmente se produziria a otimalidade de Pareto; de acordo com esta mesma análise, qualquer indivíduo que se afastar dessa forma de comportamento, caso viesse a produzir algum efeito, seria apenas o de ameaçar a obtenção da “eficiência econômica”. Assim, diz Sen, o formato unilateral da relação entre a economia preditiva e a economia do bem-estar é inteiramente sustentável, contanto que a economia do bem-estar fique confinada ao reduzido compartimento que lhe foi reservado. Contudo, se esse compartimento levar em conta considerações éticas mais abrangentes, a sustentabilidade dessa relação deve evidentemente desaparecer.

Isso posto, na seqüência, é possível indagar: Qual seria a consequência da adoção de um critério “welfarista” mais exigente, como o utilitarismo? Na visão de Sen, esse critério rejeitaria a otimalidade do comportamento auto-interessado em muitas circunstâncias. Assumindo o ponto

de vista de Francis Edgeworth que compreende este conflito dos princípios da conduta, como um antagonismo entre “egoísmo”, de um lado, e “utilitarismo”, do outro, concluiu Sen:

*“Obviously, it is truth that the excellent utilitarian must be, inter unites, an optimal of Pareto, and also it is truth that - in the circumstances required for fundamental teorem - any removal of the auto-interested behavior can very threaten the attainment of the optimality of Pareto well. But it is not truth that any movement if deviates from a state that is an optimal of Pareto for another not-excellent one must reduce the aggregate utility. In the truth, with frequency this will not happen”.*²⁸

É exatamente neste ponto que o autor sustenta a tese da importância da relação entre ética e economia. Para tanto Sen reivindica que é possível ao teorema fundamental do bem-estar estabelecer uma justificativa para o comportamento auto-interessado por parte de cada um, se a distribuição de dotações fosse apropriada ao objetivo de bem-estar escolhido. Essa disposição admitiria circunstâncias nas quais agir segundo o auto-interesse poderia ser eticamente justificado na totalidade. Ademais, afirmou Sen, passamos de um compartimento acanhado para outros mais amplos sem precipitar nenhuma rejeição necessária do comportamento auto-interessado com base em argumentos da economia do bem-estar. Porém, do que foi dito até o momento nessa análise, o “welfarismo” desempenha um papel importante para corroborar essa característica. Sen, em todo o caso, não vê coerência em manter o critério avaliativo “welfarista”, uma vez que este critério não atenta à necessidade de ocorrerem, no comportamento real, afastamentos do comportamento auto-interessado.

Segue-se dessa linha de raciocínio que, se o “welfarismo” for rejeitado, então os vários afastamentos do “welfarismo” já discutidos podem fornecer argumentos para rejeitar o comportamento auto-interessado. De acordo com Sen, esse fato geralmente ocorreria quando se dá importância ao “aspecto da condição de agente” de uma pessoa, pois uma pessoa pode ter motivos para empenhar-se por outros objetivos que não são próprios do bem-

²⁸“Obviamente, é verdade que o ótimo utilitarista deve ser, *inter alia*, um ótimo de Pareto, e também é verdade que – nas circunstâncias requeridas pelo “teorema fundamental” – qualquer afastamento do comportamento auto-interessado pode muito bem ameaçar a obtenção da otimalidade de Pareto. Mas não é verdade que qualquer movimento se desvie de um estado que é um ótimo de Pareto para outro não-ótimo deva reduzir a utilidade agregada. Na verdade, com frequência isso não acontecerá”. SEN, Amartya K., *ibidem*, 1987, p. 53.

estar ou do interesse individual. Com efeito, pode surgir outro problema quando se adota uma concepção de bem-estar diferente da utilidade. A base informacional do “teorema fundamental é restrita e, portanto, não é facilmente traduzida para outras maneiras de avaliar o bem-estar individual. A discussão que faremos a seguir tem por objetivo explorar as abordagens que, como o utilitarismo, também podem solapar a simplicidade do quadro da escolha auto-interessada que alicerçam o “teorema fundamental”.

Para as concepções de bem-estar mais abrangentes – que admitem outros parâmetros além da utilidade -, o conceito de bem-estar é fundamental para a teoria moral, mas também é verdade que as pessoas se preocupam com as suas condições de liberdade, direitos, igualdade e com a justiça. Tais condições *a priori* podem ser difíceis de ser compreendidas, porém elas parecem importantes, e, de fato, muitas pessoas arriscam suas vidas perseguindo-as. Por certo, os economistas cometeriam um erro ao reduzir todas aquelas condições ao bem-estar. Todavia, mesmo que o seu interesse fosse exclusivamente o bem-estar, é possível sugerir que eles precisariam compreender a importância destes outros valores para compreender os objetivos dos governantes e para ajudar a planejar políticas para realizá-los.

Na perspectiva proposta por Sen, essa discussão surge quando se avaliam tanto o bem-estar como a condição de agente – Derek Parfit e Thomas Nagel sugerem uma distinção para essa interpretação, entre dois tipos de razões morais para agir, as razões “neutras em relação ao agente” e as razões “relativas ao agente”. É adequado, portanto, examinar duas idéias que estão estreitamente relacionadas, porém que são claramente diferentes. Uma delas diz respeito a ter uma “boa” posição e a outra de estar “bem” ou ter “bem-estar. A primeira idéia expressaria uma noção de opulência: quão rico se é? quais os bens e serviços que se podem comprar? entre outras questões. Com efeito, isto se refere à capacidade que tem uma pessoa para dispor de coisas externas. Por outro lado, ter bem-estar não expressaria algo externo ao qual se tem capacidade de acesso, mas um valor interno que se obtém, como por exemplo, o tipo de vida que valorizamos, o êxito de nossas ações, entre outros. Segundo Sen tal distinção põe em relevo que ter uma boa posição pode

contribuir – se se confirmam outras considerações – para se ter um “bem-estar”, porém este último possuiria uma qualidade que falta ao primeiro.

Aqui também é importante ressaltar que ao buscar uma concepção adequada de bem-estar temos que evitar duas complicações diferentes que provêm de duas direções diferentes. Uma delas resultaria de se adotar uma concepção basicamente subjetivista em termos de alguma das medidas de utilidade, cujas dificuldades foram apontadas (seção 3.2). Em resumo:

*“El ser feliz puede que sea una cosa valiosa y no ver frustrados los deseos también puede que tenga valor, pero evidentemente hay más cosas que también es valioso hacer o ser. Tenemos que valorar los tipos diferentes de hacer y ser, pero el ‘desejar’ no es una actividad valorativa en sí misma, aunque pueda ser su consecuencia. La relación puede dar al desear un valor ‘evidencial’, pero cuyas limitaciones – especialmente em la comparación interpersonal”.*²⁹

A outra perspectiva, compartilhada por Sen, é de direção objetivista, e em um certo sentido impessoal. Essa posição do autor é justificada pela busca de um critério de bem-estar que não estaria afetado por contingências circunstanciais. Sen defende um critério objetivo – em conformidade com Scanlon - que proporcione uma base para avaliar o bem-estar de uma pessoa, independente dos gostos e interesses dessa pessoa. O que parece importar nessa visão é que as características pessoais que marcam uma diferença objetiva e relevante podem ser incorporadas parametricamente em uma função de valoração sem perder sua objetividade.

Sen percebe que uma das razões para o descompasso entre ter uma boa posição e estar bem consiste na variabilidade das características pessoais que torna essa relação causal específica para cada pessoa. Por isso alega que não temos que perder de vista os importantes parâmetros pessoais durante o desenvolvimento de uma concepção de bem-estar. Para ilustrar suas idéias, Sen sugere exemplos que examinam as características que determinam as condições de existência de uma pessoa:

“Considere-se una persona inválida que, com el mismo nivel de renta y opulencia real, no puede hacer muchas de las cosas que una persona normal puede hacer. Sus gustos en bienes diferirán (y típicamente serán

²⁹“Ser feliz pode ser uma coisa valiosa, como também não ver os desejos frustrados pode ter valor, porém evidentemente existem mais coisas que também é valioso ser ou fazer. Temos que valorizar os tipos diferentes de fazer e ser, mas o “desejar” não é uma atividade valorativa em si mesma, ainda que possa ser sua consequência. A relação pode dar ao desejar um valor “evidente”, mas limitado – especialmente nas comparações interpessoais”.²⁹ SEN, Amartya K., *ibidem*, Op. Cit, 1997, p. 37.

más caros), y sus intereses exigirán cosas muy diferentes de otros bienes.”³⁰

Para Sen, a diferença que importa destacar é que a pessoa de gostos caros poderá fazer mais coisas do que pode fazer uma pessoa normal, e concretamente ser um inválido somente no âmbito da realização plena ou da sua satisfação. Nesse particular, a pessoa inválida pode estar em desvantagem em um espectro mais amplo de atividades. Esse ponto de vista foi destacado para enfatizar que o autor concebe a característica primária do bem-estar em termos do que uma pessoa pode “realizar” – as várias formas de ser e fazer que se compreende como “realizações. Com efeito, trata-se de atividades “ (como o comer ou o ler ou ver) ou estados de existência ou de ser, por exemplo, estar bem nutrido, não ter malária, não estar envergonhado pelo pobre do vestido ou do calçado (para restituir a questão que discutiu Adam Smith em seu *Wealth of Nations*)”. Ao fazer isso poderemos representar o conjunto de realizações que uma pessoa realmente logra como o vetor de suas realizações. Esta última suposição indica que Sen pretende ordenar parcialmente os vetores das realizações segundo algumas valorizações comuns ou por algum outro critério aceitável. Dessa maneira, se a ordenação for completa, ou mesmo parcial, poderíamos obter um índice numérico de bem-estar.

Não se deve esperar, todavia, que as variações interpessoais se reduzam às realizações elementares que indicamos. Por exemplo, as influências pessoais ou sociais na conversão da opulência em realização podem ser fortes em muitos outros campos. Por certo, os recursos que exigem realizações como aparecer em público sem se envergonhar, tomar parte na vida social, poder visitar os amigos e divertir-se com eles, entre outros, variam com o tipo de sociedade em que uma pessoa vive e com outras circunstâncias contingentes.

³⁰“Consideremos uma pessoa inválida que, com o mesmo nível de renda e opulência real, não pode fazer muitas das coisas que uma pessoa normal pode fazer. Seus gostos em bens diferirão (e tipicamente serão mais caros), e seus interesses exigirão coisas muito diferentes de outros bens”. SEN, Amartya K., *ibidem* Op. Citada, 1997, p. 38.

Dworkin, Rawls e Scanlon, em particular, enfatizam uma outra diferença, trata-se da “responsabilidade” da pessoa com gostos caros quanto à origem de sua desvantagem. Apesar de interessante, Sen considera que essa questão pode não ser de relevância direta para julgar o bem-estar real, pois a questão da responsabilidade se refere a condição de agente das pessoas e não do seu bem-estar.

Sen reconhece que a opulência contribui para realizações, e a capacidade que ela provê para dispor de coisas pode ser importante para o bem-estar e para o proveito que obtém uma pessoa. Argumenta que uma evidência dessa constatação é a análise de Rawls dos “bens primários” que tem demonstrado a utilidade desta perspectiva em comparação com os estados mentais da utilidade. Não procederia, por conseguinte, que o índice de opulência ou de bens primários fosse considerado como índice de bem-estar. Para tanto argumentou que não se poderia ordenar o “proveito” que obtêm as diferentes pessoas com base em um índice de bens primários – como propôs Rawls – pois as variações interpessoais dependeriam de outros parâmetros: biológicos, sociais, culturais entre outros.

Naturalmente, também não se trataria de um assunto de utilidade. Tudo isso significa que para Sen não se pode evitar o problema de identificar e valorizar as realizações importantes examinando somente coisas como a felicidade, a satisfação do desejo, a opulência ou a capacidade para dispor de bens primários. Para tanto, ele defende uma concepção das realizações baseada no pluralismo de informações. Porém, nunca é demais ressaltar que pluralismo não é sinônimo de completude:

*“Although a consensus in the valuations and the possibilities of the use some objective criteria can make to advance sufficiently us in the determination of a extensive partial order for the matching of well-being, he would be erroneous to wait something identical to the type of full order that the utilitarians has been inclined to desire (...), such requisite of completely nor is methodically sensible nor substantially plausible (in fact, really neither it fulfills exactly to it I calculate it utilitarian, except under the artificial presumption of full and not problematic artificial comparability). The incompletely is not a difficulty”.*³¹

Até então o autor procurou sustentar a sua posição quanto à importância do pluralismo de informações para a concepção de bem-estar avaliada pelas realizações do agente. Todavia, Sen pretende ir além, defendendo que podemos estender essa concepção, se a partir da atenção às

³¹Embora um consenso nas avaliações e nas possibilidades de utilização dos vários critérios objetivos pode fazer-nos avançar bastante na determinação de um ordenamento parcial extensivo para a comparação do bem-estar, seria errôneo esperar algo semelhante ao tipo de ordenamento completo que os utilitaristas tem estado propensos a desejar. (...), tal requisito de completude nem é metodologicamente sensível nem substancialmente plausível (de fato, realmente tampouco o cumpre mesmo o calculo utilitarista, exceto sob o suposto artificial de comparabilidade artificial completa e não problemática). A incompletude não é uma dificuldade”. SEN, Amartya K, *Journal of Philosophy*, 1985, p. 192.

realizações reais das pessoas passamos a entender a sua capacidade de realização. Esse conjunto de capacidades de uma pessoa pode ser definido como o conjunto de vetores de realização que estão a seu alcance. Na prática, isto tem o efeito de permitir dar importância às liberdades positivas que uma pessoa tem em um sentido geral – a liberdade para “fazer isto” ou “ser aquilo” – e esta liberdade, em certo aspecto, pode representar melhor o proveito das pessoas. Poder-se-ia avaliar, por exemplo, se uma pessoa tem a oportunidade de conseguir o vetor de realização que a outra pessoa já tenha conseguido. Parece razoável que, se se concede que uma pessoa poderia ter conseguido todos os vetores de realização relevantes que outra pessoa pode conseguir, então em algum sentido importante a primeira pessoa teve ao menos tanta liberdade para viver bem como a segunda. Segundo Sen, esta idéia pode ser definida como liberdade de bem-estar. Cabe lembrar aqui que este conceito deve ser distinguido de um conceito mais amplo de bem-estar que está relacionado à condição de agente da pessoa – a “liberdade de ser agente” se refere ao que a pessoa é livre de fazer e conseguir na busca de quaisquer metas ou valores que considere importante. É igualmente indispensável que essa condição de agente, em geral, requeira a concepção das pessoas como agentes responsáveis.

Uma segunda razão para suscitar o interesse pelo conjunto das capacidades é decorrente de novas interpretações e refinamentos do vetor de realizações – por exemplo, escolher realizar x no lugar de y . O jejum implica uma abstenção de comer que vai mais além do morrer de fome e se poderia argumentar que, uma pessoa rica e religiosa, de fato, pode eleger o jejum, enquanto uma pessoa pobre e carente dos meios para dispor de alimento, não o pode. Com isto, seria possível admitir que a avaliação dos conjuntos de capacidades associados às realizações primitivas, pode permitir-nos fazer uma análise mais rica das realizações das pessoas a partir das suas eleições exercidas. Isto talvez seja suficiente para indicar que esta concepção se relaciona com a idéia de vida boa porque, entre outras coisas, a vida boa é uma vida de liberdade.

Sen não reivindica nenhuma originalidade quanto à essa concepção. Ao contrário, ressalta que essa concepção foi explorada por muito filósofos sociais e políticos:

*“One of them is, evidently, Karl Marx, whose philosophy politics gives a special role to produce as ‘conditions for the development and the free activity of the individuals under its proper control’ and which sketches a vision of one future society that ‘becomes possible that one day I make a thing and another one tomorrow, to hunt to dawn, to fish to half day, to join the cattle when nightfall, reflecting after supper, without having that to convert me into a hunter, a fisherman, a shepherd, or a philosopher’.*³²

A partir das considerações anteriores, argumentou que temos razões ponderáveis para caminharmos em direção aos direitos, liberdades e oportunidades reais. Segue-se que assumir essa posição – julgar as vantagens das pessoas, pelo menos parcialmente, com base em considerações ligadas à liberdade - implicaria em rejeitar as abordagens que se concentram exclusivamente nas realizações.

O autor destaca que no campo da ética as teorias morais fundamentadas em direitos são bem antigas, e em muitos aspectos, foram criticadas por outras doutrinas; *“utilitarians like Jeremy Bentham paid a good deal of attention to rejecting such theories, describing the various doctrines as ‘simple nonsense’, ‘bawling upon paper’, and ‘rhetorical nonsense, nonsense upon stilts’.*³³

Em que pesem as críticas anteriores, de acordo com Sen, as teorias baseadas em direitos têm resistido às críticas, e são exploradas, de diferentes modos, por autores como Kanger (1985), Rawls (1971), Nozick (1974), entre outros. Hausman e McPherson são de opinião que Rawls e Sen defendem uma concepção de bem-estar que se filiam ao que Derek Parfit denominou “teoria da lista objetiva” , isto é, *Not only are there traditional hedonistic views and hybrids such as Sidgwick, but there are also “perfectionist” views in which the desires that*

³²“Um deles é, evidentemente, Karl Marx, cuja filosofia política dá um papel especial a produzir “as condições para o desenvolvimento e a atividade livre dos indivíduos sob seu próprio controle” e que esboça uma visão de uma futura sociedade liberada que “ torne possível que um dia eu faça uma coisa e outra amanhã, caçar ao amanhecer, pescar ao meio dia, juntar o gado ao entardecer, refletir depois de jantar, sem ter que me converter em um caçador, um pescador, um pastor, ou um filósofo”. SEN, Amartya K., *ibidem*, , 1985, p. 181.

³³ “Utilitaristas como Jeremy Bentham muito se empenharam em rejeitar tais teorias, descrevendo essas várias doutrinas como ‘tolices’, ‘alaridos no papel’, e retóricas sobre pernas de pau”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1987, p. 32.

count and their weight depend on the objective value of their objects".³⁴ Não se deve esperar, todavia, que ao se adotar uma teoria da lista objetiva estejamos cedendo incontinentes a um julgamento de valor. Decerto, se alguma coisa admite um julgamento prescritivo do tipo "isto é ruim", isto não equivale a um julgamento "de acordo com os padrões normativos que são amplamente compartilhados de algo avaliado como, isto é ruim". Como diz Sen, devemos ter em mente que descrever uma prescrição existente é um ato de descrição e não de prescrição.

Em vista desta exigência podemos afirmar que, diversamente do que propõe o welfarismo subjetivo – conforme a visão de Harsanyi – os teóricos objetivistas não julgam a legitimidade das exigências que os interesses individuais fazem aos recursos escassos da sociedade pela força com que seus portadores os defendem, nem pela intensidade com que eles os preferem, tampouco pelo grau de satisfação que o atendimento dessas exigências lhes traria. Por certo, o critério da métrica objetivista é inquirir sobre as razões pelas quais algo é preferido. Segue-se dessa afirmação que um interesse terá tanto mais peso moral quanto mais estiver relacionado com um ou vários dos bens que são percebidos por pessoas que têm valores distintos, como os ingredientes indispensáveis de uma boa vida humana. Vale também dizer que uma coisa é boa ou valiosa não meramente por ser objeto de uma preferência, mas porque constitui um bem e por isso temos uma razão (de natureza intersubjetiva) para preferi-la.

Ainda resta uma questão a ser respondida. Com esse fundamento – a teoria da lista objetiva – seria possível enfrentar o problema da neutralidade, isto é, sustentar uma posição neutra com relação à autonomia dos interesses do indivíduo? Uma resposta compartilhada por autores que adotam a teoria da lista objetiva sugere que as comparações interpessoais de bem-estar fundadas nessas concepções não exigem qualquer julgamento sobre o grau de autonomia/heteronomia dos interesses, ambições e fins dos indivíduos. O que se está propondo é que a distribuição básica dos recursos e oportunidades na sociedade deve ser independente de preferências, sejam elas de forma

³⁴ "Não são apenas visões hedonísticas e híbridas como a de Sidgwick, mas também visões perfeccionistas em que os desejos que contam e a sua importância depende dos valores objetivos de seus objetos". HAUSMAN and McPHERSON, *Journal of Economic Literature*, Vol XXXI, 1993, p. 691.

autônoma ou heterônoma. Em particular, sustentar a suposição de que as instituições básicas da sociedade devem se organizar de forma a assegurar que uma parcela eqüitativa desses bens e oportunidades seja assegurada à vida de cada pessoa. O que cada um fará com os recursos que lhe foram propiciados, por via de regra, não é um assunto da sociedade.

Na atualidade, a maioria das discussões destas concepções tem sido baseada na “Theory of Justice” de Rawls. No que diz respeito ao problema de equilíbrio entre bem-estar e a condição de agente, a teoria de Rawls pretende sublinhar a prioridade dada às liberdades civis e políticas em face de considerações de igualdade distributiva e de utilidade geral. Como explicou Rawls em “*Political liberalism*”:

*“Suppose we begin with the initially attractive idea that social circumstances and people relationships to one another should develop over time in accordance with free agreements fairly arrived at and fully honored. Straightaway we need an account of when agreements are free and the social circumstances under which they are reached are fair. In addition, while these conditions may be fair at an earlier time, the accumulated results of many separate and ostensibly fair agreements (...) are likely in the course of time to alter citizens relationships and opportunities so that the conditions for free and fair agreements no longer hold. The role of institutions that belong to the basic structure is appropriately regulated and adjusted, an initially just social process will eventually cease to be just, however free and fair particular transactions may look when viewed by themselves”.*³⁵

A estratégia que Rawls emprega para identificar e justificar os princípios da justiça é imaginar que as pessoas na “posição original” estão tentando aumentar seu interesse próprio – elas querem ampliar o que Rawls chama de “bens sociais primários”. Trata-se da base fundamental dos princípios da Justiça de Rawls, mais precisamente:

³⁵ “Suponha que nós começamos com a idéia inicialmente atraente, de que as circunstancias sociais e quais as relações das pessoas umas com as outras deveriam se desenvolver no decorrer do tempo de acordo com contratos livres razoavelmente discutidos e amplamente respeitados. Nesse intuito, nós precisamos dar conta de quando os contratos são livres e as circunstancias sociais sob as quais eles são alcançados são justas. Além disso, enquanto essas condições podem ser justas em tempo anterior, os resultados acumulados de muitos contratos livres e ostensivamente justos (...) provavelmente no decorrer do tempo modificam as relações e as oportunidades dos cidadãos, de modo que as condições para os contratos livres e justos não permaneçam por um longo tempo. O papel das instituições que pertencem à estrutura básica é propriamente regulado e ajustado, um processo social inicialmente justo pode eventualmente cessar de ser justo, por mais que as transações possam parecer livres e justas quando são consideradas por si mesmas”. Rawls, John, *Political Liberalism*, New York, Columbia University Press, 1993, p. 265-6.

- 1) *Each person has equal right to the most extensive scheme of equal basic liberties compatible with a similar scheme of liberties for all.*
- 2) *Social and economic inequalities are to satisfy two conditions: they must be (a) to the greatest benefit of the least advantaged members of society; and (b) attached to offices and positions open to all under conditions of fair equality of opportunity.*³⁶

Parece todavia que, em que pese seu esforço, do ponto de vista do que estamos discutindo, existe uma complicação a ser enfrentada na concepção de Rawls: trata-se de dizer que, com essa interpretação, as liberdades e os direitos básicos teriam o propósito de proteger, de uma forma mais direta do que o utilitarismo, as exigências que se impõem de uma igual consideração pelos interesses de todos. A rigor, isso não é de todo exato.

Podemos considerar duas formas distintas pelas quais concebemos o exercício dos direitos: como restrições ou interdições às ações; ou, alternativamente, como interdições a determinadas condutas e como estados de coisas desejáveis, que deveríamos tentar alcançar por meio da ação política. Desse ponto de vista, o primeiro conceito é próprio de uma teoria deontológica da justiça – como são as de Hayek e Nozick. O segundo seria próprio de uma teoria normativa que tem um amplo componente de consequencialismo.

A questão não é simples, pois essa diferença na forma de conceber os direitos indica a existência de um fosso entre as duas variantes do pensamento liberal. Na opinião de Álvaro de Vita, é conveniente explicitar nessa discussão que a teoria da justiça de Rawls não é deontológica. Para ilustrar seu argumento, ele explora a distinção dos termos teleológico e deontológico. Nessa ótica, o utilitarismo seria considerado uma ética teleológica por dar primazia a uma visão do bem humano – definido em termos da máxima satisfação possível dos desejos e aspirações individuais – sobre os princípios da justiça e do direito. Em uma teoria deontológica, no sentido que Rawls julga pertinente para caracterizar a sua própria teoria, os princípios da

³⁶1) Cada pessoa tem o direito igual ao maior sistema extensivo de liberdades básicas iguais compatível com um sistema de semelhante liberdade para todos.

2) As desigualdades sociais e econômicas satisfazem duas condições: a) elas são os maiores benefícios dos menos favorecidos da sociedade, e b) as desigualdades estão vinculadas às posições e repartições públicas sujeitas às condições de justa igualdade de oportunidades. Rawls, John, *A Theory of Justice*, Cambridge, Harvard University Press, 1971, p. 60, 83, 302.

justiça têm primazia sobre o bem. Álvaro de Vita na obra “A justiça igualitária e seus críticos” sustenta que essa concepção não seria deontológica se entendemos a idéia de neutralidade como: “*Uma concepção de justiça que tem a pretensão de constituir o fundamento normativo de uma sociedade democrática deve satisfazer a exigência de que seus princípios possam ser justificados, perante todos os cidadãos, de uma forma que não pressuponha a validade de uma doutrina abrangente (moral, filosófica, política) específica*”.³⁷ Se essa posição for aceita, pode-se entender a primazia da justiça sobre as concepções do bem e, ao mesmo tempo, concebê-la em termos essencialmente consequencialistas. Como apontou Rawls “o consequencialismo é uma decorrência necessária de entender a justiça como ‘a virtude primeira das instituições sociais’”.

Para Rawls, o objeto da justiça não é a correção ou incorreção moral da conduta de agentes individuais (quer se trate de indivíduos, de governos de todo o tipo ou de governos) como já afirmamos, o que importa é a “estrutura básica da sociedade”. Considere um exemplo que pode esclarecer melhor o que está em questão, entre uma visão deontológica e uma visão institucional. Suponhamos que queremos avaliar a prática generalizada do clientelismo ou da corrupção dos políticos do país. De um ponto de vista deontológico pode-se defender que se trata da incapacidade desses políticos de reconhecer, em sua conduta, os deveres associados ao exercício de prerrogativas públicas. Em uma análise da visão institucional consistiria em avaliar se a conduta clientelista ou corrupta não é incentivada pelo modo segundo o qual as instituições políticas estão organizadas.

A questão que deve nos interessar nessa discussão é saber em que aspectos a teoria de Rawls se distingue do Utilitarismo. Em “*Contemporary Ethics – Taking account of Utilitarianism*”, Shaw argumenta que, Rawls não vê uma diferença significativa, em relação ao conceito do bem de uma pessoa, entre a sua teoria e o utilitarismo mas ele acredita que focar sobre os “bens primários” simplificaria as comparações interpessoais. Nesse particular, alguns utilitaristas acreditam que isto é um erro, argumentam ainda que as nossas

³⁷VITA, Álvaro de, A justiça igualitária e seus críticos, ed. Unesp, 2000, p. 32. Para de Vita, Rawls defende que uma doutrina é abrangente, “quando inclui concepções sobre o que é valioso na vida humana e nos ideais de caráter pessoal”, assim como ideais de amizade, de relações familiares e associativas, e muito mais.

preocupações não deveriam ser com os bens primários, mas com a utilidade, o bem-estar, ou a felicidade que eles produzem. Todavia, isto não parece demonstrar que eles estejam corretos. Com efeito, comentou Shaw:

“Utilitarians cannot distribute happiness or welfare; they can only distribute goods and other resources that tend to promote happiness. Although, utilitarian conceptions of well-being vary, Rawls’s primary goods are important means to – indeed important ingredients of – human well-being on almost any conception of it.”³⁸

Por esta razão e uma vez que os bens primários de Rawls tendem a ser tangíveis e públicos, Shaw sugere que essas considerações seriam importantes, para os utilitaristas, se fossem tomadas como o foco principal das questões distributivas. Ainda assim, alguma atenção deveria ser relevante tanto para o bem-estar como para os bens primários. Essa disposição seria justificável porque algumas pessoas, por exemplo, os cegos ou deficientes de algum órgão humano, exigiriam mais bens primários do que outras pessoas para satisfazer a mesma necessidade e obter o mesmo nível de bem-estar.

Shaw complementa sua análise das duas concepções enfatizando que a questão mais controversa é a primeira condição do segundo princípio – as desigualdades só estariam justificadas se elas maximizam os benefícios dos grupos menos favorecidos da sociedade, o chamado princípio da diferença. Segundo ele, os utilitaristas concordam só em parte com a convicção de Rawls. De outra parte, minimizar as diferenças das conseqüências sociais poderia ser a melhor maneira para promover o bem-estar social, mas não é um bem em si mesmo. Desse ponto de vista, as desigualdades econômicas não são, por si mesmas, uma coisa boa ou uma coisa ruim. Consideradas abstratamente, as desigualdades estariam completamente justificadas se e somente se elas são a parte necessária de um sistema de organizações socioeconômicas que beneficia a sociedade como um todo mais do que qualquer sistema alternativo admitindo maior ou menor desigualdade. Portanto, em qualquer contexto socioeconômico particular, os utilitaristas optarão por aumentar ou diminuir as desigualdades na medida em que agindo dessa maneira, ampliam o bem-estar.

³⁸ “Os utilitaristas não podem distribuir felicidade ou bem-estar; eles somente podem distribuir os bens e outros recursos que tendem a promover felicidade. Embora as concepções utilitaristas de bem-estar variem, os bens primários de Rawls são meios importantes – de fato elementos importantes – do bem-estar para qualquer concepção que considere esse conceito. Shaw, William, “*Contemporary Ethics – Taking Account of Utilitarianism*”, p. 227.

Sen, por sua vez, criticou a abordagem dos bens primários porque, segundo ele, esta visão está centrada sobre os meios externos que permitem que as pessoas obtenham vários funcionamentos (functionings), mais do que sobre as “capacidades”, ou habilidades para obter seus funcionamentos (functionings). Concentrando-se sobre os bens externos a teoria de Rawls ignoraria condições mais específicas, que são próprias das pessoas, tais como as deficiências físicas, que podem afetar profundamente o bem-estar. Focando sobre os bens sociais primários, a concepção de Rawls também pode não dar conta, de modo eficiente, das comparações de bem-estar entre as pessoas que estão muito acima da condição mínima. A alternativa de Sen é definir bem-estar em termos de um conjunto de “competências” que uma pessoa realiza. Estar bem nutrido é um exemplo de uma competência cuja realização pode ser prejudicada seja pelos obstáculos internos (tal como um problema digestivo), seja externo (falta de dinheiro para comprar alimentos). As “competências” são, sem dúvida, um vetor composto de variáveis, como, por exemplo, estar bem nutrido, ler livros, dormir bem que, em conjunção com uma medida de bem-estar levanta um sério problema de indexação-numérica, isto é, a solução que exige escolher o valor relativo para se dar às diferentes capacidades e competências. Nessa perspectiva, os problemas de quantidade e valor dos componentes de bem-estar são mais amplos para as abordagens objetivas do que para a teoria padrão de utilidade. Sem negar essa afirmação, respondeu Sen: “é melhor estar vagamente correto do que precisamente incorreto”.

No que diz respeito à economia, o conceito de direitos pode ser empregado em questões como dotações, troca, contrato, etc. Todavia, do ponto de vista utilitarista, tais direitos foram tratados como inteiramente instrumentais para a obtenção de outros bens, em particular como utilidades. Essa tradição implantou-se a partir da reestruturação da economia do bem-estar baseada na otimalidade de Pareto. De acordo com Sen, trata-se de uma disposição que provêm do “welfarismo” em geral e não do utilitarismo - na concepção *sum-ranking* não é crucial a rejeição do cálculo ético baseado nos direitos -, mas cabe também salientar que a Economia do bem-estar não tem demonstrado interesse por qualquer tipo de teoria ética mais ampla. Um exemplo real dessa constatação está presente no segundo capítulo quando

investigamos a abordagem “engenheira” de economia que tende a adotar essa visão muito restrita da ética. Vale dizer que o critério welfarista e também da eficiência de Pareto proporciona atrativos porque não exige demais da imaginação ética do economista convencional. Há motivos para essa constatação do autor:

*“Indeed, mainstream economics has tended to ignore even the more complex and refined versions of utilitarianism itself, e.g. those involving ‘indirect relations: Sidgwick, Harsanyi, Hare, Mirrless, concentrating instead on the simpler – more ‘direct’ versions”.*³⁹

Para Sen podemos elencar duas questões distintas em relação à “impossibilidade do liberal Paretiano”. A primeira questão seria de ordem pessoal, isto é, se se dá às pessoas o direito para decidir certas coisas sobre sua própria vida, então o resultado final não precisaria ser um ótimo de Pareto. Neste particular, que valor deveríamos atribuir à satisfação de preferências individuais?

A segunda questão concerne à importância moral da otimalidade de Pareto. Se assumimos que a utilidade é a única coisa de valor como também a única medida de valor, então, sem dúvida, a otimalidade de Pareto deve ser importante. Se, entretanto, os próprios direitos são valorizados, ou alternativamente – o influente valor de utilidade moral, por exemplo, aumentando a importância dos desejos do agente A para ler o livro e reduzindo a importância do seu desejo de que o agente B também deveria ler”, se isto procede, a otimalidade de Pareto que trata somente do cálculo de utilidade estrito, pode ser rejeitada. A rigor, o utilitarismo seria exigente em termos motivacionais, entretanto, ofereceria uma interpretação singularmente restritiva do que é “uma consideração igual pelos interesses de todos”.

Iniciamos essa seção explicitando a importância de se perceber que, se as considerações da economia do bem-estar afetam o comportamento real, então o comportamento auto-interessado dificilmente poderia ser suficiente admitindo-se que a condição de agente é importante por si mesma, ou quando se adota uma concepção de bem-estar que difere da utilidade. Analogamente,

³⁹“De fato, muitos economistas tendem a ignorar até mesmo as versões mais complexas e refinadas do próprio utilitarismo, ou seja aquelas versões que encerram “relações indiretas”: Sidgwick, Harsanyi, Mirrless, concentrando-se em versões mais simples – versões mais ‘diretas’”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1987, p. 50.

Sen considera que o comportamento auto-interessado também pode ser inadequado para abordagens éticas que dão ênfase aos direitos e à liberdade. Essa suposição pode não ser óbvia. Mas torna-se particularmente relevante quando se examina a possibilidade de se ter um sistema moral substantivo que daria absoluta prioridade a certas restrições relacionadas aos direitos, como por exemplo, o sistema explorado por Nozick (1974) em *Anarchy, State and Utopia*. Segundo essa doutrina, uma pessoa teria o direito de empenhar-se por qualquer coisa que lhe aprouver desde que suas ações não violem as restrições deontológicas com relação às atividades legítimas de outra pessoa. Em outros termos, as pessoas têm de obedecer tais restrições embora sejam livres para empenhar-se por seus interesses, sem nenhum impedimento.

Nessa teoria, Nozick também declara que existem situações onde teríamos boas razões para violar os direitos de alguém, na medida em que isso evite piores conseqüências – por exemplo, a violação dos direitos de propriedade de uma pessoa pode evitar a fome e a mortalidade crescentes. Para Sen é preciso esclarecer essa posição principalmente quando consideramos o “todo”, pois é difícil defender as propostas de direitos absolutos e independentes das conseqüências, bem como conciliar bem-estar e condição de agente com qualquer proposta que independe das conseqüências. Consideremos a seguinte situação:

“If the person will be violating the right of B seriously, for example, spanking it, person C has the duty to help to hinder this? Additionally, C would be correct when committing some breaking little important of some right of person D to help to hinder the breaking most important right them of B for the person, that strong it is seted? Let us say, that C could catch without permission. let us say to the force. a pertaining car the D, that does not want loans it C to it, in order to arrive fast at the place and to save B, that is being spanked for”.⁴⁰

Assumindo o sistema de Nozick, e as restrições que foram especificadas na situação anterior, argumentou Sen, **C** claramente não deve tentar ajudar **B**, pois **C**: não tem obrigação de ajudar **B** e tem obrigação de não

⁴⁰“Se a pessoa A estiver violando gravemente o direito de B, por exemplo, espancando-o, a pessoa C tem o dever de ajudar a impedir isso? Adicionalmente, C estaria correto ao cometer alguma violação pouco importante de algum direito da pessoa D para ajudar a impedir a violação mais importante dos direitos de B pela pessoa A, que está fortemente armada? Digamos, que C poderia pegar sem permissão – digamos à força – um carro pertencente a D, que não quer empresta-lo a C, a fim de chegar rápido ao local e salvar B, que está sendo espancado por A”.SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1987, p 54.

violam os direitos de **D**. No entanto, não há margem em tudo isso para evitar essas questões quando de fato se pretende levar a sério a defesa dos direitos. Em particular, no que tange ao comportamento auto-interessado, reconhecer a existência de um direito serviria para evitar que outras pessoas impedissem um indivíduo de buscar a maximização de seu interesse, não que isso seja a razão para ele empenhar-se por esse interesse. De acordo com esta interpretação, o argumento ético com base na prioridade desses direitos não poderia justificar as razões que teríamos para rejeitar o comportamento auto-interessado.

A questão que deve nos interessar aqui é saber, qual é a posição do autor. Sen defende uma “concepção positiva da liberdade negativa”, ou seja, valorizar a “liberdade negativa” – em vez de meramente obedecer às restrições correspondentes – pode ter implicações em favor de uma conduta em defesa positiva dessa liberdade para outros, como por exemplo o dever de ajudar os outros quando estes forem ameaçados com a violação de direitos negativos. Por certo, enfatizar a liberdade positiva – a pessoa poder fazer ou ser isto ou aquilo – e o dever de ajudar os outros também poderia evidenciar a importância de considerações éticas na determinação do comportamento moral. Do exposto, parece se seguir que a aceitação moral dos direitos – especialmente os que são valorizados e apoiados, e não apenas respeitados pelas exigentes restrições - pode requerer afastamentos sistemáticos do comportamento auto-interessado. Nessa circunstância a constatação de conduta real nessa direção pode abalar os fundamentos do comportamento humano que sustenta a teoria econômica dominante.

Se essa posição for aceita, parece razoável endossar a posição crítica de Sen: “*The impoverishment of economics related to its distancing from ethics affects both welfare economics (narrowing its reach and relevance) and predictive economics (weakening its behavioural foundations)*.”⁴¹

⁴¹“O empobrecimento da economia relacionado ao seu distanciamento da ética afeta a ambas, a economia do bem-estar (restringe a sua riqueza e relevância) e a economia preditiva (reduz seus fundamentos do comportamento). SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1987, p. 55.

CAPITULO IV

Ética e Economia: Desafios e Conseqüências

No capítulo anterior procurei mostrar que uma conseqüência séria do distanciamento entre ética e economia foi a diminuição do alcance e da relevância da própria economia do bem-estar. Explicitarei também que o conceito de realização e de vantagem pessoal na economia do bem-estar obteve uma profunda influência da visão utilitarista do indivíduo. O principal efeito dessa influência foi restringir e empobrecer ainda mais a moderna economia do bem-estar com a imposição de algumas limitações adicionais, mais propriamente, a de evitar comparações interpessoais de utilidade. Apesar de essas limitações não representarem plenamente o conceito utilitarista mais puro, foram identificadas três limitações que são essencialmente independentes umas das outras.

A primeira diz respeito à distinção entre o “aspecto de bem-estar” e o “aspecto da condição de agente”. O primeiro aspecto abrange as realizações e oportunidades do indivíduo no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo vai além e examina as realizações e oportunidades em termos de outros objetivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo. De fato, os dois aspectos exigem atenção, mas de modos distintos e por motivos diferentes. O aspecto do bem-estar é relevante para avaliar as questões de justiça distributiva e na avaliação da “parte” que cabe a cada pessoa em termos de vantagem individual. Já o “aspecto da condição de agente” contém uma visão mais abrangente da pessoa, incluindo a valorização de várias coisas que ela gostaria que ocorressem e a capacidade de construir esses objetivos e realizá-los. Embora sejam dois conceitos usuais e distintos isso não implica que a condição de agente de uma pessoa independa de seu próprio bem-estar.

Uma segunda limitação reiteradas vezes posta pela recepção crítica é que a concepção utilitarista oferece uma visão de bem-estar deficiente, e as diferentes interpretações de utilidade – felicidade, satisfação de desejos – são limitadas para cumprir seus objetivos. Com efeito, existem questões importantes e polêmicas acerca dessa afirmação. Contudo, acredito que consegui expor essa discussão adequadamente, no capítulo III.

Segue-se nessa análise que, a terceira limitação diz respeito ao aspecto da liberdade de uma pessoa no âmbito de suas realizações. Na medida em que as opções e oportunidades de uma pessoa possam ser consideradas em conjunto com os fins que a pessoa realiza ou valoriza, alega-se que a liberdade pode ser valorizada não meramente porque ela auxilia na realização dos objetivos, mas também por causa da sua própria importância, pois vai além do resultado realmente alcançado. Para esclarecer melhor esta constatação, consideremos, por exemplo, que todas as outras alternativas sobre algo que uma pessoa atualmente escolhe fossem eliminadas, vale dizer, que isto não afetaria sua realização (desde que alguma escolha alternativa possa ainda ser escolhida), mas evidentemente a pessoa tem menos liberdade, e isto pode ser visto como uma perda de alguma importância.

Essa análise teve como principal objetivo ressaltar que para o autor a perspectiva da liberdade pode ser aplicada tanto para o “aspecto do bem estar” quanto ao “aspecto da condição de agente”. Se essa posição for aceita podemos destacar quatro categorias distintas de informação a respeito de uma pessoa. São elas, “realização do bem-estar”, “liberdade do bem-estar”, “realização da condição de agente”, e “liberdade da condição de agente”. Hoje em dia, no modelo padrão da principal corrente da economia do bem-estar, esta pluralidade é reduzida a uma categorização simples, que segundo Sen, se explicita em um procedimento dual, a saber:

- a) *considerando a liberdade valiosa apenas instrumentalmente (de modo que se observam apenas os resultados obtidos).*
- b) *Assumindo-se que a condição de agente de qualquer pessoa está exclusivamente condicionada a perseguir seu auto-interesse (contanto que a condição de agente não desenvolva um outro papel).¹*

¹ SEN, Amartya K., *On Ethics & Economics*, Oxford, Blackwell/Cambridge, 1987, p. 61

O meu propósito neste capítulo é o de explicitar o argumento de Sen em favor da aproximação entre a Economia e a Ética. Antes de mais nada, aponto o problema que torna um acordo em torno dos princípios comuns de bem-estar – informação, avaliação, direitos, justiça, conseqüências – tão urgente quanto difícil de ser alcançado. Nas comunidades políticas modernas, muitos são os exemplos do pluralismo, de interesses de grupos ou organizações como também do pluralismo muito mais polêmico das “concepções de bem”. Nesse contexto, se incluem as concepções que os indivíduos têm sobre o que é melhor para si, e sobretudo, as concepções sobre o que é valioso para todos os membros de uma mesma comunidade política. Em geral nós divergimos sobre em que consiste nosso bem (individual e coletivo) - esta pesquisa apontou algumas dessas divergências - porque provavelmente divergimos a respeito das doutrinas morais, religiosas, filosóficas ou políticas que consideramos como verdadeiras. Como exemplo, basta citar a guerra no Afeganistão, a crise financeira, social e política da Argentina, a explosão da violência no Brasil, países assolados por conseqüências sociais agravantes originadas pelas concepções econômicas, políticas, religiosas e sociais resultantes desse tipo de pluralismo.

A resposta de Sen ao conflito entre ética e economia parece ser uma importante contribuição, mas não a única, entre as formulações teóricas que hoje se fazem presentes na reflexão normativa. O nível mais fundamental da sua argumentação encontra-se naquilo que Sen denomina de “espaço moral” pertinente à avaliação do bem-estar individual. Em que aspectos da vida de uma pessoa nós devemos nos concentrar para avaliar o nível de bem-estar que usufrui, ou, em comparação a quais requisitos que estão ao alcance de outras pessoas, ela deveria usufruir? De outra parte, por que as instituições sociais deveriam dispensar um tratamento igual e imparcial aos cidadãos com respeito precisamente a quê?

A seguir devo esboçar a conclusão dessa pesquisa, procurando explorar os pontos em comum discutidos em cada capítulo, sem deixar de contextualizar a importância dessa discussão para a realidade atual, de modo a acentuar minha contribuição à comunidade científica.

4.1 Ética e Economia uma proposta desafiadora

Argumentei até aqui, conforme a análise de Sen, que o distanciamento entre a ética e a economia causou sérias deficiências para as duas abordagens. É bem verdade que se explorou mais o que o distanciamento da ética ocasionou à economia do que a relação inversa. Não obstante, Sen alega que a riqueza das conseqüências éticas que poderiam ser importantes tanto para a economia do bem-estar quanto para a economia preditiva é muito maior do que tem sido proposto ou aceito nestas áreas. De qualquer modo, aqueles que negam que ética e economia tenham qualquer coisa em comum raramente negam que a economia é relevante para a política. Frequentemente, eles asseguram que a economia é puramente técnica, pois ela fornece o conhecimento causal das conseqüências das políticas para capacitar os legisladores a escolher os meios efetivos para a realização dos seus fins. Cabe à ética determinar os fins, e a economia definir os meios. Ambas são cruciais à política, mas elas não têm mais nada em comum a fazer uma com a outra.

Desse ponto de vista, a simples descrição de um economista que fornece informação técnica livre de valores para a tomada de decisão seria quando muito a de uma figura útil. Tal descrição corresponde exatamente à atividade de um economista que, por exemplo, calcula as perdas de rendimento de uma taxa de redução proposta. Porém, esse perfil não parece se ajustar à atividade de um economista a quem se está pedindo uma opinião. E, diga-se de passagem, o processo político nunca formula explicitamente todos os objetivos e restrições relevantes, ou determina qual a importância dessas duas condições. Considere que o presidente Fernando Henrique pergunte a Amartya Sen ou a Lionel Robbins, "Qual é o melhor caminho para reduzir a inflação". Se esse é o caso, vale dizer, que nenhum economista teria um problema técnico bem definido até que Fernando Henrique apontasse a eles que outros objetivos tem e qual a relevância dessas metas. Todavia, em algum ponto dessa avaliação, eles também teriam que se apoiar em alguns de

seus próprios valores. Na economia essa mesma questão se levanta na escolha dos problemas a investigar. Por certo, os economistas consideram algum aspecto pessoal quando elaboram suas teorias. Hausman fez um comentário pertinente sobre essa questão:

*“economists who refuse to “dirty their hands” with ethical matters will not know what technical problems to investigate”.*²

Do exposto, parece se seguir que as questões positivas e normativas podem interagir na conduta da pesquisa tanto quanto na decisão de quais os problemas a investigar ou qual a opinião a dar. Como algumas abordagens morais se ajustam mais facilmente aos padrões do modelo econômico do que outras, os economistas podem se concentrar nas visões morais que melhor interagem com as suas pré-concepções teóricas, ou distorcer outras visões morais para torná-las adequadas. Não constitui exagero observar que as visões morais que são polêmicas em relação ao padrão tradicional do raciocínio econômico, isto é, as visões que enfatizam os direitos ou as necessidades, podem influenciar o desenvolvimento da economia. Trabalhando externalidades, as implicações das diferentes visões morais podem também suscitar problemas econômicos ou formulações teóricas inusitadas. Isto não significa que teríamos que dirigir todas as questões, em uma via única que parte da Filosofia para a Economia. Decerto, as investigações teóricas na economia, tais como, o teorema da impossibilidade Kenneth Arrow e o paradoxo liberal de Sen forçam os teóricos morais a repensarem seus princípios. Vale também observar que, os teóricos econômicos têm desenvolvido muitas ferramentas analíticas – como a teoria dos jogos, a teoria da escolha social e a avaliação do bem-estar, entre outras – que proporcionam desafios para os filósofos morais, entre esses, a ampliação e evolução de suas teorias. É possível, portanto, acrescentar que o progresso intelectual dessas investigações é benéfico para as duas abordagens, como pode também beneficiar as teorias de outros campos de pesquisa.

A questão que deve nos interessar, nesse contexto, é saber: Por que os economistas devem se interessar pelas questões morais?

²“Os economistas que recusam a “sujar as mãos” com questões éticas não conhecerão quais os problemas técnicos a investigar”. HAUSMAN AND MCPHERSON, *ibidem*, op. Citada, 1993, p. 672.

Estabelecidos tais fatos, parece que não é difícil exibir uma resposta viável para esta questão. Todavia, esse debate enfrenta sérios problemas de fundamentação e refutação das asserções de ambas as partes. Este fato, de particular importância, tem gerado mais conseqüências negativas do que positivas para estabelecer o campo de investigação comum entre a ética e a economia. Em todo caso, assumindo um ponto de vista ético – conforme Hausman, McPherson, Sen, Scanlon, entre outros -, tentarei justificar por quais razões os economistas devem levar em consideração as questões morais.

Primeiro, se é o caso que a moralidade dos agentes econômicos influencia seu comportamento, então se pode afirmar que a moralidade também influencia os resultados econômicos. Fred Hirsch (1976) e outros teóricos tem observado que a eficiência econômica e a eficiência política depende crucialmente de valores éticos que podem ser solapados pelo desenvolvimento da economia de mercado. Vale dizer que na concepção desses teóricos:

*“Without honesty, truth and goodwill, economic life would grind to halt. Insofar as economists seek to explain economic outcomes and to promote economic efficiency, they need to be concerned with the nature and sources of useful or harmful moral virtues or vices”.*³

Seguindo esta interpretação, pode-se admitir que as visões morais dos próprios economistas podem influenciar a moralidade e o comportamento das pessoas em ambos os sentidos, os intencionais e os não-intencionais. Decerto, isto ocorreria porque os economistas, em geral, estão interessados nos resultados e portanto deveriam estar interessados na moralidade.

À primeira vista parece que abordamos essa caracterização adequadamente. No entanto, tal caracterização conduz a uma questão crucial para o debate: será que as virtudes economicamente úteis poderiam ser sustentadas pelo auto-interesse racional, ou o sucesso da economia dependeria crucialmente dos compromissos morais destituídos do auto-

³“Sem honestidade, verdade, e boa vontade a vida econômica pulverizaria. Assim como os economistas procuram explicar os resultados econômicos e promover a eficiência econômica, eles precisam também estar preocupados com a natureza e os recursos úteis ou nocivos das virtudes ou vícios morais.” HAUSMAN AND MCPHERSON, *ibidem*, op. Citada, 1993, p. 673.

interesse? Muitos estudiosos têm demonstrado grande empenho para responder isto. Vale a pena comentar o trabalho de Richard Titmus. Para melhor compreender sua posição, consideremos os sistemas de aquisição e distribuição de sangue para transfusão. Titmus parte da tese de que os sistemas de doações voluntárias, tal como na Inglaterra, são mais eficientes do que o sistema comercial, e eles também corroboram e cultivam os valores comunitários altruístas. Essa posição levantou algumas objeções, não em sua totalidade, de autores como Arrow, Hirschman, Peter Singer. Este último tem afirmado que pode ser enganoso considerar altruísmo como escassez de recursos, pois, assim como uma habilidade, a sua quantidade pode ser aumentada pelo seu uso. Embora o argumento de Titmus seja embaraçoso, diz Singer, a comercialização pode desencorajar a doação voluntária. Efetivamente, saber se estas atitudes são ou não racionalmente justificadas não deixa de evidenciar os seus efeitos econômicos potenciais, e tais efeitos não podem ser compreendidos se os economistas estiverem indispostos a investigar alguns conceitos éticos.

De outra parte, admitir compromissos morais relacionados aos resultados econômicos não significa dizer que os economistas precisam se preocupar com a validade destes compromissos morais substantivos. Com efeito, argumentou Hausman:

*“But it seems to us that economists may be able to advance their work by appraising people’s moral behaviour and ideas as well by tracing their causal consequences. It is natural, illuminating, and virtually unavoidable for economists to inquire whether people’s observed moral commitments ‘make sense’. (...) Descriptions of moral motivations and judgments are likely to be evaluations too, and are not always less useful for that”.*⁴

A segunda razão dessa análise diz respeito às acentuadas e contestáveis pressuposições morais da moderna economia do bem-estar. Já discorri nos capítulos 2 e 3 sobre as limitações da visão de bem-estar baseada exclusivamente na otimalidade de Pareto. Nunca é demais ressaltar que o

⁴ “Mas nos parece que os economistas podem ser capazes de ampliar seus trabalhos tanto para avaliar o comportamento e as idéias morais das pessoas quanto para traçar suas conseqüências causais. Este trabalho é naturalmente, esclarecedor, e virtualmente inevitável para os economistas investigarem se os compromissos morais das pessoas observadas ‘faz sentido’. (...) As descrições dos juízos e motivações morais devem também ser avaliadas, e nem sempre são menos úteis”. HAUSMAN AND MCPHERSON, *ibidem*, op. Citada, 1993, p. 674.

objetivo que caracteriza este principio é a eficiência dos resultados. Tal caracterização é motivada por noções de eficiência aparentemente precisas, de fácil tratamento e não controversas. Não parece ser este o caso das noções de equidade. Ainda assim, pode-se afirmar que ao fazer novas avaliações dos processos e resultados da economia, os economistas normativos não podem evitar a avaliação moral das técnicas e dos princípios que eles confiam. Portanto, como sustentaram diversos autores de diferentes visões, seria possível reforçar as decisões políticas comuns pela articulação de um campo maior de valores à economia do bem-estar, como em uma prova para competição dos bens de suas contribuições para a liberdade pessoal tanto quanto para eficiência. E é por isso que a questão do pluralismo e da diversidade de bens e as implicações éticas que essas duas características têm para a ética racional não só exigem atenção como são importantes para a economia do bem-estar. Sen, de fato, acentuou que a homogeneidade descritiva dos objetos de valor tem de ser claramente distinguida da questão de que a avaliação ética deve ou não conduzir a uma ordem completa e consistente. Essa posição também é justificada quando o autor enfoca o exame dessas questões em uma teoria dos Jogos, mais precisamente, “O Dilema dos Prisioneiros”. Esses jogos são obviamente artificiais, mas expressam uma analogia estreita com vários problemas da vida real – inclusive muitas questões econômicas – e chama a nossa atenção para questões mais amplas da conduta social. Como por exemplo:

“In the Prisoners’ Dilemma each person has a ‘strictly dominant’ individual strategy, in the sense that no matter what others do, each person’s own goals are better served by following that dominant (and ‘self goal’) strategy. At the same time, everyone’s goals would have been respectively better served had they followed a different (and more cooperative) strategy. Given ‘self-goal’ choice, it is clear that each person will indeed follow the non-cooperative strategy, and thereby everyone will end up in a situation inferior to following the cooperative strategy.”⁵

⁵ “No Dilema do Prisioneiro, cada pessoa tem uma estratégia individual “estritamente dominante”, ou seja, independentemente do que as outras vierem a fazer, os objetivos de cada pessoa são mais bem atendidos seguindo-se essa estratégia dominante (e orientada para o próprio objetivo). Ao mesmo tempo, os objetivos de todos teriam sido respectivamente mais bem atendidos se tivessem seguido uma estratégia diferente (mais cooperativa). Dada a escolha ‘orientada para o próprio objetivo’, está claro que cada pessoa de fato seguirá a estratégia não cooperativa, e portanto todas terminarão em uma situação inferior à que obteriam com a estratégia cooperativa”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1987, p. 72.

Examinamos agora uma terceira razão pela qual os economistas deveriam se interessar por questões morais. Trata-se dos comprometimentos das propostas econômicas com a decisão das políticas públicas. Percebemos neste ponto que a visão dos problemas de bem-estar dos políticos e das pessoas comuns não é facilmente traduzida na linguagem da teoria econômica padrão. Por certo, quando um governante declara uma prioridade social do seu mandato, ele está nos falando das suas necessidades, não de suas preferências. Portanto, noções como equidade, oportunidade, liberdade e direitos são provavelmente mais importantes para as decisões políticas do que os conceitos sobre as ações individuais baseadas nas ordens de suas preferências. Para responder a esses desafios é possível sugerir aos economistas que, assim como eles auxiliam na formulação da política em direção aos fins estabelecidos pelo processo técnico, eles também poderiam inserir aquelas preocupações na teoria econômica. Fazer isso é simplesmente compreender àquelas preocupações que as pessoas aparentemente valorizam muito.

Sem dúvida, é preciso registrar que, admitindo essas noções, as decisões governamentais, algumas vezes, podem suscitar críticas e dúvidas relevantes. Em particular, Sen reivindica que as dúvidas explicitadas pelo raciocínio consequencialista quanto aos direitos humanos como restrições deontológicas podem plausivelmente surgir. Contudo, acredita que não existem motivos para essas incertezas e se propõe a esclarecê-las, analisando os seguintes aspectos:

- a) o critério de avaliação das ações segundo a bondade do estado das coisas e das utilidades consequentes tem dificultado a dissociação desses dois elementos, que são obviamente distintos e essencialmente independentes.
- b) reconhecer o valor intrínseco de qualquer atividade não implicaria em rejeitar seu papel instrumental, da mesma forma, a existência de uma importante análise instrumental não pode ser uma negação do valor intrínseco de uma atividade. São duas características essenciais para a avaliação global do status ético de uma atividade.

- c) o raciocínio consequencialista parece exigir, em especial, que a correção das ações seja julgada segundo a bondade das conseqüências. Por certo, essa exigência é mais abrangente do que considerar meramente as suas conseqüências.
- d) Se a combinação do consequencialismo com relação à “relatividade quanto a posição” de avaliação dos estados de coisas for aceita, então as várias características da moralidade em relação ao agente podem ser ajustadas em um sistema consequencialista. Tal procedimento pode trazer vantagens não apenas à avaliação intrínseca mas também à sensibilidade do agente com relação a relatividade quanto a posição da avaliação moral.

Para Sen é provável que o raciocínio consequencialista seja atraente para o modo tradicional pelo qual os economistas observam a avaliação prescritiva, porque eles têm usado esse conceito de uma maneira extremamente mecânica. Todavia, o autor acredita que se o raciocínio consequencialista for usado sem as limitações adicionais impostas pelos requisitos “welfaristas” – independência de posição e ignorância do possível valor intrínseco das variáveis instrumentais – a abordagem consequencialista poderia fornecer uma estrutura compatível como pensamento prescritivo em questões como direitos e liberdade.

Um outro importante aspecto que se pretende enfatizar aqui é que nem todos os argumentos em favor da ampliação da visão econômica – pluralismo -, sugerida no parágrafo anterior, são paternalistas:

“Notice that one might acknowledge the possibility that persons’ preferences are flawed indications of their welfare and still argue on grounds of liberty against paternalistic intervention. Mill’s classic critic of paternalism in On Liberty does not assume that individuals are always the best judge of their own good.”⁶

Para concluir este ponto, agora vou passar a quarta razão dessa análise, em outras palavras, a inter-relação existente entre a economia positiva e a economia normativa. Atualmente muitos economistas defendem que as questões da economia positiva – como a economia atualmente funciona, quais

⁶“Note que uma pessoa poderia reconhecer a possibilidade de que as preferências das pessoas são indicações inadequadas do seu bem-estar e ainda argumentar com base na liberdade contra a intervenção paternalista. A crítica clássica de Mill ao paternalismo em ‘On Liberty’ não assume que os indivíduos sejam sempre o melhor juiz de seus próprios bens”. HAUSMAN AND MCPHERSON, *ibidem*, op. Citada, 1993, p. 676.

serão as conseqüências da política – são completamente distintas das questões da economia normativa – quais valores as organizações econômicas deveriam promover e quais políticas deveriam ser adotadas. Os filósofos que se preocupam com esta avaliação têm questionado se uma distinção rigorosa pode ser mantida (John McDowell 1978, Richard Rorty 1982, ch. 11). Embora não se possa admitir, sem ressalvas, que essa posição dos filósofos esteja correta e exista em princípio uma distinção rigorosa a ser delineada, fato é que freqüentemente se encontram conceitos normativos e positivos interrelacionados na economia.

Por exemplo, o influente ensaio de Paul Samuelson “An Exact Consumption Loan Model of Capital and Interest”, e posteriormente dos seus primeiros comentadores, William Meckling e Abba Lerner, enfatiza questões positivas com respeito aos efeitos sobre as classes dos interesses para se compreender os desejos. Mais adiante, no mesmo ensaio, Samuelson muda seus objetivos e passa a refletir sobre questões amplamente teóricas e normativamente cobradas da eficiência dos mercados competitivos. As questões normativas também continuam a desempenhar um papel importante no desenvolvimento e avaliação dos modelos overlapping-generations (Hausman, 1992, ch. 7).

Isso posto, é possível defender que em vista dos compromissos morais compartilhados entre as duas abordagens, as teorias que parecem ser puramente positivas podem ter conseqüências normativas importantes. De fato, apesar dos economistas insistirem que os teóricos normativos precisam construir conceitos incontroversos, não é difícil para os economistas falar sobre questões políticas com uma aparência de grande autoridade moral. Se isto é possível então: Quais são os fundamentos morais daquela aparente autoridade? Ou que tipo de princípios morais a maioria dos economistas aceita? Por que esses princípios não são controversos?.

Na verdade, existem inúmeras razões pelas quais os economistas precisam pensar sobre a moralidade; elencamos na pesquisa apenas algumas delas. Decerto, somente pensando sobre a moralidade eles poderão compreender por que a teoria positiva pode ser de grande importância moral, quais valores determinam as decisões políticas atuais, quais pressuposições

morais determinam a economia do bem-estar, e quais fatores morais influenciam os resultados econômicos.

O que dissemos até aqui tem o intuito de ressaltar o tema desta pesquisa, ou seja, que uma relação responsável entre a ética e a economia pode ser benéfica para as duas abordagens. Desta constatação deve-se observar que muitos problemas éticos atuais podem ser considerados como aspectos de “engenharia”, e, de fato, incluem relações econômicas. Mas isso não pode ser considerado como uma objeção:

“Even Aristotle’s analysis of ‘the good for man’ included various issues of economic management, with corresponding demands on economic engineering. But aside from direct use of economic reasoning, the tradition in economics of emphasizing and pursuing logistic issues of interdependence and interconnections has some methodological bearing on ethical arguments”.⁷

Ademais, os economistas podem se surpreender com o quanto pode ser útil para eles o trabalho da filosofia contemporânea para eles – o utilitarismo, o igualitarismo, entre outros. Em particular, os filósofos têm examinado muitas questões complexas para as quais os economistas têm atribuído pouca atenção. Por exemplo, questões como o aborto, o desrespeito à ecologia, o modelo de desenvolvimento das nações, entre outros. Entretanto, a complexidade e a fragmentação dos juízos morais atuais, segundo Hausman, apontam para um importante desafio para a teoria moral:

“There is an apparently inescapable trade-off between simplicity, generality, and theoretical precision on the one hand, and plausibility and recognition of complexity and “messiness” on the other”.⁸

Se esta posição for aceita, parece razoável supor que os economistas e os filósofos poderiam contribuir tanto para aperfeiçoar nossa compreensão dos problemas morais pela análise das partes limitadas do problema como pelo avanço das teorias morais mais amplas. Uma suposição desse tipo está em conformidade com o argumentos de Sen, mais

⁷“Mesmo a análise de Aristóteles sobre o “bem para o homem” incluiu várias questões de administração econômica, com correspondentes demandas sobre a engenharia econômica. Mas, deixando de lado o uso direto do raciocínio econômico, a tradição em economia de salientar e investigar questões logísticas de interdependência e interconexão tem certa relevância metodológica para argumentos éticos”. SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1987, p. 78.

⁸“Existe uma relação intrínseca (trade-off) aparentemente inescapável entre simplicidade, generalidade e precisão teórica de um lado, e a plausibilidade e o reconhecimento da complexidade e “parcialidade” do outro”. HAUSMAN AND MCPHERSON, *ibidem*, op. Citada, 1993, p. 679.

precisamente, na defesa da extensão das discussões éticas contemporâneas em uma direção mais conseqüencial.

CONCLUSÃO

Nós iniciamos esta Dissertação com uma afirmação controversa – dos teóricos da economia moderna – sobre os conceitos econômicos de Adam Smith, mais precisamente, pela simples descrição de Smith como um economista – e um economista dogmático do livre mercado – onde os agentes contribuem mais efetivamente para o bem público perseguindo os seus próprios interesses, dirigidos somente por motivações lucrativas.

Tal discussão propiciou o debate, mediado por Sen, sobre a relação entre ética e economia. Em particular, para as conseqüências do distanciamento das duas abordagens. Entretanto, Sen não se restringe à crítica às outras teorias e às evidências dos fatos. Ele se propõe a esclarecer as obsessões e interpretações errôneas, assim como esboça uma proposta que viabilize a inter-relação desses campos do conhecimento. Em uma escala muito modesta, os principais objetivos da presente Dissertação são:

1. Explicitar os princípios econômicos e morais da obra de Smith, que influenciaram o pensamento de Amartya Sen. De modo particular, apresentar uma visão mais abrangente desses princípios que se contraponha à visão corrente.
2. Explorar a dimensão das propostas de Sen no que diz respeito a inter-relação entre a economia e a ética.

Quanto ao primeiro propósito, parece que ele vai muito além do que uma primeira impressão possa deixar transparecer. Em “Desenvolvimento como Liberdade” escreveu Sen: *“Eu já tinha fortes laços com Adam Smith... (como sabem aqueles que leram meus primeiros trabalhos). Sob a influência de Emma (sua esposa), o vínculo fortaleceu-se ainda mais”*.¹ Sem negar que Smith de fato deixou contribuições pioneiras ao analisar a natureza das trocas

¹ SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1999, prefácio.

mutuamente vantajosas do mercado e ao defender a divisão do trabalho e, como essas contribuições poderiam ser perfeitamente condizentes com o comportamento humano sem bonomia e sem ética. Com efeito, as referências a essas partes da obra de Smith têm sido profusas e exuberantes. Como vimos, na visão de Sen, as outras partes dos escritos de Smith sobre economia e sociedade, que contêm observações sobre a miséria, a necessidade de simpatia e o papel de considerações éticas no comportamento humano, particularmente o uso das normas de conduta, foram relegadas a um relativo esquecimento à medida que essas próprias considerações caíram em desuso na economia.

De fato, a avaliação da capacidade do mecanismo de mercado em contribuir para o crescimento e o progresso da economia global tem sido ampla e prontamente reconhecida no que tange ao desenvolvimento de uma nação. Segundo esta interpretação, ser contra os mercados seria tão absurdo quanto ser contra o diálogo entre as pessoas. Todavia, seria um erro ver o mecanismo de mercado apenas como um derivativo. Nas palavras de Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão em valorizar. Em que pese a importância da contribuição do mecanismo de mercado, Sen também ratifica que, tal disposição vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade da troca – de palavras, bens, presentes entre outros.

Antes de avançarmos nessa discussão, é preciso registrar que a perspectiva baseada na liberdade, na visão de Sen, apresenta uma semelhança genérica com a preocupação relativa à “qualidade de vida” das pessoas. As duas perspectivas se concentram no modo como as pessoas efetivamente vivem, e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem. Com efeito, focar a qualidade de vida e as liberdades substantivas, e não apenas os recursos e a riqueza, pode parecer, em certo sentido, um afastamento das análises centralizadas sobre a renda da economia contemporânea. Todavia, de acordo com o que dissemos no capítulo 2 essas abordagens mais amplas parecem estar em sintonia com a visão aristotélica (sobre “florescimento” e “capacidade” humana), e com a análise de Smith sobre as “necessidades” e as “condições de vida”.

Mas retomemos a discussão anterior no diz respeito à relação do mecanismo de mercado com a liberdade e, conseqüentemente, com o desenvolvimento econômico. Nesse particular, Sen reivindicou que existem, pelo menos, dois argumentos muito diferentes que precisam ser distinguidos. Primeiro, a negação de oportunidades de transação, por meio de controles arbitrários, pode ser, propriamente, uma fonte de privação de liberdade. Isso significa que as pessoas são impedidas de fazer o que se pode considerar – na ausência de razões imperiosas em contrário – ser do seu direito fazer. Cabe notar aqui, que esse argumento não dependeria da eficiência do mecanismo de mercado, mas simplesmente da liberdade de troca e transação sem impedimentos. Sen é de opinião que Smith explicitou e defendeu essa interpretação.

Creio que esse argumento sustenta a base teórica das propostas de Sen, e por isso precisa ser distinguido de um outro, atualmente muito popular. Trata-se da afirmação de que os mercados expandem a renda, a riqueza e as oportunidades econômicas das pessoas. Nesta visão, as restrições arbitrárias ao mecanismo de mercado poderiam levar a uma redução de liberdades devido aos efeitos conseqüenciais da ausência de mercados. Da mesma forma, negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem, poderia resultar em privações. Essa linha de raciocínio é predominante na literatura contemporânea. Sem negar a influência e as evidências empíricas desse argumento, é necessário ressaltar que os mercados às vezes podem ser contraproducentes, e há fortes argumentos em favor da sua regulamentação em alguns casos.

Ora, esse argumento é totalmente diferente daquele que enfatiza que as pessoas têm o direito de fazer transações e trocas. Em conformidade com Sen, pode-se dizer que:

“Mesmo que esses direitos não fossem aceitos como invioláveis – e inteiramente dependentes de suas conseqüências -, pode-se argumentar que há uma perda social quando se nega às pessoas o direito de interagir economicamente umas com as outras. Caso aconteça de os efeitos dessas transações serem tão danosos para terceiros que essa presunção

prima facie (...), ainda assim existe alguma perda direta quando se impõe essa restrição".²

Neste ponto, creio que seja possível salientar que a partir do momento em que a economia se afastou do enfoque sobre o valor das liberdades em favor do valor das utilidades, rendas e riquezas, tal postura ocasionou a subestimação do papel integral do mecanismo de mercado. Para esclarecer melhor o que está em questão, consideremos, por exemplo, o argumento econômico, amplamente aceito, de que um mecanismo competitivo poderia levar a um tipo de eficiência que um sistema centralizado jamais poderia atingir quanto aos requisitos econômicos, sociais e políticos. Suponha agora que, contrariamente a esse argumento, o mesmo resultado econômico foi obtido pelos dois mecanismos, com todas as decisões relativas à produção e alocação sendo tomadas por um ditador. Até que ponto essa realização poderia ser considerada tão boa quanto a do argumento econômico atual?

Seguindo Sen, não seria difícil demonstrar que estaria faltando alguma coisa importante em um cenário como esse, mais precisamente, a liberdade da condição de agente dos indivíduos ao tomar decisões: onde trabalhar, o que produzir, o que consumir etc. Se essa posição for aceita, mesmo que os dois cenários proporcionassem a mesma realização, uma pessoa poderia ter boas razões para preferir o cenário da livre escolha ao da submissão da ordem. Portanto, como temos afirmado nesse trabalho, a mudança do foco da economia pró-mercado, passando da liberdade para utilidade, teve o seu custo, isto é, a desconsideração do valor central da própria liberdade. Na opinião de John Hicks, um dos principais economistas da corrente utilitarista deste século:

"Os princípios liberais, ou de não interferência, dos economistas clássicos (smithianos ou ricardianos) não eram, em primeiro lugar, princípios econômicos; eram uma aplicação à economia de princípios considerados aplicáveis a um campo bem mais amplo. A afirmação de que a liberdade econômica conduz a eficiência econômica não passava de um esteio secundário. (...)O que realmente questiono é se temos justificativa para esquecer, tão completamente como a maioria de nós esqueceu, o outro lado do argumento".³

²SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Citada, 1999, p. 34. Sen acredita que a liberdade de troca, seja de palavras, bens ou presentes, não necessita de justificação. Na verdade essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade.

³SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1999, p. 35.

Uma questão específica, que vale a pena destacar neste contexto, é quanto ao papel da maximização do auto-interesse na realização dos resultados de eficiência do mecanismo de mercado. Essa suposição – de acordo com a estrutura clássica Arrow-Debreu – é necessária para estabelecer o resultado que se denominou o “ótimo de Pareto”, isto é, que o interesse de alguma pessoa possa ser ainda mais bem atendido desde que os interesses de outros sejam prejudicados. Um dos objetivos que se caracterizou no capítulo 2 foi argumentar que a visão limitada de racionalidade como auto-interesse implica, *inter alia*, em uma decidida rejeição da motivação econômica relacionada à ética. Não obstante, essa limitação pode ser substancialmente evitada se estivermos dispostos a examinar os requisitos da eficiência em função das liberdades individuais, e não apenas das utilidades. Para Sen, o que está em questão são as liberdades substantivas que as pessoas desfrutam (independentemente do propósito com que elas usam essas liberdades), e não o grau em que seu auto-interesse é satisfeito.

Destes pontos de semelhança, é crível que Sen, com base em um raciocínio contextualizado de Smith, e diferentemente da economia tradicional, avalia o mecanismo de mercado em termos de liberdade de bem-estar. O espaço de avaliação dessa liberdade é representada em termos das capacidades, por isso o que se julga é o conjunto de opções valiosas que as pessoas têm, e entre aquelas opções que elas escolhem de um subconjunto de realizações que configuram seu modo de vida. Em outras palavras, isto significa dizer, que os juízos que fazemos sobre o mercado diz respeito a sua capacidade de dar às pessoas oportunidades reais de viver de um modo que elas julguem valioso. E como qualquer juízo social deveria considerar, pelo menos dois componentes de avaliação: uma avaliação de eficiência e uma avaliação de distribuição.

O meu objetivo é mais limitado que o do Sen. Em outros termos, gostaria de salientar que algumas críticas ao pensamento de Smith me parecem pertinentes – o tratamento dado às questões distributivas -, haja vista que Sen procura preencher com eficiência as lacunas deixadas pelo autor. Não posso, porém, deixar de evidenciar aquilo que me provocou uma admiração por Smith. Trata-se da sua proposta moral que antecede à sua proposta técnica.

Provavelmente uma proposta que aponta um dos caminhos ao problema que assola a ciência contemporânea que se distanciou das questões éticas para corroborar a técnica. Atualmente, essa posição, um tanto equivocada, parece estar provocando o efeito contrário.

Com relação ao segundo objetivo, isto é, o de explorar a dimensão das propostas de Sen quanto à inter-relação entre ética e economia, o intuito aqui é esboçar uma proposta viável, mais ampla, e que contemple o mecanismo real do processo de vida das pessoas. Como pode ser observado, ao longo de toda esta Dissertação, foi-se buscando elementos que corroborassem e esclarecessem essas propostas; primeiro, buscou-se apontar algumas de suas concepções através da história, enfatizando as duas abordagens da economia. A abordagem relacionada à ética, explicitada na visão de Aristóteles, Smith, Mill entre outros, teria por finalidade o estudo da economia relacionado à busca da riqueza, mas em um nível mais profundo estaria ligado a outros estudos como o da ética e da política. A segunda abordagem relacionada à engenharia domina mais os escritos de William Petty, François Quesnay, Leon Walras ou Vilfredo Pareto, e se caracteriza por ocupar-se de questões primordialmente logísticas. Ao contrário da abordagem ética, em vez de fins supremos, o objetivo do exercício logístico é encontrar os meios apropriados para atingir os fins mais diretos.

Não é preciso recorrer a uma descrição mais detalhada para compreender em qual das abordagens se posiciona as concepções de Sen. A resposta do primeiro objetivo dessa dissertação e um breve exame dos textos devem ser suficientes para indicar que o autor defende uma abordagem da economia que possa estar relacionada à ética. De outra parte, isto não subentende que os conceitos da abordagem engenheira não possam ser úteis ou ter uma importância prática considerável:

Não estou afirmando que a abordagem não ética da economia tem de ser improdutiva. Mas gostaria de mostrar que a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humano. Não é meu intuito descartar o que foi ou está sendo alcançado, e sim, inquestionavelmente, exigir mais. (...) também gostaria de mostrar que existe algo nos métodos tradicionalmente empregados na economia, relacionados inter alia com seus aspectos de "engenharia", que podem ser

úteis para a ética moderna, e que a distância entre economia e ética também tem sido, a meu ver prejudicial a esta última".⁴

Estabelecidos tais fatos, é possível traçar a linha de argumentação que sustenta a tese de Sen. Tomando como ponto de partida a versão walrasiana dominante nas últimas décadas, a teoria neoclássica desenvolveu uma forma estritamente demonstrativa dos processos de decisão dentro de certos sistemas institucionais complexos, organizações e mercados através do prisma da racionalidade. Para tanto, em princípio, descreve o homem por meio de um conjunto de axiomas: da comparabilidade, da consistência, da transitividade, da continuidade. Esses axiomas, em conjunto, estabelecem um fundamento principal, fazem uma afirmação inexorável sobre o que é ser homem na esfera econômica. E igualmente implicam em um conceito restritivo de racionalidade humana. Mesmo que originalmente não fosse esse o propósito de Walras, é preciso mencionar – compartilhando da visão de Sen, Frank Hahn – que o modelo contemporâneo de Arrow-Debreu, encontra-se em sérias dificuldades. Para Hahn, ao se enfraquecer os postulados da teoria para ampliar o campo dos fenômenos explicados, os teóricos foram surpreendidos com a ampliação dos equilíbrios possíveis, isto é, com a emergência do crescente número de indeterminações. Em consequência, na própria estrutura da análise do equilíbrio geral, tornou-se necessário apelar para supostos “*ad hoc*”. No lugar de teoremas serão necessárias simulações, em vez de axiomas simples e transparentes aparecerão provavelmente postulados históricos, sociológicos e psicológicos. Por sua parte, Sen considera que a racionalidade requer mais do que uma consistência interna de escolha, ou a maximização do auto-interesse. Decerto, aquilo que almejamos obter deveria também satisfazer alguns critérios de avaliação racional. Todavia, um conceito absoluto e puramente “instrumental” de racionalidade pode ser em muitas ocasiões completamente inadequado, mais precisamente, quando impede que se perceba a falta de liberdade que cerca os indivíduos, uma vez que as condições sociais existentes limitam severamente as escolhas que eles podem efetivamente fazer.

⁴ SEN, Amartya K., *ibidem*, op Cit., 1987, p. 9.

Portanto, a teoria da decisão econômica encontra-se em uma situação paradoxal. Por um lado, ela está inserida na esfera do saber filosófico porque trata da ação humana, e esta se inscreve no âmbito do possível, do que pode ou não ser, mas por outro, tem a forma do saber econômico-analítico que procura dar uma resposta precisa e rigorosa aos fatos observados. Em razão dessa dualidade, poderia ser um equívoco para a teoria da decisão pretender ser um conhecimento infalível. Ao contrário, como a ação humana é uma atividade intencional que tem importância, essa teoria deveria então se basear numa interpretação falível do que se encontra previamente interpretado, e evidentemente se envolver com a mediação entre o que é e o que deve ser.

O texto acima põe em relevo o próximo tópico dessa análise, ou seja, a caracterização da moderna economia do bem-estar. Nesse particular, a crítica do autor repousa sobre o estreito compartimento reservado à esta abordagem dentro da economia moderna, e aos conceitos do “Teorema Fundamental da Economia do Bem-Estar – a otimalidade de Pareto.

Com respeito ao restrito papel reservado à economia do bem-estar, Sen protestou contra o relacionamento unilateral entre a economia preditiva e a economia do bem-estar – a segunda considera as idéias da primeira, mas não o inverso – como também às críticas de Robbins sobre as comparações interpessoais de utilidade. Por certo, afirmou: Robbins na realidade estava mais preocupado em estabelecer a proposição negativa de que comparações interpessoais não podem ser feitas “cientificamente” do que em defender a asserção positiva de que essas comparações são “normativas” ou “éticas”. Em que pesem os argumentos de Sen e de outros teóricos, as proposições típicas da moderna economia do bem-estar dependem da combinação do comportamento auto-interessado, e do juízo sobre a realização social, segundo algum critério de utilidade (que não admitam comparações interpessoais de utilidade).

Consideremos agora a outra perspectiva, explicitada no Teorema Fundamental da Economia do Bem-Estar. Efetivamente, a objeção de Sen aos dois teoremas da economia do bem-estar é a presunção de que o mecanismo de mercado seria tudo o que precisamos para alcançar o bem-comum. Tal presunção aconteceria na prática cada vez que – por quaisquer razões – não

houvesse possibilidade de introduzir redistribuições iniciais de propriedades e recursos. Pois, se esse é o caso, o único critério que poderia subsistir seria o primeiro teorema – cada equilíbrio competitivo é um ótimo de Pareto – e talvez a forma inicial do segundo – “cada ótimo de Pareto” é um equilíbrio competitivo. Isto viria a demonstrar a hipótese do real como racional, excluindo qualquer motivação para introduzir reformas políticas. Mas, como assinalamos no capítulo 2, o primeiro teorema é claramente insuficiente do ponto de vista distributivo como parece excessivo considerá-lo como a prova inquestionável de que a única instituição social que precisamos é o mercado. Com efeito, Sen quer nos fazer crer que, se aceitamos as razões distributivas para compor a estrutura mais ampla da sociedade, então não se poderia determinar o valor dessa instituição de uma forma única e isolada. Pelo contrário, devemos enfrentar o problema da igualdade em lugar de evitá-lo.

Este argumento soa razoável, entretanto, uma questão permanece: Se realizar juízos sobre o bem-comum é a forma concreta de esboçar a exigência moral para admitir instituições sociais justas, então que critérios nós deveríamos empregar, em geral, para determinar que uma estrutura social é justa? Para responder a isto, Sen adota uma postura original e desafiadora.

No presente texto, por reiteradas vezes, argumentamos que para a economia do bem-estar tradicional, a justiça é equivalente ao resultado da escolha de uma instituição ou política que maximize o bem-estar social. Em particular, na economia de bem-estar utilitarista essas instituições ou políticas têm de ser julgadas pela bondade dos estados sociais que produzem, isto é, por suas conseqüências (conseqüencialismo). Nesse intuito, a bondade de tais estados sociais tem de ser julgadas somente em função da utilidade que os indivíduos obtiverem desses estados, excluindo qualquer outra classe de informação que poderia ser relevante para o bem-estar dos indivíduos (welfarismo). Por fim, o único modo de obter um juízo social é somando as utilidades individuais e ordenando os estados sociais em função dos resultados de tais somatórias. Com isto, o critério utilitarista determinaria como mais justo aquele estado social que produz maior utilidade global.

Na visão de Sen assumir a idéia de justiça como reflexo da maximização de bem-estar tem configurado um sentimento de justiça

amplamente limitado. Por certo, deve-se julgar a justiça de uma instituição por suas conseqüências, pela bondade dos estados sociais que ela produz. Não procede, por conseguinte que o tipo de informação e o modo de utilizar essa informação proposta pelo utilitarismo para avaliar as conseqüências, exclua outras idéias que são essenciais a uma noção substancial de justiça. De modo particular, excluir a desconsideração pelas idéias de liberdade e igualdade que constituem os princípios básicos da filosofia política de Sen. Desse ponto de vista, esses dois conceitos chamam a nossa atenção nos assuntos de justiça por sua intrínseca relação com o problema da distribuição.

De fato, a polêmica de Sen com a visão utilitarista contemporânea de Harsanyi mostrou exatamente em qual aspecto repousa a crítica do autor. Com efeito, o utilitarismo pode se apresentar como uma doutrina igualitarista, e a defesa de sua idéia de igualdade é difícil de ser rechaçada. Em Harsanyi se encontra a argumentação mais forte em favor de que o único modo racional de ser igualitarista está fundamentalmente configurado no raciocínio utilitarista. Em outros termos, Harsanyi define a utilidade social a partir de utilidades individuais, e assevera que a função de utilidade de cada pessoa tem como base as suas preferências pessoais. Dessa forma, a utilidade social é, por fim, definida em relação às preferências individuais das pessoas. Ademais, na hora de fazer juízos sociais, o utilitarismo de Harsanyi nos propõe um modelo de eleição hipotético onde cada um dos indivíduos de estados sociais alternativos, se colocaria no lugar desse indivíduo e observariam as coisas da mesma forma que ele (observador imparcial). Vale notar que o ponto forte desse ponto de vista moral é que tal juízo seria universalizável e neutro.

Se podemos presumir que no modelo de Harsanyi as exigências morais dos juízos sociais asseguram a igualdade no tratamento dos interesses de cada indivíduo, e que as exigências racionais determinam que essa seja a única igualdade admissível, qual seria a forma matemática plausível para agregar as funções de utilidade dos indivíduos em um juízo social? Para Harsanyi o único princípio racional para ordenar as alternativas sociais é o princípio da utilidade média e a introdução de qualquer outro critério distributivo nesse juízo seria irracional, ademais injusto.

O que parece importar nessa discussão é a seguinte análise. Sen não tem dúvidas de que a distribuição de bem-estar tem que ter algum valor. Na verdade a crítica que ele faz à teoria utilitarista é quanto à subordinação dos valores distributivos em relação aos valores agregativos no momento de configurar os juízos sociais, pois não é fácil articular a idéia de igualdade para introduzir esta sensibilidade distributiva. A princípio, Sen defende o princípio *maximin lexicográfico* – princípio de caráter rawlsiano que julga os estados sociais pelo bem-estar do indivíduo pior situado. Esse modelo obtém êxito quando pretendemos mostrar que não há necessidade das ferramentas matemáticas para que nos obriguem a aceitar a condição de soma das utilidades; portanto, se pode falar de bem-estar da sociedade por outra via. Todavia, ao privilegiar as condições dos indivíduos pior situados suprime-se a possibilidade de comparar as diferenças entre os que estão nessa condição e os que não estão.

Parece razoável afirmar que, se se concede que não seja matematicamente necessário somar as utilidades individuais na hora de fazer um juízo social justo, também podemos considerar que Harsanyi segue tendo razão ao assinalar que os igualitaristas sempre estão dispostos a sacrificar ao valor de igualdade quaisquer outros valores, na presença de um conflito desses outros com aquele. Por certo, Sen se deu conta dessa posição e decidiu postular uma teoria de bem-estar que necessitava de algo mais do que simplesmente rechaçar a condição de ordenação por soma. Na posição inovadora de Sen, o que importa para pensar o bem-estar não é o que uma pessoa tem, mas o que consegue realizar com o que tem. De forma que, o distinto tipo de coisas que uma pessoa logra com seus bens é o que Sen chama de “realizações”, e é o conjunto das realizações que uma pessoa concretiza que nos indica o modo em que ela está.

Se esta posição for aceita, o que ela poderia nos propiciar? Primeiro, a análise sobre as realizações parece contribuir para uma visualização mais sensível das questões distributivas, na medida, em que permite detectar em quê e por quê uma pessoa não tem realizado o que outra pessoa ou o que em sua sociedade se considera normal. Vale notar que um elemento essencial desse ponto é o fato de que, para Sen, uma mesma quantidade de um bem

pode ser convertida em realizações diversas e em diversos graus dependendo da escolha, ou da indisponibilidade da escolha, das pessoas. No caso das realizações nutritivas, por exemplo, duas pessoas podem obter distintos níveis com uma mesma quantidade de alimento devido às diferenças tanto pessoais – metabolismo, idade, sexo, atividade, entre outras – como de estrutura social – acesso a serviços sanitários, educação sobre a preparação dos alimentos e suas qualidades nutritivas, etc.

Em segundo lugar, centrar-se nas realizações também nos permite uma valoração mais sensível do modo de vida de uma pessoa. É no propósito de valorar mais plenamente o indivíduo que repousa as propostas de Sen. Uma vez que a simples posse de bens – a opulência – não poderia ser o indicador de bem-estar, porque os bens são apenas os meios para obtê-lo, seguindo Sen, podemos transcrever o bem-estar em termos de realizações e afirmar que possuir bens não significa possuir realizações potenciais. Ademais, optar em favor das realizações em vez da utilidade não é uma simples questão de gosto ou insensatez. Trata-se realmente de uma questão de valoração. Dizer que uma pessoa com poucos recursos poderia sentir-se igualmente satisfeita que uma pessoa com recursos suficientes, devido a atitude otimista com que enfrenta a vida, não significa concluir que ambas têm o mesmo bem-estar. Isso posto, cabe aqui considerar que, valorar não é o mesmo que desejar – ou sentir-se feliz ou satisfeito. Com efeito, comentou Damian Salcedo:

“Na visão de Sen, valorar é uma atividade reflexiva que não se esgota em se assinalando quanto se possui, nem quão é feliz ou satisfeito se sente, nem sequer quais realizações ou qual modo de vida alcançou uma pessoa. A qualidade de vida que alcança uma pessoa depende da capacidade para eleger esse modo de vida”.⁵

Portanto, na concepção de Sen, enquanto as realizações representam as distintas partes do modo de estar de uma pessoa, as suas capacidades refletem as possíveis combinações das realizações sobre as quais teria oportunidade de escolher e entre aquelas que realmente tem escolhido. Em outros termos, as realizações são os objetos valiosos – o espaço da avaliação – e as capacidades determinam o valor que uma pessoa dá a esse conjunto de realizações. Isto certamente nos conduz a uma terceira

⁵ SEN, Amartya K., *ibidem*, op. Cit, 1997, p. 26.

observação, ou seja, a liberdade que uma pessoa tem para levar o tipo de vida que ela valoriza.

De fato, a valorização do bem-estar que uma pessoa consegue obter inclui um elemento essencial que escapa a muitos enfoques tradicionais: a própria valorização que faz essa pessoa do modo de vida que tem alcançado. Esses valores não são importantes apenas para os juízos sociais. Eles também nos indicam os critérios pelos quais as pessoas têm escolhido um certo conjunto de realizações e a liberdade que tem tido para escolhê-las. Por esse motivo, o bem-estar de uma pessoa que tem à sua disposição uma escolha entre algo que considera mau, algo que considera péssimo e algo que considera indefinido não poderia ser julgado da mesma forma que de outra pessoa que teria a sua disposição algo que considera bom, algo que considera mau e algo que considera péssimo. Nesse caso, mesmo que ambos escolhessem a mesma opção – por exemplo, mau – nem as suas oportunidades, nem o valor que dão ao seu modo de vida poderia sofrer um julgamento idêntico. A resposta de Sen formaliza o propósito da sua teoria ética e econômica, isto é, avaliar as realizações alcançadas por uma pessoa em termos de seu conjunto de capacidades de realização, em outras palavras, a sua liberdade de bem-estar.

Desse ponto de vista, há dois tipos de razões para priorizar essa liberdade. Por um lado, há uma razão de tipo pessoal. Elegar o modo de vida que se tem é importante para as pessoas. Isso se dá não só porque se poderia escolher uma alternativa melhor, mas porque é algo importante por si mesmo. Por outro lado, a liberdade de escolha é também importante sob o ponto de vista social. Uma estrutura social que proporcione amplas oportunidades de escolha iguais para todos os cidadãos poderia resistir melhor às críticas daqueles que dilapidam essas oportunidades. De outra parte, a proposta de Sen – a liberdade de bem-estar – que caracteriza as oportunidades reais de eleição do modo de vida que uma sociedade pode conseguir abrir a seus membros pode marcar objetivos precisos para a avaliação e reforma das instituições sociais. Essa posição, a princípio, aproximaria Sen à concepção de Rawls. Sem dúvida, ele se declara muito próximo a ela e compartilha da idéia rawlsiana de que o objetivo da justiça social é obter uma estrutura social de

liberdades iguais para todos que favoreça aos piores situados dessa sociedade. Tal coincidência, entretanto, termina com a idéia de que os bens primários de que uma pessoa dispõe é suficiente para indicar a liberdade que ela usufrui. Na visão de Sen, tais recursos se configuram como meios para liberdade na medida em que servem para qualquer modo de vida valioso. Assim, a igualdade na posse desses bens poderia vir acompanhada de desigualdades injustas na liberdade real de que gozam as pessoas. Em suma, para Sen o critério de justiça tem de ser compatível com a igualdade de capacidades, pois elas de fato representam a liberdade real de eleger o modo de vida que uma pessoa elege.

Para finalizar, gostaria de salientar que a avaliação consequencialista de liberdades e direitos que o autor propõe conflita com as perspectivas de algumas tradições. De uma parte, com a perspectiva utilitarista, que não aprova a utilização de estruturas pluralistas, como defende que toda avaliação, tanto moral quanto ou social, deve estar assentada em um único valor. De outra parte, tampouco as diversas variantes da tradição deontológica podem fazer justiça à natureza de certos valores importantes, em particular, na avaliação social - aos direitos e liberdades -, na avaliação moral, quanto aos deveres, as lealdades, a integridade, etc.

Nunca é demais ressaltar que o pensamento de Sen se volta para a tese de que ética e economia são parceiras na edificação de uma proposta que contemple as expectativas de todos os cidadãos de nossa sociedade. A posição de Sen, assim como esta Dissertação, pretende contribuir para que tal constatação não se perca nas páginas de uma obra, mas que se traduza em discussões sérias no âmbito da economia, da ética e da comunidade.

FIM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOYNA, J. M. *Dicionário de Espanhol – Português. Portugal*. Porto Editora, 1977.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Mario da Gama Kury, Universidade de Brasília, 3ª edição, 1985.

ARISTÓTELES. *The Nichomachean ethics*. Trad inglesa de Ross, 1980

ARROW, K. J. *Social choice and individual values*. Nova York, 1951.

_____. "Rational choice functions and orderings". *Economics*, v. 26, 1959.

_____. *Social choice and individual values*, 2ª ed (ampliada). Nova York, Wiley, 1963.

_____. "Behaviour under uncertainty and its implications for policy". In: STIGUM & WENSTOP, 1983.

BENTHAM, J. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Oxford, Claredon Press, 1982.

BELL, J.F. *A History of Economic Thought*, 3ª edição. New York, Ronald Press Company, 1982.

BRAMS, S. J. *Game theory and politics*. New York, Free Press, 1975

BROWN, V. *Adam Smith's discourse: canonicity, commerce and conscience*. London, Routledge, 1994.

BUCHANAN, A. E. *Marx on justice: the radical critic of liberalism*. Londres, Methuen, 1982.

BUNGE, M. *Economia e Filosofia*. Madri, Tecnos, 1985.

BURKE, E. *The philosophy of Karl Popper*. Manchester, Manchester University Press, 1983.

CAMPBELL, T. *Siete teorias de la sociedade*. Trad. F. R. Martín. Madri: Ediciones Cátedra, 1992.

CARVALHO, M. C. M. *Levando John Stuart Mill a sério: direitos e deveres em uma sociedade feliz*. Texto apresentado no Simpósio sobre Hannah Arendt Unicamp, 2000.

CHAPMAN, B. "Rights as constraints: Nozick x Sen". *Theory and Decision*, v. 15, 1983.

DEBREU, G. *Theory of value*. New York, Wiley, 1959.

DOWBOR, L. *O mosaico partido: A economia além das equações*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

DWORKIN, R. *Taking rights seriously*. 2ª ed Londres, Duckworth, 1978.

_____. "What is equality? Part 1: Equality of welfare; What is equality? Part 2: Equality of resources". *Philosophy and Public Affairs*, v. 10, 1981.

EDGEWORTH, F. *Mathematical psychics: an essay on the application of mathematics to moral sciences*. Londres, Kegan Paul, 1881.

ELSTER, J. "Utilitarianism and the genesis of wants": *Sour grapes*. Cambridge, University Press, 1986.

FARRER, J. A. *Adam Smith*. London, 1881.

FERRATER MORA, J. *Diccionario de Filosofia*. Madri, Alianza, 1997.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª ed. ampliada. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, E. G. *Vícios Privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

FRIEDMAN, M. *Essays in positive economics*. Chicago, University Press, 1953.

GAUTHIER, D. *Morals by agreement*. Oxford, Clarendon Press, 1986.

GIBBARD, A. "Rule utilitarianism: a merely illusory alternative?". *Australasian Journal of Philosophy*, v. 93, 1965.

GUISÁN, E. *Razón y pasión em ética: los dilemas da ética contemporánea*. Barcelona, Antropos, 1988.

HAMMOND, P. J. "Equity, Arrow's conditions, and Rawls' difference principle". *Econometrica*, v. 44, 1976.

HARE, R. M. *Freedom and Reason*. Oxford, Clarendon Press, 1963.

_____. "Ethical theory and utilitarianism". In: SEN & WILLIAMS, *Utilitarianism and beyond*. Cambridge University Press, 1982.

HARSANYI, J. C. *Essays in ethics, social behaviour, and scientific explanation*. Dordrecht, Reidel, 1976.

_____. "Morality and the theory of rational behaviour". In: SEN & WILLIAMS, *Utilitarianism and beyond*. Cambridge University Press, 1982.

HAUSMAN, D. M. & McPHERSON, M. *Economic analysis and moral philosophy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

HAYEK, F. A. *Studies in philosophy, politics and economics*. Londres, Routledge, 1967.

HUME, D. L. Henry D. (introduction). *Hume's moral and political philosophy*. London, Collier MacMillan Publisher, 1982.

_____. *A treatise of human nature*. Oxford, Oxford University Press, 1980.

JEFFREY, R. C. "On interpersonal utility theory". *Journal of Philosophy*, v. 68, 1971.

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

LEIBENSTEIN, H. *Beyond economic man*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1976.

LEVI, I. "Liberty and welfare". In: SEN & WILLIAMS, *Utilitarianism and beyond*. Cambridge University Press, 1982.

LYONS, D. "Utility and rights". *Nomos*, v. 24, 1982.

MACKIE, J. L. *Ethics: inventing right and wrong*. Harmondsworth, Penguin, 1978.

MARX, K. *On the Jewish question*. 1843. Tradução inglesa em McLELLAN, 1977.

_____. *Capital: a critical analysis of capitalist production*. 3ª ed., 1883. Tradução inglesa. Londres, Sonnenschein, 1887.

MICHAELIS, H. *A new dictionary of the Portuguese and English / English and Portuguese*. New York, Frederick Ungar Publishing, 1945.

MILL, J. S. *On liberty*. 1859. Reimpressão. Harmondsworth, Penguin, 1974.

_____. *Utilitarianism*. 1861. Reimpressão. Londres, Collins/Fontana, 1962.

MIRRLEES, J. A. "The economic uses of utilitarianism". 1982. In: SEN & WILLIAMS, *Utilitarianism and beyond*. Cambridge University Press, 1982.

MOORE, G. E. *Principia ethica*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

MORISHIMA, M. *Equilibrium, stability and growth*. Oxford, Clarendon Press, 1964.

_____. *Why has Japan "succeeded? Western technology Japanese ethos*. Cambridge, University Press, 1982.

MOSTERÍN, J. *Racionalidad y acción humana*. Madri, Alianza, 1987.

NAGEL, T. *The possibility of altruism*. Oxford, Clarendon Press, 1970.

_____. *Mortal Questions*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

NOZICK, R. "Distributive Justice". *Philosophy and Public Affairs*, v. 3, 1973.

_____. *Anarchy, state and utopia*. Oxford, Blackwell, 1974.

NUSSBAUM, M. C. *Nature, function and capability: Aristotle on political distribution*. Brown University, 1986.

PARFIT, D. *Reasons and persons*. Oxford, Clarendon Press, 1984

PIGOU, A. C. *The economics of welfare*. 4^a ed. Londres, Macmillan, 1952.

RAPHAEL, D. D. & MACFIE, A. L., "Introdução" a SMITH, A., *The theory of moral sentiments*. Oxford, Clarendon Press, 1976.

RAWLS, J. *A theory of justice*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.

_____. "Social unity and primary goods". In: SEN & WILLIAMS, *Utilitarianism and beyond*. Cambridge University Press, 1982.

ROBBINS, L. *An essay on the nature and significance of economic science*. 2^a ed. Londres, Macmillan, 1935.

_____. "Interpersonal comparisons of utility". *Economic Journal*, v. 48, 1938.

SAMUELSON, P. A. *Foundations of economic analysis*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1947.

SCANLON, T. M. "Preference and urgency". *Journal of Philosophy*, v. 72, 1975.

_____. "Contractualism and utilitarianism". In: SEN & WILLIAMS, *Utilitarianism and beyond*. Cambridge University Press, 1982.

SEN, A. K. *Collective choice and social welfare*. San Francisco, Holden-Day, 1970a. Reeditado, Amsterdam, North-Holland, 1979.

_____. "The impossibility of a Paretian liberal". *Journal of Political Economy*, v. 72, 1970c. Reimpresso em 1982a.

_____. "Choice functions and revealed preference". *Review of Economic Studies*, v.38, 1971, Reimpresso em 1982a.

_____. "Behaviour and the concept of preference". *Economica*, v. 40, 1973a. Reimpresso em 1982.

_____. *On economic inequality*. Oxford, Clarendon Press / New York, Norton, 1973b.

_____. "Liberty, unanimity and rights". *Economica*, v. 43, 1976b. Reimpresso em 1982a.

_____. "Social choice theory: a re-examination". *Econometrica*, v. 45, 1977a. Reimpresso em 1982a.

_____. "Rational fools: a critique of the behavioural foundations of economic theory". *Philosophy and Public Affairs*, v. 6, 1977c, Reimpresso em 1982a.

SEN, A. K. "The welfare basis of real income comparisons". *Journal of Economic Literature*, v.17, 1979c, Reimpresso em 1984a.

_____. *Choice, Welfare and measurement*. Oxford, Blackwell/Cambridge, Mass., MIT Press, 1982a.

_____. "Rights and agency". *Philosophy and Public Affairs*, v. 11, 1982b.

_____. "Liberty and social choice". *Journal of Philosophy*, v. 80, 1983a.

_____. *Resources, values and development*. Oxford, Blackwell/Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1984a.

_____. "Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures 1984". *Journal of Philosophy*, v. 82, 1985a.

_____. "Adam Smith's prudence". In: LALL, S. & STEWART, F. *Theory and reality in development*. Londres, Macmillan, 1986b.

_____. *On ethics & Economics*. Oxford, Blackwell/Cambridge, 1987.

_____. *Sobre Ética e Economia*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

_____. *Bienestar, justicia y mercado*. 1ª ed. Barcelona, Paidós Ibérica/Universidade de Barcelona, 1997. Reimpresso em 1998.

_____. *Development as Liberty*. Oxford, Blackwell/Cambridge, 1999.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. & WILLIAMS, B. *Utilitarianism and beyond*. Cambridge, University Press, 1982.

SIDGWICK, H. *The method of ethics*. Londres, Macmillan, 1874.

SMITH, A. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz J. Baraúna, introdução de Edwin Cannan. São Paulo, Nova Cultura, 1996. Vol 1, Vol 2.

_____. *An inquiry into nature and causes of the wealth nations*. New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1996.

_____. *The Theory of Moral Sentiments*. Edited and introduction by D. D. Raphael and A. L. MACFIE. Indianapolis, Liberty Fund, 1984.

_____. *The Theory of Moral Sentiments*. Edited and introduction by D. D. Raphael and A. L. MACFIE. Oxford, Clarendon Press, 1975.

_____. *The Theory of Moral Sentiments*. Introduction by Dugald Stewart. New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1996.

STIGLER, G. J. "Smith's travel on the ship of the state". In: SKINNER & WILSON 1975.

TAYLOR, C. "The diversity of goods". In: SEN & WILLIAMS, *Utilitarianism and beyond*. Cambridge University Press, 1982.

VITA, Álvaro, *A justiça igualitária e seus críticos*, ed. UNESP, São Paulo, 2000.

WILLIAMS, B. *Ethics and the limits of philosophy*. Londres, Fontana/Cambridge, 1978.